

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Júlia Drumond Campos e Silva

Avaliação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais:

Democracia, acesso à leitura e o declínio do empréstimo de livros entre 2006 e 2023

Juiz de Fora
2025

Júlia Drumond Campos e Silva

Avaliação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais:

Democracia, acesso à leitura e o declínio do empréstimo de livros entre 2006 e 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Tavares Júnior

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Júlia Drumond Campos e.

Avaliação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais : Democracia, acesso à leitura e o declínio do empréstimo de livros entre 2006 e 2023 / Júlia Drumond Campos e Silva. -- 2025. 184 f.

Orientador: Fernando Tavares Júnior

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Bibliotecas Públicas. 2. Democratização da Leitura. 3. Livro. 4. Leitura. I. Tavares Júnior, Fernando , orient. II. Título.

Julia Drumond Campos e Silva

Avaliação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais: Democracia, acesso à leitura e o declínio do empréstimo de livros entre 2006 e 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 27 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Fernando Tavares Junior - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Luiz Flávio Neubert

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Vanessa Gomes de Castro

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Diamantina

Juiz de Fora, 29/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tavares Junior, Professor(a)**, em 29/09/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Gomes de Castro, Usuário Externo**, em 30/09/2025, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flavio Neubert, Professor(a)**, em 30/09/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2647226** e o código CRC **C6860D75**.

Dedico este trabalho aos meus filhos Arthur e Samuel,
que me amaram também em minhas necessárias ausências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Rogério e Lucy, por terem me incentivado à leitura e escrita desde criança e por me ensinarem que o mundo é de todo mundo e que eu devo lutar sempre por isso. Agradeço a minha irmã, a tia Babi, rede de apoio que também tornou possível a conciliação entre maternidade, trabalho e estudos.

Agradeço à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, especialmente aos colegas da Superintendência de Avaliação Educacional e da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, pelo aprendizado e confiança.

Agradeço aos membros do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF e demais profissionais que apoiaram a realização deste trabalho, em especial, Fernando Tavares Júnior, Danielle Francisco, Juliana Magaldi, Cecília Castro, Carla Nogueira, Cleide Fernandes e Fabíola Farias. Agradeço aos cursistas e às amigas do programa de mestrado, que tornaram a jornada ainda mais rica e prazerosa.

Em nome deles, agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para que eu chegasse até aqui.

Eu não cheguei aqui sozinha e é exatamente por isso que me sinto vitoriosa.

Grande parte da história ocidental europeia nos condiciona a ver as diferenças humanas como oposições simplistas: dominante/dominado, bom/mau, em cima/embaixo, superior/inferior. Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não a necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado. (Lorde, 2023, p. 141).

RESUMO

A Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (BPEMG) é um equipamento cultural inscrito no contexto histórico e social do estado de Minas Gerais e de sua capital: Belo Horizonte. A BPEMG, que completou 70 anos em 2024, tem como missão promover a ampliação dos serviços de biblioteca à população de Minas Gerais, através da democratização do acesso à leitura, à literatura e à informação. Observa-se declínio no empréstimo de livros desde 2006, segundo informações de seu sistema informatizado de gerenciamento de acervo. O volume de empréstimos de livros da BPEMG tem decrescido anualmente e reduziu-se a menos da metade em dez anos. Em 2023, após quase três anos fechada em decorrência de obras e do isolamento imposto pela pandemia da covid-19, ocorreram em torno de apenas 20 mil empréstimos. Este trabalho analisa esse declínio, compreendo-o como *proxy* do papel institucional e democrático da BPEMG. Teorias destacam o papel das bibliotecas como espaços sociais de aprendizagem, para a reflexão crítica e o debate, em estreita sintonia com a sociedade, refletindo sua diversidade. Partindo desse referencial, foi realizada análise documental a partir de relatos dos gestores de áreas-chave da BPEMG, a fim de compreender como a instituição percebe e avalia este problema, bem como, em perspectiva comparada, como a teoria pode instruir ações para mitigar essa situação, o que norteia, ao final, o Plano de Ação Educacional.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas; democratização da leitura, livro e leitura.

ABSTRACT

The Minas Gerais State Public Library (BPEMG) is a cultural facility embedded in the historical and social context of the state of Minas Gerais and its capital: Belo Horizonte. BPEMG, which turned 70 in 2024, has the mission of promoting the expansion of library services to the population of Minas Gerais, through the democratization of access to reading, literature, and information. There has been a decline in book loans since 2006, according to information from its computerized collection management system. The volume of book loans from BPEMG has decreased annually and has been reduced by more than half in ten years. In 2023, after almost three years of closure due to construction work and the isolation imposed by the COVID-19 pandemic, there were only around 20,000 loans. This paper analyzes this decline, understanding it as a proxy for BPEMG's institutional and democratic role. Theories highlight the role of libraries as social spaces for learning, critical reflection and debate, in close harmony with society, reflecting its diversity. Based on this framework, a documentary analysis was carried out based on reports from managers of key areas of BPEMG, in order to understand how the institution perceives and evaluates this problem, as well as, from a comparative perspective, how theory can guide actions to mitigate this situation, which ultimately guides the Educational Action Plan.

Keywords: Public libraries; democratization of reading, book and reading.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Vista frontal do Prédio Sede da BPENMG.....	42
Imagem 2	Galeria Paulo Campos Guimarães.....	43
Imagem 3	Setor Infantojuvenil.....	44
Imagem 4	Setor Braille.....	45
Imagem 5	Setor Coleções Especiais.....	46
Imagem 6	Coleção de Obras Raras.....	47
Imagem 7	Coleção Patrimonial.....	48
Imagem 8	Hemeroteca Histórica.....	49
Imagem 9	Auditório.....	50
Imagem 10	Teatro Arena.....	51
Imagem 11	Carro-Biblioteca.....	52
Imagem 12	Vista externa do Prédio Anexo.....	53
Imagem 13	Setor de Empréstimos de Livros.....	54
Imagem 14	Setor de Referência e Estudos.....	55
Imagem 15	Espaço Geek.....	56
Imagem 16	Balcão do Setor de Empréstimos.....	59
Mapa 1	Distribuição dos usuários da Biblioteca cadastrados em Belo Horizonte.....	61
Mapa 2	Distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano em Belo Horizonte.....	62
Imagem 17	Evolução das taxas de analfabetismo no Brasil por idade, sexo e cor/raça...	102
Imagem 18	Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (2022).....	103
Imagem 19	Principais resultados em Leitura na pesquisa PISA 2022.....	104
Quadro 1	Eixos de análise e seus respectivos referenciais teóricos.....	107
Quadro 2	Instâncias de atuação e justificativas da escolha.....	117
Imagem 20	Representação das instâncias de análise.....	119
Quadro 3	Relação de perguntas e agentes no Eixo 1.....	121
Quadro 4	Relação de perguntas e agentes no Eixo 2.....	137
Quadro 5	Ações propositivas por eixo de análise.....	159
Quadro 7	Ação proposta 1 – Eixo 1.....	161
Quadro 7	Ação proposta 2 – Eixo 1.....	162
Quadro 8	Detalhamento da Ação proposta 2 – Eixo 1.....	163
Quadro 9	Ação proposta 3 – Eixo 2.....	164
Quadro 10	Ação proposta 4 – Eixo 2.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Usuários cadastrados na BPEMG por setor.....	60
Tabela 2	Ano dos exemplares do Setor de Empréstimo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Frequência por idade dos leitores cadastrados como “Usuário/Empréstimo” na BPEMG.....	63
Gráfico 2	Frequência acumulada por idade e gênero dos leitores cadastrados como “Usuário/Empréstimo” na BPEMG.....	64
Gráfico 3	Empréstimo de livros do Setor Geral de Empréstimos da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023.....	65
Gráfico 4	Total de empréstimos de livros por gênero (Setor Geral) entre os anos de 2006 e 2023 na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.....	66
Gráfico 5	Proporção de empréstimo de livros por gênero entre os anos de 2005 e 2023 na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.....	67
Gráfico 6	Empréstimo por ocupação do usuário da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023.....	68
Gráfico 7	Frequência por grau de escolaridade dos usuários da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023.....	68
Gráfico 8	Comparação do volume de empréstimo de livros do Setor de Empréstimos (Setor Geral) e do Setor Infantojuvenil – 2006 a 2023.....	69
Gráfico 9	Quantidade de exemplares comprados e doados para o Setor de Empréstimos da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023.....	70
Gráfico 10	Crescimento dos acervos do Setor de Empréstimos e do Setor Infantojuvenil da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023.....	70
Gráfico 11	Percentuais de leitores e não leitores – 2007 a 2024.....	95
Gráfico 12	Percentuais de leitores por classe social – 2019 e 2024.....	96
Gráfico 13	Percentuais de leitores por nível de escolaridade – 2019 e 2024.....	97
Gráfico 14	Perfil dos compradores de livros por classe e renda em 2024.....	98
Gráfico 15	Representações sobre a utilização das bibliotecas – 2019 e 2024.....	99
Gráfico 16	Frequência a bibliotecas – 2019 e 2024.....	100
Gráfico 17	Evolução do Ideb de 2008 a 2021.....	107
Gráfico 18	Evolução da nota do SAEB de 2005 a 2021.....	107
Gráfico 19	Empréstimo/Ano na Biblioteca de Ciências da Saúde (2013 a 2023).....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
BPEMG	Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
DLLLB	Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
FNC	Fundo Nacional de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL	Instituto Nacional do Livro
Ipec	Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica
MGS	Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
MROSC	Marco Regulatório de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSC	Organização da Sociedade Civil
PELL	Plano Estadual do Livro e Leitura
PIRLS	Estudo Internacional de Progresso em Leitura
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)
CONTÍNUA	
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
Proler	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
RFID	Radio Frequency Identification
SABE	Associação dos Amigos da Biblioteca Pública Estadual
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBMEC	Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade
SEBPMG	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais e Comunitárias de MG

SEE	Secretaria de Estado de Educação
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SECULT-MG	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS	17
2.1	O SIMBOLISMO DA CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS NO CONTEXTO HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE.....	17
2.2	BASES LEGAIS E ADMINISTRATIVAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS.....	25
2.3	A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS – ESTRUTURA E FORMA DE ATUAÇÃO.....	40
2.3.1	O empréstimo de livros na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.....	58
2.3.1.1	<i>Perfil de leitores cadastrados na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais..</i>	<i>60</i>
2.3.1.2	<i>Perfil do leitor “Usuário/Empréstimo”</i>	<i>63</i>
2.3.1.3	<i>Empréstimo de livros da BPEMG de 2006 a 2023.....</i>	<i>65</i>
2.3.1.4	<i>Acervo.....</i>	<i>70</i>
3	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA E A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM.....	72
3.1	O DIREITO DE LER: UMA PERSPECTIVA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA.....	74
3.2	O FOMENTO À LEITURA NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS SOCIAIS DE APRENDIZAGEM.....	88
3.3	INDICADORES RELACIONADOS AO LIVRO, À LEITURA E À COMPETÊNCIA LEITORA.....	94
3.4	METODOLOGIA E DADOS DE PESQUISA.....	115
3.4.1	A democratização do acesso livro e o fomento à leitura na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.....	118
3.4.1.1	<i>Análise de dados do EIXO 1: Democratização do acesso ao livro e à leitura na perspectiva dos agentes da BPEMG.....</i>	<i>121</i>
3.4.1.2	<i>Análise de dados do EIXO 2: Fomento à leitura na biblioteca como espaço social de aprendizagem na perspectiva de agentes da Biblioteca Pública Estado de Minas Gerais.....</i>	<i>136</i>
3.4.2	<i>Breves conclusões sobre os achados da análise.....</i>	<i>154</i>
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA BPEMG.....	157

4.1	AÇÕES PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO E À LEITURA PELA BPEMG.....	159
4.2	AÇÕES PROPOSTAS PARA O FOMENTO À LEITURA NA BPEMG COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM.....	163
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS.....	173
	APÊNDICE.....	178

1 INTRODUÇÃO

Enquanto servidora pública estadual de Minas Gerais, dediquei grande parte da minha vida profissional à educação, amparada na crença em seu potencial de transformação social para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Essa crença me fez dedicar-me por anos aos estudos em educação, o que realizei desde a minha graduação em Administração Pública, e foi base de minhas pesquisas de pós-graduação em Estatística, Direito Administrativo e Gestão Educacional. No campo profissional, atuei na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), tendo sido estagiária, integrante de equipe técnica, diretora e assessora em diferentes áreas de acompanhamento de indicadores educacionais de qualidade e equidade da educação pública, inclusive na Superintendência de Avaliação Educacional.

Hoje, em exercício na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG), carrego a experiência e o aprendizado que pude ter na SEE-MG como marcas do meu propósito enquanto servidora pública estadual. Entendendo meu pequeno papel e ciente de que é preciso que exista vontade política e um esforço coletivo que extrapole as áreas de educação e cultura, me acalento no fato de saber que não estou sozinha e que meu esforço não é em vão. Se ainda estudo a educação e a cultura, se ainda me dedico a essas causas em meu esforço laboral diário, é porque acredito que, se não somente com elas, mas, com toda certeza, por meio delas – a educação e a cultura – é que poderemos dar passos adiante na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na SECULT-MG, atuo na área responsável pela gestão das bibliotecas públicas do estado e presto assessoramento à Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade, da Subsecretaria de Cultura. Nessa superintendência, está formalmente alocada a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), na qual está a gestão administrativa da BPEMG, conforme o Decreto nº 48.649, de 10 de julho de 2023, que estabelece a estrutura orgânica da SECULT-MG. Além da Biblioteca¹, a DLLLLB apoia a gestão de bibliotecas públicas do estado, um conjunto de mais de 800 bibliotecas públicas municipais e comunitárias em mais de 700 dos 853 municípios mineiros, conforme o último levantamento disponível no site da Biblioteca².

¹ Neste trabalho, os termos BPEMG e Biblioteca referem-se à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, indistintamente.

² Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

A Biblioteca está localizada na Praça da Liberdade, Savassi (Centro-Sul de Belo Horizonte), região caracterizada por população residente de alta renda e elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação a outras regiões da cidade. Criada pela Lei nº 1.087, de 02 de junho de 1954, a Biblioteca completou setenta anos de história em 2024. Ao longo desses anos, ela esteve vinculada historicamente à Secretaria de Cultura, embora tenha estado sob a gestão da Secretaria de Educação por um breve período³. O nome Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, alcunhado em 1961, foi mantido na maior parte de sua história, porém, em 2017, foi novamente adotado o seu nome de criação, Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (Silveira, 2014).

O acervo da Biblioteca é de cerca de 500 mil exemplares (entre livros, artigos, periódicos etc.) distribuídos no Prédio Sede, projetado por Oscar Niemeyer, e no Prédio Anexo, ambos na região da Praça da Liberdade. Além do acervo geral, destinado ao público adulto, a Biblioteca conta com setores específicos, como o Infantojuvenil, a Hemeroteca, o acervo de obras sobre a história e autores mineiros (Acervo Mineiriano) e o setor de obras raras e especiais (Patrimonial). A Biblioteca tem também área de estudo e um teatro com capacidade para 191 pessoas. Além disso, a sede da Biblioteca abriga o setor administrativo, que se subdivide entre setores de formação e processamento técnico; publicações e suplemento literário; extensão e ação regionalizada; e gerenciamento do Sistema de Bibliotecas do Estado (Minas Gerais, 2024).

De acordo com as informações extraídas do site oficial da Biblioteca, esta tem como missão:

Promover a ampliação dos serviços de biblioteca à população de Minas Gerais, visando democratizar o acesso à informação, à literatura e à leitura. Atuar como um modelo para as demais bibliotecas públicas mineiras e como um centro de preservação da memória bibliográfica. Reafirmar o Suplemento Literário como publicação lítero-cultural de referência (Minas Gerais, 2024).

Quanto aos serviços relacionados à democratização do acesso à informação, à literatura e à leitura, a Biblioteca conta, entre outros, com o empréstimo de livros destinados ao público geral. É sobre esse ponto que este trabalho se detém ao analisar o histórico do empréstimo de livros pela Biblioteca entre os anos de 2006 e 2023, utilizando como base de análise algumas características sócio-históricas de Belo Horizonte, bem como o referencial

³ Em 1978, por meio de um Decreto que a transformava em Centro de Educação Permanente, com o objetivo de contar com recursos vinculados à educação. A decisão controversa foi revertida no ano seguinte.

teórico que compreende o direito de acesso ao livro e à leitura de forma democrática como basilar para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Além disso, o referencial utilizado compreende que é preciso ressignificar o papel das bibliotecas no mundo contemporâneo. Parte-se da premissa de que esses equipamentos públicos devem colaborar para a formação de uma sociedade leitora, na qual as bibliotecas sejam espaços sociais de aprendizagem, capazes de fomentar a leitura crítica e o debate, em uma relação mútua entre biblioteca e sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de ambas.

A queda no empréstimo de livros da Biblioteca motiva a investigação desta pesquisa, considerando que, conforme o referencial teórico utilizado, as bibliotecas públicas devem ser espaços sociais ativos na promoção do acesso ao livro e à leitura de forma ampla e democrática. Por consequência, é de se esperar que esses equipamentos públicos promovam o acesso aos livros para cada vez mais pessoas e de variados perfis, refletindo a própria diversidade da população.

A investigação deste trabalho é dedicada a compreender o problema de pesquisa para então ser proposto um Plano de Ação. No capítulo dois, descritivo, apresenta-se a Biblioteca, tendo como base o seu simbolismo histórico e social no contexto de Belo Horizonte. Também são apresentadas as legislações que amparam seu funcionamento, contextualizando-as com as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo no entendimento acerca do papel das bibliotecas ao longo do tempo. Em seguida, apresento suas formas de funcionamento, expondo estrutura física e serviços, a fim de contemplar algumas de suas possibilidades e limites de atuação. Na sequência, são apresentados os gráficos extraídos do sistema de gerenciamento do acervo da Biblioteca, o Sistema Pergamum, com o objetivo de demonstrar algumas características do público atendido (por exemplo, sexo, ocupação, dentre outras) e da queda no volume de empréstimos de livros.

No capítulo seguinte, de natureza analítica, o referencial teórico é desenvolvido, contemplando a visão de autores de referência que tratam da democratização do acesso ao livro e à leitura. Neste trabalho, entende-se a necessidade dessa democratização, defendida em seu potencial emancipador, para a construção de uma sociedade melhor para todas as pessoas. Como se verá, ao contrário da ideia de que certos grupos deveriam ditar as regras do que seriam os “melhoramentos” almejados, deve-se contemplar a própria diversidade social e oportunizar trocas de informações e debates que colaborem para a construção do conhecimento. Para melhor compreensão do cenário, são, por fim, apresentadas algumas

pesquisas que tratam sobre hábitos de leitura e alguns indicadores educacionais relacionados à leitura, que refletem também outras desigualdades.

O referencial teórico foi dividido em dois eixos de análise. No primeiro, o enfoque é a “democratização do acesso à leitura” com base nas teorias de Silvia Castrillón (2003) e Luiz Percival Leme Britto (2009). A análise documental dos relatos dos gestores buscou investigar como esses atores percebem o comportamento do volume de empréstimos de livros como um problema a ser enfrentado, à luz do direito de acesso ao livro e à leitura para todas as pessoas. Em caso afirmativo, serão apresentados quais são os caminhos que almejam percorrer para mitigá-lo e quais as dificuldades enfrentadas do ponto de vista da gestão.

O segundo eixo trata do “fomento à leitura na biblioteca como espaço social de aprendizagem”, tendo David Lankes (2016) como autor de referência. Esse segundo eixo buscou responder, também de parte da gestão desse equipamento público, como a Biblioteca compreende seu papel no mundo contemporâneo e se há caminhos desejados de mudança em sua forma de atuação para fomento à leitura. Nesse eixo, foram investigadas questões atinentes à ideia de biblioteca como um espaço social de aprendizagem que reflita a própria diversidade da população e oportunize trocas e debates para o fortalecimento de uma sociedade leitora, crítica e engajada. Para a pesquisa de campo, foram realizadas análises de documentos administrativos com relatos de gestores de áreas-chave da instituição e de duas representantes da sociedade civil organizada que se relacionam com a Biblioteca para o desenvolvimento de suas atividades.

A partir da análise realizada, uma vez identificados os pontos críticos do desenvolvimento das atividades pela BPEMG, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) no quarto capítulo. As propostas do PAE visam fortalecer a Biblioteca no cumprimento de sua finalidade de democratização do acesso ao livro e à leitura, à luz dos achados da análise e com base no referencial teórico, que prediz a leitura enquanto instrumento de emancipação dos sujeitos e justiça social e as bibliotecas enquanto espaços sociais de aprendizagem. Por fim, nas considerações finais, foi retomada a trajetória percorrida durante este estudo, bem como destacados os gargalos e potencialidades.

2 A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Nesta seção são discorridos alguns aspectos considerados importantes para análise do problema de pesquisa: a queda de empréstimos de livros da Biblioteca. Para isso, a análise é feita a partir de três aspectos, que estão divididos neste capítulo em seções próprias: “O simbolismo da criação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais no contexto histórico de Belo Horizonte”; “Bases legais e administrativas da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais”; e “A Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – estrutura e forma de atuação”. Este último contempla uma subseção sobre o empréstimo de livros, que, por sua vez, subdivide-se em: “Perfil dos usuários da Biblioteca”; “Características do volume de empréstimos de livros entre os anos de 2006 e 2023”; e “Acervo de livros”, com base nas informações do seu sistema de gerenciamento, o Sistema Pergamum.

Na primeira seção, busca-se evidenciar como a Biblioteca se inscreve no contexto da história de Belo Horizonte, capital planejada e inaugurada em 1897 como parte de um esforço de consolidação da República no país, da qual a Praça da Liberdade, que abriga a BPMEG, é representativa. Assim como no caso da transferência da capital, a criação da BPMEG foi capitaneada pelas elites, em especial as elites letradas em estreita relação com o poder central. Na seção seguinte, a fim de compreender a forma de funcionamento da BPMEG nos dias de hoje, são apresentados seus espaços e serviços, como em um percurso pelos corredores da Biblioteca, a fim de identificar também gargalos e potencialidades de atuação. Na terceira seção, pretende-se dar maior enfoque ao problema central da pesquisa, compreendendo como o serviço de empréstimo funciona, como o perfil de usuários pode ser caracterizado e como é o acervo de livros, a partir das informações que são possíveis extrair do Sistema Pergamum.

As propostas deste capítulo objetivam caracterizar o problema investigado a fim de proporcionar, nos capítulos seguintes, uma visão mais ajustada à realidade para o desenvolvimento da pesquisa e posterior proposta de intervenção.

2.1 O SIMBOLISMO DA CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS NO CONTEXTO HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE

Para compreender o significado da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, é importante entender o valor simbólico da criação desse equipamento cultural no contexto da história de Belo Horizonte. Os sinais dessa história se evidenciam tanto pela localização

temporal da Biblioteca – cuja inauguração data de 1954, quando Juscelino Kubitschek (JK) figurava como governador do estado – quanto pelas marcas físicas de sua arquitetura assinada por Oscar Niemeyer; e por sua localização geográfica na Praça da Liberdade, ao lado do Palácio da Liberdade, região que está intrinsicamente ligada ao desejo de rompimento com o passado e construção da modernidade na cidade de Belo Horizonte.

A mudança da antiga capital do estado, Ouro Preto, e a construção de uma nova, em Belo Horizonte (com sede no Palácio da Liberdade), pretendia inaugurar novos tempos, sinalizando o triunfo do homem moderno, capitaneado pela burguesia em ascensão, em contraposição às elites extrativistas e oligárquicas. Ouro Preto havia sido centro econômico da antiga colônia durante o ciclo do ouro. Contudo, desde o final do século XVIII, a cidade já vivia um cenário de esgotamento das jazidas, marginalização econômica e impotência administrativa. Mesmo com a ascensão do café na província de Minas Gerais, no século XIX, a zona de prosperidade encontrava-se distante de Ouro Preto. Com a Proclamação da República, em 1889, o desejo de ruptura com o passado que aquela capital representava (incluindo os interesses das antigas classes dominantes) encontrou terreno fértil para ser advogado pelos progressistas republicanos (Angotti-Salgueiro, 2020).

Esse desejo se materializaria tanto no deslocamento físico da antiga capital para Belo Horizonte, em 1897, quanto nas formas e símbolos transcritos na construção da nova sede. Sobre isso, Heliana Angotti-Salgueiro assim explica:

Penso no sentido dado às alegorias e aos símbolos republicanos nas fachadas dos edifícios de Belo Horizonte, no valor do modelo racionalista e higienista francês invocado nos discursos para caucionar a metamorfose das cidades na passagem da monarquia à república, nas novas formas arquitetônicas que se impunham pela sua própria materialidade ou aparência inovadora no velho arraial do Curral del Rey (Angotti-Salgueiro, 2020, p. 43).

Ainda segundo Angotti-Salgueiro (2020), Aarão Reis, engenheiro e urbanista responsável pela liderança da construção da cidade de Belo Horizonte, priorizaria na criação de uma “cidade moderna” uma racionalização para a distribuição de regiões destinadas a cada finalidade entre zonas da cidade e a “distribuição funcional dos equipamentos, com o belo associado ao útil” (ibidem, p. 41). Segundo a autora, os relatórios da Comissão Construtora de Belo Horizonte mostram o rigor técnico e a modernidade das medidas que se queria implantar na cidade, buscando imprimir nessas construções o que representaria uma cidade capital, ou a imagem que a elite técnica produzia do lugar.

Assim, para a autora, a história da cidade de Belo Horizonte insere-se ao mesmo tempo nos debates sobre planificação urbana que começavam a acontecer no Brasil e no discurso internacional sobre valores que representavam as cidades capitais. E justamente pelas mudanças na cidade estarem carregadas de representações econômicas e simbólicas, invocando valores representativos de cidades “modernas” em outras partes do mundo, configurava-se também um discurso utópico. Os personagens que engendraram as mudanças nutriam uma espécie de crença de que, por meio dessas ações, poderiam levar o país ao futuro. A mudança não seria somente física, mas de *locus* de representação, em que a estratégia de abandonar, demolir e fazer de novo é utilizada para dar forma a um “novo começo”. Para Angotti-Salgueiro, essa estratégia é sempre retomada ao longo da história das cidades brasileiras, mas apresenta-se como solução circunstancial para mascarar problemas permanentes.

A construção da cidade de Belo Horizonte havia sido planejada, mas era a área central (com epicentro na Praça da Liberdade, resvalando para seu entorno, na região da Savassi) que receberia toda a infraestrutura urbana de transportes, educação e saneamento, abrigando também os prédios públicos em que atuariam os funcionários do executivo estadual. Para isso, o antigo Curral del Rey foi totalmente destruído, empurrando para fora dali os antigos moradores, que não tinham condições de adquirir os terrenos valorizados da área central (Ávila, 2011).

Apesar da aspiração por progresso ter sido a tônica da fundação de Belo Horizonte, a cidade permaneceria estável e sem grande desenvolvimento nos primeiros anos do novo século. A partir de 1920, contudo, pode-se destacar o surto criativo da cidade com a geração de escritores modernistas⁴, acompanhando o cenário nacional de inovações no movimento artístico e cultural, a exemplo da Semana da Arte Moderna de 1922. Nos anos 1930, Belo Horizonte já ultrapassava as previsões de número de habitantes feitas em sua criação e, entre 1930 e 1940, avançava em termos de industrialização, espelhando “ares de modernidade”, com bondes e automóveis na rua, além dos primeiros edifícios. A chamada Revolução de 30, que marcaria o fim da República Velha no país, abriria ainda mais caminhos para mudanças urbanas observadas na cidade nesse período, assim, “a cidade nascida para ser moderna anseia por mais modernidade” (Ávila, 2011). A autora descreve o cenário da área central de Belo

⁴ Tais como Carlos Drummond de Andrade e Milton Campos.

Horizonte à época, região onde mais tarde seria construída a Biblioteca Pública de Minas Gerais:

Casarões ecléticos convivem com os primeiros edifícios, repartições públicas, normalistas e jovens fazem o *footing* na Praça da Liberdade, local de convívio público e lazer.

[...]

Surgem jornais, cinemas, a Rua da Bahia é a coqueluche do momento. Nela se encontravam o comércio de luxo, as mais bonitas residências, livrarias, o lazer culminando na Praça da Liberdade e no palácio governamental.

[...]

A feição da cidade se modifica ainda mais com o surgimento do estilo *art déco*, cujo exemplo remanescente mais significativo é a fachada do edifício do Minas Tênis Clube (Ávila, 2011 p. 32).

Observa-se que essa região de Belo Horizonte, que nasce com a expulsão dos antigos moradores do arraial para áreas periféricas, perpetua seu caráter elitista ao longo de sua história.

Juscelino Kubitschek já havia vindo para Belo Horizonte e formou-se como médico, mas sua iniciação na política ocorre ao se opor ao movimento Constitucionalista de 1932, em defesa do governo provisório de Getúlio Vargas. Com o Golpe de 1937, instaura-se o Estado Novo sob a batuta de Vargas e são nomeados interventores nos estados. JK torna-se secretário da Interventoria de Minas. Em 1940, Juscelino é nomeado Interventor da capital mineira. Nesse período, com o objetivo de tornar Belo Horizonte pólo econômico do estado, JK dá início a grandes obras, como a recuperação de vias e canalização de córregos, passando a ser conhecido como “Prefeito Furacão” (de 1940 e 1945). O então prefeito dedica-se ao remodelamento da cidade, sendo também dessa época o conjunto arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer a pedido de JK (Ávila, 2011).

Mais tarde, após o fim do Estado Novo, JK viria a se tornar governador de Minas Gerais, cargo que exerceu entre 1951 e 1955. Durante esse período foi criada a Biblioteca Pública Estadual, por meio da Lei nº 1.087, de junho de 1954. Mas a criação da Biblioteca não se dá de forma isolada nesse campo. De acordo com Cristina Ávila,

No governo de Minas, embora a atuação de Juscelino Kubitschek tenha privilegiado o binômio energia e transporte, as artes continuaram a se abrir a novos horizontes. A presença de Niemeyer ainda se faz importante. São dessa fase o conjunto JK, o edifício Niemeyer, o Colégio Estadual de Belo Horizonte, o prédio da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o Grande Hotel de Diamantina etc.

Juscelino, neste período, se aproxima da intelectualidade mineira. Trabalha para ele o famoso ensaísta e tradutor de Dante, Camões, Goethe e Rilke, Cristiano Martins, como secretário particular e coordenador de toda a área de redação política do Palácio da Liberdade. Também atuou como chefe de gabinete o contista Murilo Rubião (Ávila, 2011, p. 47).

Sendo assim, a presença de JK no governo de Minas marcou a continuidade de grandes obras, também ligadas à arte e à cultura, como parte de um projeto desenvolvimentista do estado. Marcos da arquitetura dessa fase alteraram a paisagem da Praça da Liberdade, tanto com a Biblioteca Pública Estadual quanto com o Edifício Niemeyer. A partir de então, as linhas retas dos prédios construídos no fim do século XIX para abrigar a capital do estado conviveriam com as linhas curvas da arquitetura modernista de Niemeyer.

O projeto original da Biblioteca era maior do que o prédio de três andares que hoje abriga a sua sede. JK havia solicitado o desenho ao amigo Oscar Niemeyer, que projetou um edifício de seis andares, com espaços amplos e convidativos, destinados não só à leitura, mas também a várias manifestações culturais, como apresentações de teatro e música. A localização já era prevista na parte nobre da cidade, na Praça da Liberdade, região da Savassi, embora tenham sido previstos também serviços de extensão bibliotecária, tais como o “carro-biblioteca” e o empréstimo a hospitais e prisões – além da cooperação com bibliotecas do interior do estado. Até então, Belo Horizonte tinha somente uma pequena biblioteca, vinculada à prefeitura (Cesarino, 2006).

Essa primeira biblioteca de Belo Horizonte já havia sido criada, à época da fundação da nova capital, no final do século XIX, como resultado do desejo de construção de uma sociedade moderna. De acordo com Abílio Barreto, em Silveira (2014), apenas cinco meses após terem sido iniciados os trabalhos, membros da Comissão Construtora da Nova Capital fundaram a Sociedade Literária de Belo Horizonte, com a finalidade de organizar uma biblioteca e um museu. Essa Sociedade Literária já contava com quase 4 000 títulos, doados pelos próprios membros da Comissão, com forte ligação com as correntes ideológicas da Europa em vigor – a maioria desses títulos de origem francesa e inglesa. De acordo com Silveira, esse fato “aponta, também, para a constituição de um espaço de sociabilidade e de representação da elite econômica e política responsável por ‘conferir ares de civilidade’ ao novo arraial” (Silveira, 2014, p. 129).

Assim também, a nova biblioteca, encomendada por JK em meados do século XX, estava permeada pelo desejo de progresso. De acordo com Cesarino (2006), para o planejamento da Biblioteca Pública de Minas Gerais, JK instituiu uma comissão presidida por

Eduardo Frieiro. “Segundo Frieiro, Juscelino Kubitschek imaginou-a grande, moderna, dinâmica, condizente com o adiantamento da cidade que caminhava célere para seu meio milhão de habitantes” (Cesarino, 2006, p. 21).

De fato, nos anos 1950, Belo Horizonte vivia um *boom* populacional, com taxa de crescimento demográfico bem superior às taxas de décadas anteriores e recebia forte fluxo migratório, o que fez a área central da cidade se valorizar ainda mais. No caso da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, observa-se que, embora tenha tido a pretensão de ser criada como um espaço cultural aberto e “altamente democrático”, verdadeira “universidade do povo” e capaz de “alcançar as massas” (segundo consta nos excertos da mensagem de JK à Assembleia Legislativa de Minas Gerais), ela fora encomendada para ser construída em região nobre de Belo Horizonte, refletindo também os ideais dos grupos que ascenderam ao poder.

Para Almeida e Gutierrez (2011), a década de 1950 foi uma época de mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil que tiveram impacto no campo cultural. Nessa época, o país experimentava a transição de seu perfil, deixando de ser majoritariamente rural para tornar-se urbano. Com essas novas classes urbanas nas cidades industrializadas, consolida-se o lazer moderno no Sul e Sudeste do país. Não sem contradições, o lazer nas cidades diferencia-se entre aqueles das classes média e alta, incluindo estudantes universitários, que desfrutam de investimentos públicos⁵ e privados para acesso à produção cultural, ao passo que nas classes baixas o lazer se daria basicamente pela tradição de rua, circo e festas católicas.

Dos trechos da mensagem de JK à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para criação da Biblioteca, em Cesarino (2006), extrai-se que a Biblioteca Pública Estadual teria o papel de complementação de estudos secundários e universitários, proporcionando o acesso a obras e documentos ao trabalhador “intelectual”. Para JK, caberia à Biblioteca incentivar o hábito de leitura em crianças e adultos, abrangendo também atividades e recreação como “instrumentos de aprimoramento do espírito” (Cesarino, 2006, p. 22).

Não só a localização, a grandeza e o arrojamento da arquitetura também eram representativos dos novos tempos que se pretendia inaugurar no governo JK. O ideal do progresso seria alcançado com o “desenvolvimento” da sociedade em si, dos seus cidadãos.

⁵ De acordo com os autores, exemplo disso é que, nessa época, a classe média em ascensão desfrutava de passeios de carro aos finais de semana na malha viária em expansão, além de contar com investimentos de prefeituras e estados na construção de parques, como o Ibirapuera (1951), com concepção de Oscar Niemeyer, referência de lazer, cultura e arte localizado na zona nobre da capital paulista.

Para a criação da Biblioteca, JK assinou a mensagem à ALMG que diz que o conjunto de atividades culturais da Biblioteca a ser criada deveria ser “oferecido em ambiente cômodo, belo e amável, aparelhado com os recursos imprescindíveis para vencer em atrativos os comuns passatempos frívolos. Assim é a biblioteca moderna: recreia, educa e instrui” (Cesarino, 2006, p. 22-23).

A Lei nº 1.087, de criação da Biblioteca Pública Estadual, previa o funcionando em espaço provisório até a construção da nova sede. Por falta de recursos financeiros, o projeto sofreu alterações e três andares foram cortados do desenho original. Já no governo de Bias Fortes, utilizou-se mão de obra de detentos da Penitenciária de Neves para a finalização da obra, e em 1961 foi ordenada a mudança definitiva da Biblioteca para o prédio próprio construído na Praça da Liberdade (Cesarino, 2006).

Em Filizzola, tem-se a descrição desse cenário:

De suas primeiras acanhadas acomodações em um andar de pequeno prédio situado à Rua Saturnino de Brito, próximo à Estação Rodoviária, passou, em 1961, à sua atual sede na Praça da Liberdade, projetada por Oscar Niemeyer, espaço esse conquistado palmo a palmo, já que outras repartições compartilharam a área. O lado pitoresco não faltou nessa apropriação do espaço: o funcionamento de uma boate popular nos arcabouços do prédio, devido à paralização da obra durante 3 anos – a Boate do Esqueleto; os presos da penitenciária de Neves trabalhando no término da construção; a mudança da Biblioteca sendo ordenada à toque de caixa, apesar de inacabada a obra, pelo então Governador Dr. Bias Fortes, no final de seu governo, vez que eram grandes as pressões no sentido de liberação do prédio para outros fins (“mudar militarmente”, foi a ordem transmitida por seu secretário – particular); as bibliotecárias carregando ou alçando livros em cordas [...] vez que as escadas não estavam terminadas e o elevador não fora instalado (Filizzola, 1984, p. 5).

A criação da Biblioteca Pública é parte de um conjunto de projetos grandiosos em nome do desenvolvimento do país, nem sempre acompanhados de condições fáticas para seu alcance, sejam elas de cunho social ou econômico. Mas, como visto, as grandes obras na cidade eram também representativas da busca pelo progresso. De acordo com Marcelo Cedro (2006), JK se preocupava com o valor simbólico das obras públicas e buscava evidenciar, por meio delas, o poder do estado em superar o atraso do país, alcançando o imaginário da população.

Os ideais de construção da Biblioteca Estadual, como espaço cultural para “superação de passatempos frívolos” e “elevação do espírito” do homem, sendo ele educado e instruído,

traduziam também o que as elites urbanas que ascenderam ao poder entendiam de homem moderno, segundo seu modo de vida, crenças e valores.

Portanto, a criação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais insere-se no contexto histórico de Belo Horizonte, sendo representativa também do ideário urbano, industrial e desenvolvimentista das classes que passaram a exercer influência social e política em meados da década de 1950 no país. Nesse contexto, é salutar o fato de ter sido encomendada por JK, para quem a ideia de desenvolvimentismo era sinônimo de modernidade. Para ele, era preciso levar o país ao futuro, muito mais com a ideia de progresso do que propriamente com uma preocupação redistributiva (Delgado, 2019, p. 124).

JK encampava o ideário urbano, industrial, moderno, arrojado, o que na prática representava parte do ideário dessa nova elite no poder, e não propriamente um rompimento com o passado. Para executar seus projetos, JK adotou uma política de conciliação com as antigas classes dominantes. Os interesses por ele representados não nasciam de um movimento popular ou amplamente democrático, mas, sim, do que essa nova elite entendia por modernidade, da qual ela própria figurava como modelo a ser seguido e de cujos recursos privados ou públicos era a principal beneficiária.

Esse ideal de construção de um novo começo, de um novo homem, a despeito da realidade fática, remonta às origens da construção de Belo Horizonte, mas se perpetua ao longo da história do país. Sobre isso, Heliana Angotti-Salgueiro, alerta:

A construção de Brasília, sessenta anos depois da de Belo Horizonte, já figurava em textos de origem diversa ao longo de todo o século XIX e especialmente nos projetos de homens da geração de Aarão Reis, autor do traçado urbano de Belo Horizonte. O progresso futuro é um mito cada vez mais adiado, que domina o pensamento dos profissionais da cidade e acompanha sempre os atos de voluntarismo político em nome do desejo de reconstrução nacional – imaginário do qual nunca saímos (Angotti-Salgueiro, 2020, p. 51).

Retomando a expressão de Angotti-Salgueiro (2020), as soluções apresentadas historicamente no Brasil em busca desse novo começo são quase sempre circunstanciais e incapazes de responderem aos problemas permanentes. Assim, a Biblioteca, que é concebida sob o ideário de construção de uma nova sociedade, será atravessada pelos limites da realidade fática, os quais não se restringem aos de sua construção (que se deu, entre outras dificuldades, com atraso, corte do projeto à metade e mudança “às pressas” antes do encerramento da obra para evitar a concorrência com outros usos do espaço). Como será visto

neste trabalho, os limites a ela impostos serão de toda ordem ao longo de sua história, da escassez de recursos humanos a limitação orçamentária, passando também pela dificuldade de materializar, e não apenas garantir formalmente, o acesso a bens culturais de forma amplamente democrática.

Diante do exposto, reitera-se que, neste trabalho, o acesso ao livro, à leitura e à literatura é tema central abordado, utilizando-se dos indicadores relativos ao empréstimo de livros da Biblioteca entre os anos de 2006 e 2023. Entretanto, antes, é necessário traçar o arcabouço legal que ampara a existência da Biblioteca Pública Estadual, bem como a legislação que orienta o cumprimento de suas finalidades no campo da política cultural. Também serão mostradas as estruturas físicas (sede e anexo), os serviços oferecidos, a forma de funcionamento e os recursos humanos, para traçar o panorama da Biblioteca nos dias de hoje.

2.2 BASES LEGAIS E ADMINISTRATIVAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Até o início do século XIX, as bibliotecas no Brasil eram espaços particulares de religiosos, nobres e letrados. Sob influências europeia e estadunidense, durante o século XIX o Brasil começou a criar bibliotecas públicas em estados de norte a sul, como em Sergipe, Maranhão, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul. Contudo, ainda que “legítimas e bem-intencionadas, rapidamente entravam em crise por falta de recursos e planejamento para a sua manutenção” (Fernandez, 2016, p. 38). Então, começaram a surgir no país organizações da sociedade civil para suprir a demanda por bibliotecas e formação leitora. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, associações culturais e filantrópicas nesse campo foram organizadas por imigrantes que detinham mais posses, como no caso do Real Gabinete Português de Leitura. Assim, essas associações no Brasil atuavam também para a manutenção do relacionamento da antiga metrópole com a ex-colônia e para a disseminação luso-cultural na sociedade brasileira (ibidem).

Os investimentos governamentais em bibliotecas públicas eram ínfimos até a década de 1930. Com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), no governo Vargas (1937), começaram a ser realizadas ações para a ampliação da quantidade de bibliotecas públicas no país. O INL foi criado com a missão de publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, editar obras de interesse para a cultura nacional, além de criar bibliotecas

públicas e estimular o mercado editorial do país. Até a sua extinção, em 1990, o INL foi o principal órgão governamental responsável pela gestão de políticas relacionadas ao livro e à leitura no país (Fernandez, 2016, p. 38).

Em Minas Gerais, o governador Milton Campos sancionou uma lei em 1948 autorizando a instalação de bibliotecas públicas nas sedes dos municípios do estado (Lei nº 337, de 28/12/1948). De acordo com essa normativa, o governo do estado entraria em acordo com as prefeituras municipais para a instalação, organização e manutenção das bibliotecas nos municípios que não possuíam essas instituições.

Em 1954, já no governo JK, a Lei nº 1.087, de 02 de junho de 1954, criaria a Biblioteca Pública de Minas Gerais. Pela sua importância para este trabalho, o conteúdo completo, atualizado, está transcrito na íntegra a seguir:

Cria a Biblioteca Pública de Minas Gerais e dá outras providências.
(Vide Lei nº 13.488, de 8/3/2000.)
(Vide art. 1º da Lei nº 2.792, de 8/1/1963.)

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica criada, com sede em Belo Horizonte, a Biblioteca Pública de Minas Gerais.

Art. 2º – A Biblioteca Pública de Minas Gerais destina-se a promover, pelos meios ao seu alcance, a difusão da cultura geral, competindo-lhe:

- a) oferecer a estudantes e pesquisadores a documentação necessária aos seus trabalhos;
- b) manter serviços de extensão bibliotecária e cultural, franqueados ao público;
- c) cooperar na criação e manutenção de biblioteca e salas de leitura públicas no interior do Estado.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a destinar, para constituir o acervo inicial da Biblioteca ora criada, as coleções das bibliotecas das repartições públicas estaduais, reservadas, porém, a cada uma destas as obras especializadas indispensáveis às suas atividades normais.

Art. 4º – A Biblioteca Pública de Minas Gerais será dirigida por um Diretor nomeado em Comissão pelo Governador do Estado.

Parágrafo único – Compete ao diretor superintender os serviços administrativos e técnicos da Biblioteca, autorizar a aquisição de livros, revistas e todo o material necessário ao seu funcionamento, bem como requisitar e aplicar as dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º – Ficam criados, no Quadro-Geral, Parte Permanente, os seguintes cargos:

Na Tabela I – 1 diretor, padrão I-59, de provimento em comissão; 1 secretário, padrão I-45, de provimento em comissão.

Na Tabela II – 5 assistentes técnicos, padrão I-40, de provimento efetivo; 1 consultor-cultural, padrão I-57, de provimento efetivo.

Na Tabela III – 9 (nove) cargos de Bibliotecários padrão L, na carreira de Bibliotecário.

Art. 6º – Na Tabela IV, Parte Permanente, do Quadro-Geral, ficam criadas as seguintes funções gratificadas:

5 chefes de divisão – gratificação anual: Cr\$9.600,00;

1 chefe de portaria – gratificação anual: Cr\$2.400,00.

(Vide art. 5º da Lei nº 2.001, de 17/11/1959.)

Art. 7º – Aos titulares dos cargos de bibliotecário e assistente técnico será exigido o diploma ou certificado de conclusão de Curso de Biblioteconomia, passado por escolas oficialmente reconhecidas.

Art. 8º – A Biblioteca Pública de Minas Gerais será imediatamente instalada em prédio convenientemente adaptado, cumprindo ao Governo providenciar logo a construção de sua sede definitiva, para o que incluirá verba própria nos orçamentos.

Art. 9º – Para atender, neste exercício, às despesas decorrentes desta lei, fica aberto à Secretaria das Finanças, com vigência prorrogada até 31 de dezembro de 1955, o crédito especial de Cr\$750.000,00 para pagamento de pessoal, inclusive adicionais de família, gratificações de representação e gabinete, e serviços extraordinários; CR\$5.250.000,00 para despesas de instalação, aquisição de livros e assinatura de revistas; Cr\$20.000.000,00 para construção da sede definitiva da Biblioteca, incluindo-se nos orçamentos seguintes verba própria para conclusão da obra, podendo o Governo, para esse fim, se necessário, realizar operação de crédito dito.

Parágrafo único – Para o imediato funcionamento da Biblioteca, ora criada, fica autorizado o seu diretor a requisitar diretamente da Secretaria das Finanças as importâncias necessárias à instalação, aquisição de livros e assinatura de revistas.

(Revigorado pelo art. 1º da Lei nº 1.545, de 4/1/1957.)

Art. 10 – Fica o Executivo autorizado a baixar oportunamente o Regimento interno da Biblioteca Pública de Minas Gerais.

Art. 11 – Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução esta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 2 de junho de 1954.
JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Como se pode observar, a lei de criação da Biblioteca Pública de Minas Gerais já tratava sobre suas finalidades na promoção da cultura, sendo elas o provimento de documentação necessária a estudantes e pesquisadores para seu trabalho, a manutenção de serviços de extensão bibliotecária franqueados ao público e a cooperação com bibliotecas do interior. Além disso, a lei tratou também sobre a constituição do acervo inicial, a forma de gerenciamento, as previsões orçamentárias e a estrutura de cargos⁶. Em janeiro de 1961, o Decreto nº 6.140 deu a denominação “Professor Luiz de Bessa” à Biblioteca. De acordo com o próprio decreto, o acréscimo foi feito considerando os relevantes serviços prestados por ele à cultura e administração pública do estado.

Para a organização da Biblioteca, foi promulgada a Lei nº 2.792, de 08/01/1963, criando formalmente sua estrutura administrativa, com as seguintes grandes áreas: Diretoria, Divisão Administrativa, Divisão de Processamento Técnico, Divisão da Biblioteca Central (subdivida em: Seção de Consultas e Referência, Seção de Periódico, Seção de Artes, Divisão de Extensão Bibliotecária, Seção de Empréstimos Domiciliares, Seção do Carro-Biblioteca, Seção de Depósitos e Sucursais) e a Divisão Infantojuvenil. Além disso, criou cargos a serem lotados na Biblioteca Pública de Minas Gerais (chefes de seção, assistentes técnicos, bibliotecários, datilógrafos, contabilistas, escriturários etc.). Por fim, abriu crédito para a administração da biblioteca.

Para a regulamentação da Lei nº 2.792/63, de 08/01/1963, foi instituído o Decreto nº 6.884, de 19 de março de 1963. A normativa com a regulamentação da Biblioteca foi organizada em oito capítulos. O Capítulo I tratou sobre as finalidades e competências, abaixo transcritas:

CAPÍTULO I Dos Fins e Competência

Art. 1º – A Biblioteca Pública de Minas Gerais “Professor Luiz de Bessa”, subordinada ao Governador do Estado, destina-se a promover, pelos meios a seu alcance, a difusão da cultura geral, competindo-lhe:

a) organizar, conservar e enriquecer o seu patrimônio, constante de coleções de livros, revistas e periódicos, bem como de manuscrito, mapas, estampas,

⁶ Nos anos seguintes, um decreto-lei dispôs sobre lotação de cargos na Biblioteca (Decreto nº 5.567, de 17/04/1959) e uma lei estadual (Lei nº 2.289, de 28/12/1960) sobre suplementação orçamentária para a Biblioteca.

- microfilmes, discos e outros elementos de documentação, informação e recreação;
- b) oferecer a estudantes e pesquisadores as obras e a documentação necessárias a seus estudos e trabalhos;
- c) manter serviços de extensão bibliotecária, cultural e recreativa, destinados ao público;
- d) promover atividades que concorram para completar a educação do povo e permitam melhor aproveitamento das suas horas de lazer com o fim de elevar o valor social do indivíduo;
- e) manter intercâmbio com instituições culturais, públicas e privadas, para a permuta de fichas e publicações, troca de informações e outros serviços de colaboração;
- f) promover a organização e expansão de bibliotecas públicas e privadas em bairros, subúrbios e zona rural da Capital.

Em comparação com a lei de criação da Biblioteca (Lei nº 1.087, de 02 de junho de 1954), o Decreto nº 6.884/63 acrescentou à normativa finalidades que foram dispostas na alínea a, acerca de organização, conservação e enriquecimento do patrimônio da Biblioteca (livros, revistas, periódicos, mapas etc.); na alínea d, acerca de completar a educação do povo e permitir “melhor aproveitamento das suas horas de lazer com o fim de elevar o valor social do indivíduo”; e, quanto à interação com outras instituições culturais, tratou sobre permuta de materiais e promoção de organização e expansão de biblioteca públicas e privadas em regiões da própria capital, diversamente do que fora tratado à época da criação (conforme 1.087/54, artigo 1º, alínea c, a Biblioteca Pública deveria cooperar para a criação e manutenção de bibliotecas e salas de leitura no interior do estado).

Os demais capítulos do Decreto nº 6.884/63 trataram sobre a organização administrativa (Capítulo II), respeitando praticamente⁷ a mesma estrutura prevista na Lei nº 1.087/54. Quanto à estrutura de cargos, foi adicionada a necessidade de diploma ou certificado de conclusão do curso de Biblioteconomia não só para os cargos de bibliotecário e assistente técnico (como fora previsto no artigo 7º da Lei nº 1.087/54), mas também para os chefes de Divisões e Seções da Biblioteca. O Capítulo III previu que o Diretor continuaria sendo nomeado em comissão pelo governador do estado, adicionando-se que ele seria secretariado por um servidor da Biblioteca. A partir do Capítulo IV, detalham-se as competências de cada uma das seções da divisão organizacional da biblioteca, relacionadas à gestão administrativa (área meio, gestão de pessoal, orçamentária e material) e a processos finalísticos (aquisição,

⁷ Com exceção ao fato de que, no Decreto 6.884/63, a Divisão de Extensão Bibliotecária se tornou uma grande área subdividida em empréstimos domiciliares, carro-biblioteca e depósitos e sucursais.

manutenção, classificação e organização do acervo, além do préstimo de informação e apoio às pesquisas dos consulentes e realização de eventos culturais⁸). O Capítulo V previu as incumbências do Diretor, o qual deveria responder ao governador sobre os trabalhos realizados e as incumbências das chefias subordinadas a ele; sendo que nos casos em que as decisões estivessem para além de sua alçada deveriam ser remetidos ao governador do estado. Nos parágrafos seguintes, o Decreto previu que, além dos funcionários lotados na Biblioteca, poderia haver servidores de outras repartições à disposição dos serviços da biblioteca, e que o horário de funcionamento seria estabelecido por meio de Regimento Interno.

Essas primeiras normativas, especialmente a Lei de Criação da Biblioteca (a Lei nº 1.087/54), a lei que organizou o seu funcionamento (Lei 2.792/63) e o Decreto que detalhou essa regulamentação (Decreto nº 6.884/63), dariam as bases formais e administrativas sobre o funcionamento da Biblioteca. Ao longo do tempo, diretrizes sobre a política cultural em âmbito nacional e internacional, além de mudanças na forma de organização do próprio estado, resvalariam na legislação sobre a Biblioteca.

Em âmbito internacional, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) publicou, em 1973, a primeira edição das Diretrizes para Bibliotecas Públicas, que teve efeitos para a criação de normas em diversos países, além da difusão de princípios e critérios segundo padrões aceitos internacionalmente⁹ (IFLA, 2012).

Em 1978, durante o período da ditadura militar no Brasil, enfrentando crise financeira, técnica e política, a Biblioteca perdeu o seu nome e foi transformada em Centro de Educação Permanente, sob a justificativa técnica de captar recursos destinados à educação formal. De acordo com Cesarino (2006), a decisão foi controversa, já que a mudança de nome foi considerada uma afronta aos bibliotecários.

Com os movimentos de luta por eleições diretas e abertura democrática, observou-se um pequeno incentivo à promoção de políticas culturais e da leitura no Brasil (Fernandez, 2016). No âmbito do Estado, foi criada a Superintendência de Bibliotecas Públicas em 1983, como parte do Sistema Estadual de Cultura. Assim, a então Biblioteca Luiz de Bessa passou a

⁸ Inclusive eventos sobre a história da pátria, tal como previsto na alínea d, da Seção Juvenil: “d) dar publicidade, internamente, a fatos, datas e vultos da história pátria, mediante exposições ou festas comemorativas” (Brasil, 1963, Cap. I).

⁹ O Instituto Nacional do Livro realizou, em parceria editorial, a tradução dos guias para a Língua Portuguesa (IFLA, 2012).

ser uma das diretorias dessa superintendência, sendo que várias atividades que eram exercidas pela Biblioteca foram assumidas por essa nova unidade organizacional. A Biblioteca continuou a ter um Diretor, porém ele passou a responder à superintendência. A Biblioteca continuou a enfrentar crises financeiras e de recursos humanos, mas foi um período cultural produtivo. No mesmo ano, a Biblioteca retomou o nome Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Cesarino, 2006).

Na Constituição Federal da República de 1988, foi garantido a todos, dentre outros, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura (Brasil, 1988, art. 215). Segundo Fernandez (2016), na década de 1990 começaram a acontecer mais investimentos públicos governamentais em projetos e programas destinados a promover políticas públicas para a área de bibliotecas, livro, leitura e literatura no Brasil. Exemplo disso foi a criação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em 1992. De acordo com Fernandez (2016), esse cenário brasileiro foi resultado também de pressões internacionais. A conjuntura mundial era de avanços tecnológicos, sociedade em rede e globalização, com agravamento de desigualdades. Assim também cresciam as demandas para a qualificação de pessoas e para a superação das barreiras de analfabetismo informacional, enquanto cresciam vertiginosamente os meios de produção e a quantidade de informações.

Esses fatores pressionavam os governos por respostas relacionadas tanto ao acesso quanto à organização e disseminação da informação. O Manifesto da IFLA, originalmente publicado em 1949, foi revisado em 1994, atualizando o documento frente ao novo contexto (Fernandez, 2016).

Em Minas Gerais, a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, dispôs sobre a política cultural do estado, tendo passado por atualizações¹⁰. Para a finalidade deste trabalho, foram transcritos alguns excertos da seção específica sobre as bibliotecas:

Seção IV
Das Bibliotecas

Art. 41 – O Estado desenvolverá ações voltadas para a dinamização das atividades das bibliotecas públicas em todo o território mineiro, com os objetivos de:

¹⁰ Lei nº 16.303, de 7/8/2006; § 2º do art. 2º e art. 37 da Lei nº 22.944, de 15/1/2018; § 2º do art. 2º e art. 42 da Lei nº 24.462, de 26/9/2023.

- I – incentivar a criação e a expansão, bem como garantir a manutenção dos serviços bibliotecários no Estado;
- II – promover a articulação intermunicipal e interregional das bibliotecas públicas, por meio da ação das bibliotecas-pólo regionais;
- III – promover a expansão e a atualização do acervo das bibliotecas públicas;
- IV – incentivar a informatização e promover a implantação de novas tecnologias no armazenamento e gerenciamento de informações bibliográficas.

Parágrafo único – Considera-se biblioteca-pólo regional a biblioteca municipal que se situe em município de influência regional no Estado e que tenha função destacada, nos termos de regulamentação.

Art. 42 – Na execução das ações de que trata o artigo anterior, serão observados os seguintes princípios:

- I – a valorização da biblioteca como centro de informação e cultura;
- II – o amplo acesso dos indivíduos às bibliotecas e aos seus serviços;
- III – a valorização da memória e da criação cultural;
- IV – a busca da formação e da consolidação do hábito da leitura.

[...]

Art. 44 – As ações e medidas de que tratam os arts. 41 e 43 serão coordenadas pela Secretaria de Estado da Cultura.

Parágrafo único – A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa atuará como centro de excelência, modelo e laboratório para as demais bibliotecas públicas no Estado.

Dos excertos da Lei nº 11.726/94, observa-se que é dever do Estado, na promoção da política cultural, a criação e manutenção dos serviços bibliotecários do estado de forma integrada; a expansão e atualização dos acervos e incentivo a novas tecnologias de armazenamento e gerenciamento, observando-se os princípios de valorização da biblioteca como centro de informação e cultura; o amplo acesso dos indivíduos; a valorização da memória e da criação cultural; além da formação e consolidação do hábito de leitura. Para tanto, a Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais tem papel fundamental, como modelo para as demais bibliotecas públicas do estado.

Durante os anos 1990, algumas mudanças importantes podem ser destacadas para a gestão da Biblioteca, com reflexos até os dias de hoje. O ano de 1994 é também o ano da criação da Associação dos Amigos da Biblioteca Pública Estadual (SABE), com o objetivo de promover a cultura geral e ampliar o acesso à leitura e literatura em Minas Gerais. Para tanto, a SABE capta recursos para apoiar as atividades e os programas desenvolvidos pela

Biblioteca, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo governo estadual no que tange à gestão da política cultural (Minas Gerais, 2024).

Em 1997, foi aprovada a Lei Estadual de Incentivo à Cultura¹¹, para apoio à produção cultural no estado, com benefícios para a Biblioteca Pública. Já em 1998, foi incorporado à Biblioteca mais um prédio, também na Praça da Liberdade. O Prédio Anexo era da Secretaria de Fazenda e estava fechado por problemas estruturais. O ato de transferência condicionou a ocupação do prédio, após a reforma, à expansão da Biblioteca, que se efetivou no ano 2000 (Cesarino, 2006).

Segundo Fernandez (2016), nos anos 2000 foi registrado o aumento de investimentos e comprometimento público do governo brasileiro para a construção de políticas voltadas para o livro e incentivo à leitura, à literatura e a bibliotecas, conforme os preceitos de participação social previstos na Constituição Federal. De acordo com a autora, isso é perceptível com a aprovação da Lei nº 10.753, de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro. Essa lei visou garantir, dentre outros, o direito de acesso e uso do livro, incluindo formas de acessibilidade; a capacitação da população para uso do livro; e a ampliação do número de livrarias e bibliotecas no país. Além disso, a lei deixou explícito o dever dos entes públicos quanto à necessidade de consignação orçamentária para a manutenção e aquisição de livros para as bibliotecas. Ademais, o incentivo à leitura deveria ser viabilizado com inserção de rubrica do Executivo para o financiamento e a modernização do sistema bibliotecário, por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC). A autora destaca também o lançamento do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)¹², em 2006, cuja finalidade era democratizar o acesso ao livro, valorizar a leitura e fortalecer a cadeia produtiva do livro como incremento da produção intelectual e do desenvolvimento da economia nacional.

No que se refere à Biblioteca Pública, 2006 é o ano de autorização de abertura para a realização de concurso público para o preenchimento de 38 vagas para bibliotecários, tentando suprir a carência de recursos humanos (Cesarino, 2006)¹³. Em 2009, foi instituída a Política Estadual do Livro (Lei nº 18.312/2009)¹⁴, ainda hoje em vigor e atualizada. Conforme se pode observar dos excertos da Lei nº 18.312/09, é dever do Estado promover o acesso ao livro como forma de incentivo à cultura, de transmissão de conhecimento, de estímulo à

¹¹ Ao longo dos anos, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura passou por atualizações, com repercussões para o incentivo ao livro e à leitura no estado de Minas Gerais.

¹² Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006.

¹³ Em 2013, foi publicado novo edital para o preenchimento de cinco vagas para formados em Biblioteconomia.

¹⁴ Última atualização em 2018.

pesquisa e de conservação do patrimônio histórico e social. Para os objetivos deste trabalho, foram extraídos alguns artigos dessa lei atinentes às bibliotecas públicas, transcritos a seguir:

LEI nº 18.312, de 06/08/2009
Texto Atualizado
Institui a Política Estadual do Livro.

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual do Livro, destinada a promover e incentivar a leitura e o acesso ao livro e a apoiar a produção, a distribuição e a comercialização de livros no Estado, com vistas à difusão da cultura, à transmissão do conhecimento, ao estímulo à pesquisa social e científica e à conservação do patrimônio cultural.

Art. 2º – Para efeito desta Lei, considera-se:

I – livro a publicação não periódica de textos escritos, em fichas ou folhas grampeadas, coladas ou costuradas, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e com qualquer acabamento;

[...]

Art. 3º – A política de que trata esta Lei tem como objetivos:

I – assegurar o direito de acesso e uso do livro;

[...]

IV – promover e incentivar o hábito da leitura;

VIII – capacitar a população para o uso do livro, como fator fundamental para seu progresso econômico, político e social e para a justa distribuição do saber e da renda;

[...]

IX – promover a instalação e a ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livros no Estado.

Art. 4º – Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, compete ao poder público, isoladamente ou por meio de parcerias públicas ou privadas:

I – criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, bem como ampliar os projetos existentes;

II – estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura;

III – incentivar a criação e a execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

[...]

f) desenvolvimento de bibliotecas digitais e inclusão de seu acervo nos sítios eletrônicos oficiais do Estado;

[...]

VII – elaborar o Plano Estadual do Livro e Leitura, em articulação com a União e os Municípios.

VIII – promover a Semana de Incentivo à Literatura, a ser realizada, anualmente, entre os dias 18 e 22 de abril.
(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 22.830, de 4/1/2018.)
[...]

Art. 7º – O livro não é considerado material permanente para fins de controle dos bens patrimoniais das bibliotecas públicas.

Conforme se pode observar nos trechos da Lei nº 18.312/09, o Estado precisa assegurar o direito de acesso ao livro, sendo também um dos objetivos da lei para promoção e incentivo ao hábito de leitura. Ainda segundo essa lei, o uso do livro é essencial para que o indivíduo progrida economicamente, politicamente e socialmente, com distribuição justa do saber e da renda. É válido observar que o Estado tem papel fundamental na promoção de parcerias públicas ou privadas, com vistas ao desenvolvimento do hábito de leitura. Isso deverá ser feito inclusive mediante o desenvolvimento de bibliotecas digitais. Ademais, a lei em questão explicita que o Estado tem o dever de elaborar o Plano Estadual do Livro e da Leitura (PELL)¹⁵, além de realizar a Semana de Incentivo à Literatura. Por fim, o artigo 7º orienta que o livro não é material do tipo permanente nas bibliotecas públicas, dando ao controle patrimonial desses bens características próprias e diversas do controle de livros nas demais bibliotecas.

Em 2010, foi aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC), definindo que a leitura e a escrita devem ser consideradas na formulação de políticas públicas de educação e cultura em todos os níveis de ensino e administração do Brasil, com caráter permanente e planejamento de curto, médio e longo prazo. Daí também a importância dos planos estaduais norteadores das políticas nacionais (Fernandez, 2006).

Em 2017, a Lei Estadual nº 22.501, de 04 de maio de 2017, alterou novamente o nome da Biblioteca, deixou de se chamar Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e passou para o atual nome, Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

No que se refere ao planejamento estadual de cultura, a Lei nº 22.627/2017¹⁶ instituiu no estado de Minas Gerais o Plano Estadual de Cultura, para um período de dez anos. Dentre

¹⁵ Apesar disso, nunca houve aprovação do Plano Estadual do Livro e da Leitura no estado de Minas Gerais.

¹⁶ Atualizado pela Lei nº 22.944/18 (§ 2º do art. 2º e alínea a do inciso III do art. 5º) e pela Lei nº 24.462/23 (§ 2º do art. 2º e alínea a do inciso III do art. 5º).

as previsões legais relacionadas às bibliotecas e ao incentivo à leitura, se extraem as seguintes:

LEI nº 22.627, DE 31/07/2017

TEXTO ATUALIZADO

Institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais.

[...]

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 22.627, de 31 de julho de 2017)

Eixo I – GARANTIA DE DIREITOS CULTURAIS

I – DIREITO À IDENTIDADE, AO PATRIMÔNIO E À DIVERSIDADE CULTURAL (arts. 215, 216 e 231 da Constituição da República)

[...]

2. Articular e promover ações integradas entre a SEC e a Secretaria de Estado de Educação – SEE – para:

[...]

l) promover e fomentar ações e mecanismos de democratização do acesso à leitura e à literatura, como a realização de semana de incentivo à leitura e a criação, nos municípios, de academias de letras, clubes de leitura e bibliotecas públicas e comunitárias;

m) implantar ou aprimorar bibliotecas públicas e escolares, com acervos atualizados e orientação de profissionais capacitados, e apoiar a realização de eventos que promovam a leitura e a literatura no Estado.

[...]

II – DIREITO À LIVRE PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL (arts. 5º, IV, e 220 da Constituição da República)

[...]

16. Criar mecanismos e programas específicos, bem como fortalecer os existentes, para a valorização da criação literária e o estímulo à leitura no Estado, identificando segmentos literários nos municípios e fomentando a produção de jornais literários e outras mídias impressas e digitais nos diversos territórios de desenvolvimento.

17. Incentivar propostas que combinem apreciação cultural e oficinas que tenham como mote a leitura e a escrita, por meio de linguagens como música, teatro e audiovisual e atividades como saraus de poesia, slams, batalhas poéticas e jogos narrativos.

Mais uma vez ficou legalmente explicitado o dever do Estado quanto à necessidade de promover a democratização do acesso à leitura e à literatura e o aprimoramento das bibliotecas no estado, em cumprimento a preceitos constitucionais, inclusive com a proposição de atividades culturais para esse fim.

Em termos de estrutura orgânica para a gestão da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, as legislações em vigor são de 2023. A Lei nº 24.313, de 28/04/2023, estabelece a estrutura do Poder Executivo do Estado, enquanto o Decreto nº 48.649, de

10/07/2023, dispõe sobre a organização da SECULT-MG. Conforme a Lei nº 24.313/23, a Subsecretaria de Cultura se vincula formalmente à SECULT-MG. À Subsecretaria de Cultura está ligada a Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade (SBMEC). De acordo com o Decreto nº 48.649/23, a SBMEC se subdivide em três áreas, sendo que a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) tem as seguintes atribuições:

Art. 19 – A Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas tem como competência gerenciar e ampliar os serviços da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais para a população do Estado, visando democratizar o acesso à informação e à leitura, com atribuições de:

I – executar a Política Estadual do Livro, nos termos da Lei nº 18.312, de 6 de agosto de 2009;

[...]

III – gerenciar e ampliar os serviços da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais para a população do Estado, visando democratizar o acesso à informação e à leitura;

IV – planejar, executar, acompanhar e avaliar programas e projetos voltados para bibliotecas móveis e espaços alternativos de acesso à leitura;

V – planejar, executar, acompanhar e avaliar programas e projetos voltados para públicos especiais, por meio de bibliotecas infanto-juvenis e para pessoas com deficiência;

VI – planejar, executar e acompanhar projetos e ações que promovam a leitura, a literatura e as bibliotecas;

[...]

VIII – organizar, conservar, ampliar e promover o acesso ao acervo sob sua guarda;

IX – promover ações inclusivas de incentivo à leitura, visando ao desenvolvimento cultural da comunidade;

[...]

XI – executar atividades de aquisição, seleção, descarte, conservação e divulgação de acervo bibliográfico e publicações periódicas, visando ao interesse dos usuários;

[...]

XIV – planejar, executar e avaliar as atividades de processamento técnico e informatização de acervos, serviços de aquisição, e de inventário de materiais bibliográficos e audiovisuais, levantamentos bibliográficos e estatísticos, e gerenciar as bases de dados da diretoria;

[...]

XXI – apoiar projetos culturais de estímulo à leitura no âmbito das bibliotecas públicas e comunitárias.

Em termos de planejamento em médio prazo, assim como para a execução das demais finalidades e programas do estado, a gestão da Biblioteca se insere no escopo do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). A Lei nº 24.677/24 institui o PPAG para o quadriênio de 2024 a 2027, no Eixo Cultura e Turismo, dentro do Programa de Fomento à

Economia da Criatividade¹⁷. Em relação à gestão orçamentária, as receitas e despesas são previstas na Lei de Orçamento Fiscal do Estado anualmente. Para o exercício financeiro de 2023, elas foram fixadas na Lei nº 24.272. O controle do orçamento é realizado pela Diretoria de Planejamento e Orçamento/Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças que, por sua vez, responde à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão¹⁸.

Ademais, os recursos captados pela SABE também são utilizados para o desenvolvimento de programas e ações da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Por se tratar de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, a forma de planejamento e o controle dos recursos obedecem às diretrizes do Marco Regulatório de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (MROSC), Lei nº 13.019/2014.

Por fim, vale destacar que, em âmbito internacional, em 2022, a IFLA publicou novo Manifesto sobre as bibliotecas públicas, atualizando o documento de 1994. O Manifesto traduz a visão da UNESCO sobre esses equipamentos culturais, incentivando governos nacionais e locais a apoiarem o desenvolvimento de bibliotecas públicas. De acordo com o Manifesto:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais. Tais valores só vão ser alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais (IFLA, 2022).

Sendo assim, a biblioteca pública deve atuar em prol do desenvolvimento individual e social, colaborando para o exercício dos direitos democráticos em uma sociedade do

¹⁷ Dentro da Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

¹⁸ A Lei nº 24.462, de 26/09/2023, dispôs também sobre o Financiamento à Cultura no Estado, sendo que ações e atividades que promovam o acesso à cultura, à memória, ao patrimônio, à informação e à leitura são entendidas como iniciativas culturais para efeitos da lei (Art. 1º, Inciso VIII) e que a literatura, leitura, obras informativas e biografias de interesse histórico são segmentos que podem se beneficiar do Sistema de Financiamento à Cultura.

conhecimento. Como porta de acesso ao conhecimento, a biblioteca deve fornecer condições para a aprendizagem ao longo da vida e a formação do pensamento crítico. Dentre as missões-chave, coadunando com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis, o Manifesto IFLA 2022 elenca, dentre outras, a necessidade de que os serviços das bibliotecas públicas criem e fortaleçam hábitos de leitura nos indivíduos, do nascimento até a idade adulta, e promovam atividades para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, incluindo leitura midiática e alfabetização digital para todas as idades, proporcionando uma sociedade democrática e bem informada. Quanto à estrutura física, informa que os edifícios devem estar bem equipados, contando com áreas de leitura e estudo adequadas, além de fornecer tecnologias relevantes e garantir horários de funcionamento convenientes para seus usuários.

Como visto, a Biblioteca Pública Estadual teve suas bases legais e administrativas moldadas ao longo de sua história. Nota-se, contudo, que as bases de seu ideário foram regulamentadas já em sua lei de criação e repercutiram nas normativas que a sucederam. Ao longo do tempo, mudanças contextuais no Brasil e no mundo levaram a alterações na legislação e políticas de incentivo ao livro e à leitura em Minas Gerais, com impacto para a Biblioteca Pública Estadual.

De maneira geral, é possível observar que a instituição vivenciou mudanças formais, contando com alterações de nome, de estrutura orgânica, de gestão de pessoal, orçamentária e administrativa, inclusive com a incorporação de um novo prédio, anexo, que ampliou significativamente sua estrutura. Contudo, como se verá, todas essas mudanças não foram capazes de solucionar problemas de forma permanente. Exemplo disso é a carência de pessoal, cujo concurso realizado em 2006, justamente com o propósito de suprir essa demanda, só teve nova edição em 2013 para vagas remanescentes, sem de fato suprir a necessidade de pessoal, agravada a cada ano. Cortes no orçamento e a dependência da SABE e da captação de recursos de leis de incentivo à cultura como fonte de financiamento para a manutenção e execução de atividades da Biblioteca são alguns dos entraves identificados. Todas essas dificuldades comprometem a materialização de direitos já tratados de forma extensiva no campo normativo e difundidos internacionalmente como necessários à inserção de indivíduos críticos e aptos ao exercício democrático por meio da informação, para a qual as bibliotecas públicas devem exercer papel relevante.

Ainda assim, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais está em funcionamento desde a sua criação, há 70 anos, com serviços na sede, no anexo e de extensão bibliotecária,

em apoio às demais bibliotecas públicas na capital e no interior do estado. A estrutura atual, física e de coleções do acervo, será tratada na seção seguinte, bem como a composição de pessoal e de recursos orçamentários.

2.3 A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS – ESTRUTURA E FORMA DE ATUAÇÃO

Esta seção discorre sobre aspectos institucionais, tais como missão, visão e valores declarados pela Biblioteca em seu site oficial, bem como o organograma sob o qual a instituição se organiza internamente e seus recursos humanos e financeiros. Além disso, mostra os dois prédios do complexo bibliotecário (sede e anexo), a distribuição dos espaços e dos serviços, com vistas a evidenciar como a Biblioteca funciona nos dias de hoje. A proposta é percorrer os corredores dessa grande biblioteca como quem a visita pessoalmente, tentando traduzir parte do que o leitor vivencia ao adentrar neste equipamento cultural. Para tanto, esta seção recorre a fotos do interior e do exterior dos espaços, sinalizando como estão distribuídos os livros, como são as estantes e os móveis, quais serviços estão à disposição e em quais horários. Busca-se com isso compreender possíveis aspectos relacionados à experiência do leitor sob a ótica do que a Biblioteca oferece e como.

Segundo consta em seu site oficial, a Biblioteca Pública de Minas Gerais tem como missão ampliar os serviços de biblioteca à população de Minas Gerais, com vistas a democratizar o acesso à informação, à literatura e à leitura. Além disso, pretende atuar como modelo para as demais bibliotecas e como centro de preservação da memória bibliográfica. Destaca-se também o Suplemento Literário¹⁹ como publicação lítero-cultural de referência. Quanto aos valores, estão listados os seguintes: inclusão, resiliência, sustentabilidade, inovação, responsabilidade social, preservação e regionalização. Já quanto à visão, também conforme consta no site oficial da Biblioteca, traz os dizeres:

Continuar a ser referência para os 853 municípios mineiros na criação e manutenção de bibliotecas públicas e comunitárias, oferecer à população

¹⁹ De acordo com informações do próprio site, o Suplemento Literário é um periódico literário criado em 1966, produzido pela Biblioteca Pública até os dias de hoje, abordando temas de literatura e arte.

serviços de excelência e inovar para atender aos objetivos de desenvolvimento sustentável conforme as ODS da Agenda 2030²⁰.

Como visto, a Biblioteca publiciza em seu site oficial alguns conceitos de gerenciamento (Visão, Missão e Valores) sem, contudo, atentar-se para a conceituação dos seus termos. Exemplo disso é o Suplemento Literário, citado na Missão sem a explicação do significado; e mesmo os “objetivos de desenvolvimento sustentável conforme as ODS da Agenda 2030”, na Visão. Quais objetivos? O que é ODS da Agenda 2030? Na ONU Brasil (2024), há a explicação. Os ODS são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um apelo global para a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e do clima, e a garantia de paz e prosperidade a pessoas de todos os lugares. Na agenda 2030 são 17 objetivos ao todo, dentre os quais podem ser citados, a título de exemplo, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, cidades e comunidades sustentáveis, paz, justiça e instituições eficazes.

De acordo com dados extraídos do Portal da Transparência de Minas Gerais²¹, o executivo estadual tem cerca de 500 mil servidores, mais da metade deles vinculados à Secretaria de Educação. À Secretaria de Cultura estão vinculados 557 profissionais, sendo 268 ativos e os demais aposentados. Entre os ativos, 112 profissionais são de recrutamento amplo e os demais efetivos de diferentes carreiras. Gestores e Técnicos e Auxiliares de Cultura somam 77 profissionais. Desses, apenas 33 são Gestores Culturais, carreira de nível superior de escolaridade.

Conforme a Lei nº 24.035, de abril de 2022, o vencimento básico do Auxiliar de Cultura está entre R\$ 770,00 a R\$ 1.000,00; a do Técnico de Cultura de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00; e a do Gestor de Cultura entre R\$ 2.500,00 a R\$ 7.000,00, caso possua especialização *stricto sensu*, ao final da carreira.

Em relação aos recursos financeiros, os dados do PPAG de 2023 mostram que a previsão orçamentária do estado girou em torno de 100 bilhões de reais do orçamento fiscal. Desses, 90 milhões foram destinados à unidade orçamentária da SECULT-MG. Para a gestão e manutenção dos equipamentos culturais do estado, como museus, a Biblioteca e o Arquivo Público Mineiro, foram previstos cerca de 14 milhões de reais, para a execução financeira de

²⁰ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 jun. 2024.

²¹ Disponível em: <https://www.transparencia.mg.gov.br/estado-pessoal>. Acesso em: 14 abr. 2024.

todo o ano. No caso da Biblioteca, os recursos foram destinados ao funcionamento básico da Biblioteca, tais como pagamento de pessoal e contratos de manutenção predial.

Os serviços e as coleções da Biblioteca estão divididos no Prédio Sede e no Prédio Anexo. Ambos estão localizados na região da Savassi, em Belo Horizonte. O Prédio Sede, projetado por Oscar Niemeyer, fica na Praça da Liberdade, ao lado do Palácio de Governo, ao passo que o Prédio Anexo, a poucos metros da sede, situa-se na Rua da Bahia, com uma saída também para a Praça da Liberdade. Ao todo, o complexo bibliotecário conta com um acervo de mais de 500 mil exemplares, entre livros, revistas e jornais históricos, distribuídos em diversos setores (Minas Gerais, 2014). Para fins de organização, eles serão mostrados separadamente.

O Prédio Sede, chamado Prédio Luiz de Bessa, tem quatro andares, um jardim frontal e um Teatro Arena (externo), além dos seguintes setores: Restauro, Seleção, Carro-Biblioteca, Caixa-Estante, Infantojuvenil, Coleções Especiais, Braille, Hemeroteca Histórica, além de setores administrativos. Conta também com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais e Comunitárias (SEBPMG), o Suplemento Literário, o Teatro José Aparecido de Oliveira e a Galeria de Arte Paulo Campos Guimarães. Ao todo, são 5.699 metros quadrados que abrigam todos esses setores. A imagem a seguir mostra a fachada desse prédio:

Imagem 1 – Vista frontal do Prédio Sede da BPEMG



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

Logo na entrada do prédio está a Galeria de Arte e, à direita no mesmo andar, o Setor Infantojuvenil. A Galeria, de nome Galeria Paulo Campos Guimarães, fica no hall de entrada e recebe exposições itinerantes de arte e literatura. O espaço busca divulgar os trabalhos relevantes nesse âmbito, abrigando também lançamento de livros, intervenções culturais e feiras (BPEMG, 2024).

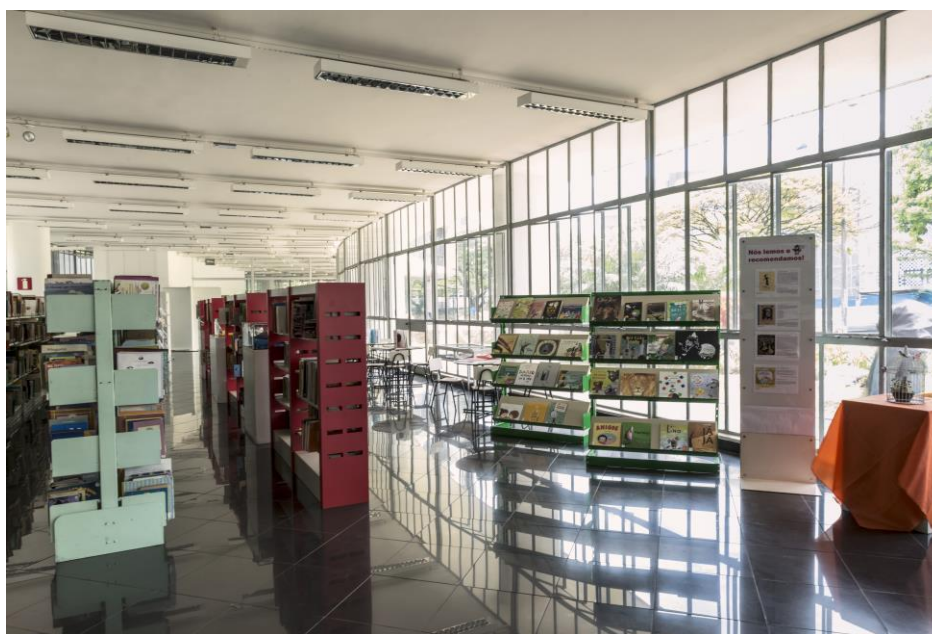
Imagem 2 – Galeria Paulo Campos Guimarães



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

Já o Setor Infantojuvenil, apelidado de BIJU, visa democratizar o acesso à leitura literária e informativa entre jovens e crianças. O mobiliário e o acervo são dedicados a esse público. O acervo é composto de livros clássicos e atuais, quadrinhos e revistas, entre os quase 40 mil exemplares, com obras nacionais e estrangeiras. O espaço possui também brinquedoteca, com jogos pedagógicos e livros-brinquedos. Ao fundo, há uma área que recebe a programação de rodas de leitura, contação de histórias, lançamento de livro e palestras para os grupos que visitam a Biblioteca, como os de escolas públicas e particulares (BPEMG, 2024).

Imagem 3 – Setor Infantojuvenil



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

No segundo andar deste mesmo prédio, localizam-se o Setor Braille e as Coleções Especiais: Mineiriana, Obras Raras e Patrimonial.

O Setor Braille é destinado à inserção cultural de pessoas com deficiência visual por meio do acesso à informação e à literatura. No espaço, estão disponíveis livros em braille, audiolivros e filmes com audiodescrição. Este setor conta ainda com equipamentos de tecnologia assistida (linha braille, computadores com leitores de tela e acesso à internet, lupas eletrônicas, máquinas Perkins, regletes, equipamento de visão artificial). Nesse espaço, acontecem também atividades dedicadas a esse público, como leitura viva-voz (realizada por voluntários), estudos, palestras e oficinas para incentivo à leitura (BPEMG, 2024).

Imagem 4 – Setor Braille



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

Quanto ao setor de Coleções Especiais, a Mineiriana é composta de acervo sobre Minas Gerais e de autores que nasceram ou viveram no estado, com cerca de 25.600 itens, entre livros, CDs, filmes, mapas e recortes de jornais. O espaço possui também mobiliário para a pesquisa dos itens no local (BPEMG, 2024).

Imagem 5 – Setor Coleções Especiais



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

A Coleção de Obras Raras, por sua vez, é composta de livros históricos publicados entre os séculos XIV e XIX, relacionados a repertórios especializados ou catálogos de referência. Entre os exemplares de destaque está a coleção completa da *Encyclopédie*, dos filósofos Denis Diderot e Jean Rond D'Alembert, considerada a primeira enciclopédia publicada no mundo, em 1751.

Imagem 6 – Coleção de Obras Raras



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

Por fim, entre as Coleções Especiais está a Patrimonial, que reúne cerca de 55 mil exemplares de livros nacionais e estrangeiros, de diversas áreas do conhecimento, que possuem singularidades, como o fato de serem as primeiras edições, edições esgotadas, livros com dedicatórias de escritores reconhecidos, livros com ilustrações preciosas ou outras características do gênero. De acordo com as especificidades de preservação, os livros das Coleções Especiais são acondicionados em locais e armários de acesso restrito (BPEMG, 2024).

Imagem 7 – Coleção Patrimonial



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

No terceiro andar do Prédio Sede fica a Hemeroteca Histórica. O acervo é composto de periódicos históricos relevantes para o estado de Minas Gerais e para o país. São mais de 1.200 títulos de jornais e quase 600 de revistas publicadas desde o século XIX. Assim como no caso das demais coleções especiais, as obras podem consultadas no local, por meio de agendamento prévio.

Imagem 8 – Hemeroteca Histórica



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

Quanto aos espaços para apresentações culturais no prédio, há o Teatro José Aparecido Oliveira e o Teatro Arena. O primeiro é um espaço interno, com acesso pela entrada frontal do prédio, com capacidade para abrigar até 191 pessoas. Nele, acontecem apresentações de teatro, dança, música e também seminários e projetos de incentivo à leitura, em parceria com outras instituições, como o projeto Sempre um Papo (BPEMG, 2024).

Imagem 9 – Auditório



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

No Teatro Arena, aos fundos da parte externa do Prédio Sede, também acontecem diversas apresentações culturais, como os shows do projeto Tranquilo BH (BPEMG, 2024).

Imagem 10 – Teatro Arena



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

Ainda no Prédio Sede ficam as bases dos serviços de extensão bibliotecária, sendo eles o Carro-Biblioteca e a Caixa Estante.

O Carro-Biblioteca é um veículo adaptado, em cujo interior ficam prateleiras de livros e um pequeno conjunto mobiliário para ser montado nos locais de visita do veículo. É possível acessar o interior do veículo e relizar consultas ao acervo para leitura e empréstimo – o acervo comporta até 3.500 livros, títulos que são renovados periodicamente a fim de garantir variedade ao leitor que utiliza o serviço. Os locais de visita são em Belo Horizonte e na Região Metropolitana onde não existem bibliotecas ou equipamentos culturais. As comunidades contempladas recebem visitas a cada quinze dias (BPEMG, 2024).

Imagem 11 – Carro-Biblioteca



Fonte: *Jornal Tudo em dia* (2023)²².

O serviço de Caixa Estante, por sua vez, é um projeto de encaminhamento de acervo para empréstimo a diversas instituições, como creches, penitenciárias, APAEs, entre outras. O objetivo é garantir o acesso ao livro a pessoas com restrições de deslocamento. Além do empréstimo de livros, o projeto abarca também atividades como “Hora do conto e da leitura” e “Encontro com o escritor”. Em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça, em 2023 teve início um projeto-piloto para remissão de pena por leitura, utilizando o serviço da Caixa Estante (BPEMG, 2024).

Os serviços relacionados ao empréstimo e à consulta de livros da Biblioteca funcionam somente durante a semana, em dias úteis. No Prédio Sede, o Setor Braille e Coleções Especiais funcionam das 8h às 18h, enquanto o atendimento do Setor Infantojuvenil inicia-se também às 8h, mas encerra o atendimento às 17h. No mesmo prédio, a Hemeroteca histórica recebe os consulentes também de segunda à sexta, nesse mesmo horário, porém mediante agendamento online, por e-mail.

²² Disponível em: <https://www.tudoemdia.com/carro-biblioteca-volta-a-circular-por-bairros-da-grande-bh>. Acesso em: 20 jun. 2024.

A Galeria Paulo Campos Guimarães, que fica no hall de entrada do prédio, funciona de segunda a sábado, das 8h às 18h; já o funcionamento do Teatro José Aparecido Oliveira e do Teatro Arena varia conforme a programação cultural, incluindo o período da noite e finais de semana.

O Prédio Anexo tem o nome de Professor Francisco Iglésias, tendo sido incorporado à Biblioteca no ano 2000. Esse prédio possui três andares, com área total de 3.622 metros quadrados. Nele, funcionam os setores de Empréstimo, Referência e Estudos, além do Espaço Geek e da Passarela Cultural.

Imagem 12 – Vista externa do Prédio Anexo



Fonte: Registrado pela autora.

O Setor de Empréstimos de Livros é composto por mais de 80.000 exemplares e é dedicado ao leitor adulto, para que possa levar os livros para casa. O acervo contempla obras de literatura brasileira e estrangeira, de gêneros e assuntos diversos – livros de poesia, prosa, história, informática, autoajuda, dentre outros.

Imagem 13 – Setor de Empréstimos de Livros



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

O Setor de Referência e Estudos compõe-se de livros de variadas áreas e tem o acervo disponível apenas para consulta local. São materiais como mapas, atlas, enciclopédias, dicionários e livros para concursos e vestibulares. No espaço do segundo andar e do térreo do Prédio Anexo, há mesas e cadeiras para a leitura local (BPEMG, 2024).

Imagem 14 – Setor de Referência e Estudos



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

O Espaço Geek é o espaço mais novo do Prédio Anexo, tendo sido inaugurado no ano de 2023. Voltado à cultura nerd, tem, à disposição do público, quadrinhos e jogos de tabuleiro e conta com publicações brasileiras e estrangeiras de HQs (BPEMG, 2024).

Imagem 15 – Espaço Geek



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

Além desses espaços, o Prédio Anexo possui uma Sala de Estudos (com mobiliário semelhante ao de Referência e Estudos), uma Sala de Informática (com oito computadores desktop) e uma Passarela Cultural (um corredor visível pela parte externa do prédio, dedicado a exposições artísticas temporárias). Todos os serviços do prédio funcionam de segunda a sexta, das 9h às 18h. Para realizar o empréstimo de livro, o leitor deve deslocar-se pessoalmente para o prédio, localizado na Rua da Bahia, próximo à Praça da Liberdade (BPEMG, 2024).

Vale destacar que tanto o Prédio Sede quanto o prédio Anexo recebem visitas mediadas pelo Núcleo de Extensão da Biblioteca Pública Estadual com o objetivo de

incentivar o hábito de leitura, fomentar o gosto pela leitura e democratizar o acesso ao conhecimento. Isso acontece por meio das seguintes atividades: visitas de escolas, exposições literárias, rodas de leitura, lançamentos de livro, encontros com escritores, cursos e palestras. Nos prédios também acontecem atividades realizadas por grupos organizados da sociedade civil, como clubes de leitura.

Como política macro, destaca-se o Programa Minas Literária. Esse programa é intersetorial, desenvolvido a partir de uma parceria entre a SECULT-MG e a SEE-MG para a execução da Política Estadual do Livro (Lei nº 18.312/2009), que tem por objetivo fomentar e promover o acesso ao livro e à leitura em todo o estado. São eixos dessa política: a Transversalidade entre Educação, Cultura e Turismo; a Ampliação e Inovação do Suplemento Literário de Minas Gerais; e a Criação da Rede de Bibliotecas Integra Geraes.

Em conjunto, os três eixos do Programa Minas Literária objetivam a ampliação da oferta de atividades culturais para estudantes da rede pública; a obtenção de um retrato atualizado da leitura no estado de Minas Gerais; o fortalecimento de iniciativas de geração de emprego, trabalho e renda; o estímulo à leitura e à escrita criativa; a criação de roteiros turísticos e literários; e a internacionalização da produção literária mineira. Objetiva-se também promover a colaboração entre bibliotecas públicas e escolas para a promoção do acesso à informação, à educação e à cultura, por meio do desenvolvimento de habilidades de leitura, pesquisa, escrita e competência digital, valorizando o patrimônio histórico e cultural local. A política tem como pressuposto declarado que o estímulo à prática de leitura tem potencial para transformação sociocultural do estado de Minas Gerais, além de ampliar a geração de emprego e renda, com o fortalecimento da cadeia produtiva do livro.

A Biblioteca faz parte também do Circuito Cultural Praça da Liberdade, que é uma iniciativa criada em 2010, por ocasião da transferência da sede do governo estadual para a Cidade Administrativa, na região de Venda Nova (limiar Norte da cidade de Belo Horizonte) e consequente liberação de prédios históricos que antes eram utilizados pela administração estadual. A partir de então, os prédios esvaziados foram transformados em espaços de arte, cultura e preservação do patrimônio. Hoje, o Circuito Liberdade é composto por 33 instituições localizadas na Praça da Liberdade e região, tais como o Arquivo Público Mineiro, o Palácio das Artes, o BDMG Cultural e a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Essas instituições realizam algumas programações temáticas integradas.

Por outro lado, assim como ocorre em outros equipamentos culturais da região, o espaço externo da Biblioteca é utilizado pela população em situação de rua, inclusive com

montagem de acampamentos permanentes no jardim frontal, sem condições adequadas de salubridade. No local, que faz divisa, por janelas de vidro, com o Setor Infantojuvenil, essa população se alimenta, dorme e cozinha em condições precárias. O lixo acumulado e as pragas urbanas são fatores agravantes nesse cenário. Essas pessoas em situação de rua utilizam a estrutura de banheiros e filtro de água potável da Biblioteca.

Como foi visto, a Biblioteca constitui-se como um equipamento cultural de grande porte, totalizando cerca de 10.000 metros quadrados de extensão somando-se as áreas do Prédio Sede e do Prédio Anexo. Em cada um deles há serviços de consulta e empréstimo de livros, mas os espaços também contam com áreas específicas para exposições e apresentações culturais. A despeito disso, os recursos humanos e financeiros são escassos, não mais do que o necessário para o funcionamento mínimo dos principais serviços voltados para o acesso ao livro e à literatura, serviços esses que são prestados durante dias e horários úteis, sem opção de atendimento no contraturno.

Quanto às condições físicas dos prédios, a Biblioteca passou por uma reforma em 2020 e 2021, para corrigir aspectos estruturais e de manutenção. Contudo, ainda persistem alguns problemas, como a indisponibilidade de ar condicionado e a falta de proteção adequada nas janelas para a luz solar, o que faz com que os servidores “improvisem” tapumes nas janelas, por exemplo. No subsolo, o setor de seleção dos livros é dividido com o armazenamento de itens de manutenção e limpeza. Para a manutenção do prédio, existem funcionários da MGS dedicados à limpeza, mas em número insuficiente para a manutenção dos quase 10.000 metros quadrados de extensão.

2.3.1 O empréstimo de livros na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

Para realizar o empréstimo de livros, o leitor precisa apresentar a Carteira da Biblioteca, que lhe dá direito à retirada para empréstimo de três exemplares de livros e mais um material adicional, como DVD.

Para fazer a carteira, o interessado deve apresentar um dos seguintes documentos originais: Certidão de Nascimento (no caso de menores de 16 anos), Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho, Carteira de Motorista, Carteira Profissional ou Passaporte; comprovante de residência emitido nos quatro últimos meses, contendo o nome da pessoa, dos pais ou do cônjuge, que poderá ser apresentado digitalmente. Além disso, é solicitada a contribuição de R\$ 3,00 para a confecção da carteira. O cadastro do leitor é válido por dois

anos, a partir da data de seu cadastramento. Com a carteira, é possível realizar empréstimos nos setores Infantojuvenil, Braille e Empréstimo.

Há ainda a categoria de Carteira SABE, cadastrados como sócios da Associação de Amigos da Biblioteca. Nesse caso, os leitores têm direito a retirar até cinco livros e o prazo do empréstimo é de 21 dias, também renovável. Além dos documentos de identificação, é cobrado um valor de R\$ 35,00 de anuidade ao associado, portanto o cadastro é válido por um ano.

O prazo de empréstimo para não associados é de 14 dias corridos, renovável por mais 14 dias, a depender da obra. A renovação pode ser feita desde que não tenha ocorrido atraso na devolução. Para renovar, o leitor pode solicitar presencialmente a um dos atendentes do setor de Empréstimo ou Infantojuvenil, independentemente do setor de origem do exemplar, ou pelo site da Secretaria.

O acervo pode ser consultado online, pelo site da Secretaria, mas não há possibilidade de reserva de livro, portanto o processo acontece presencialmente, com exceção da renovação de empréstimo do livro já retirado, etapa que pode ser realizada de forma online. Em todos os setores, há atendentes que realizam o apoio à consulta ao acervo e à retirada do livro das estantes. A devolução acontece presencialmente, com a entrega dos livros a um dos atendentes do prédio.

Imagem 16 – Balcão do Setor de Empréstimos



Fonte: Acervo interno da BPEMG.

2.3.1.1 Perfil de leitores cadastrados na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

O Sistema Pergamum comporta o cadastro geral de usuários, que são todas as pessoas que já se registraram na Biblioteca. O usuário é classificado em uma categoria específica, de acordo com o setor da Biblioteca em que se realiza o cadastro. Conforme é possível verificar na tabela a seguir, os dois setores em que há mais usuários cadastrados são do tipo “Usuário-Empréstimo”, que contempla 123.658 cadastros, e, em menor escala, os usuários cadastrados no “Infantojuvenil”. Ao todo, o sistema contempla 129.740 usuários cadastrados.

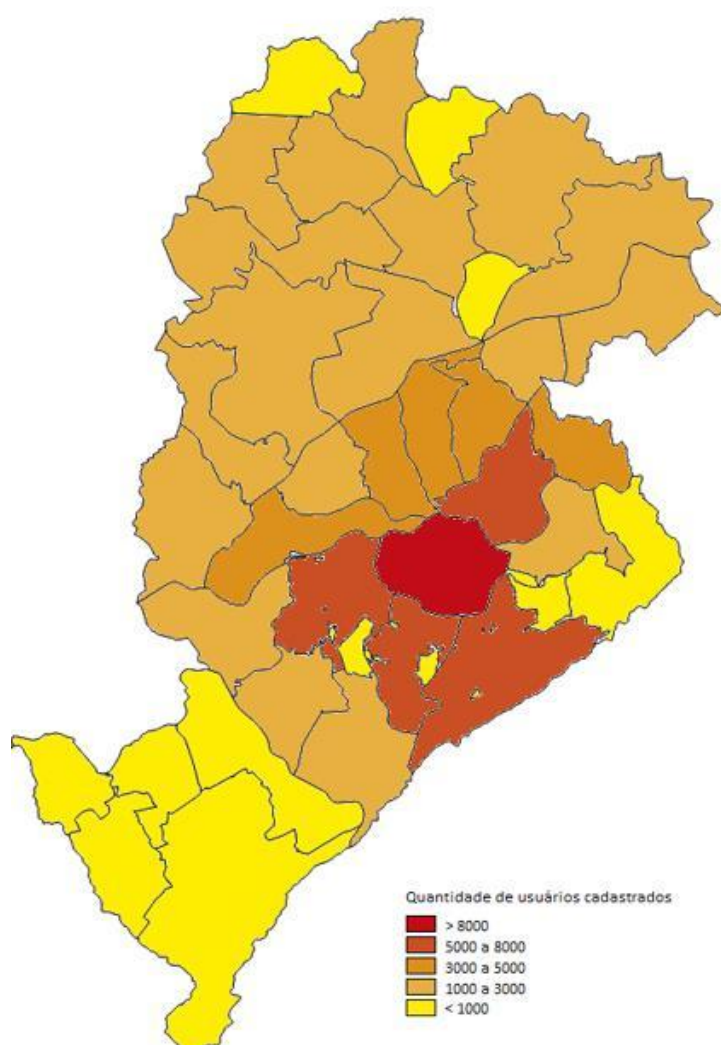
Tabela 1 – Usuários cadastrados na BPEMG por setor

Descrição	Quantidade geral
Usuário/Empréstimo	123658
Usuário/SABE	404
Funcionários	132
Inter-bibliotecário	9
Usuário/Braille	571
Caixa Estante	38
Infantojuvenil	3895
Carro-Biblioteca	1033

Fonte: Sistema Pergamum da BPEMG.

Dos usuários cadastrados, aproximadamente 100 mil são de Belo Horizonte, de acordo com as informações extraídas no Sistema Pergamum. No município, os usuários também estão majoritariamente concentrados em regionais e territórios próximos à Biblioteca, região Centro-Sul. O mapa a seguir evidencia essa concentração dos usuários cadastrados.

Mapa 1 – Distribuição dos usuários da Biblioteca cadastrados em Belo Horizonte

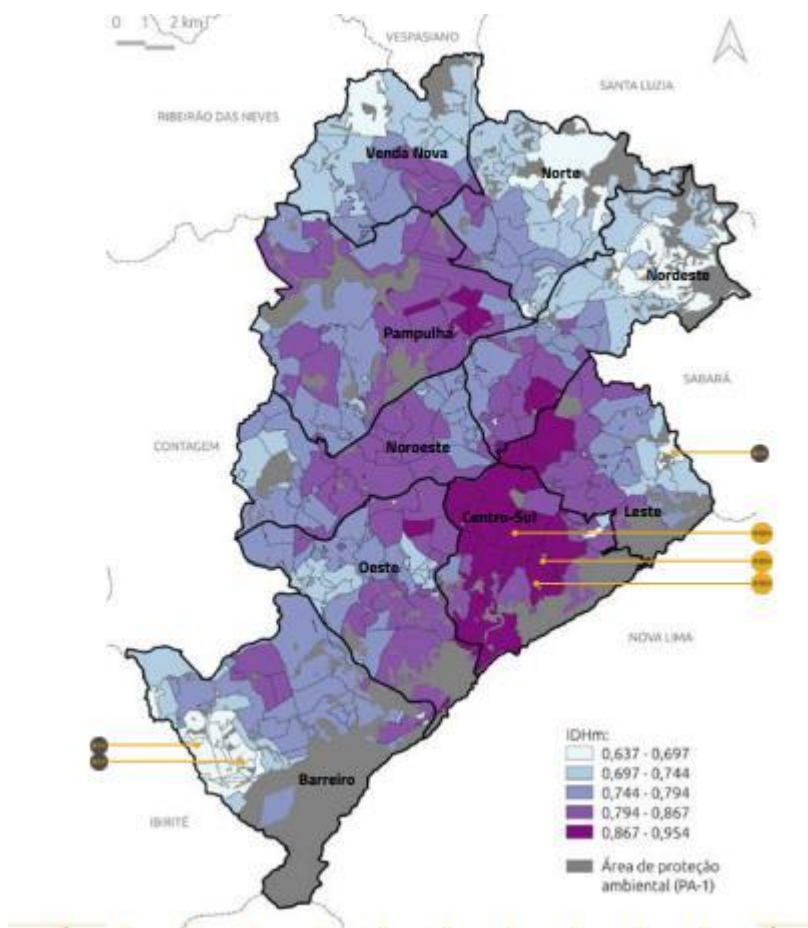


Fonte: Elaborado pela autora.

A região em vermelho sinaliza que há cerca de 8 mil usuários cadastrados na Biblioteca cujo endereço de residência se localiza nessa região – a mesma em que está a Biblioteca. Nas adjacências, encontram-se as regiões vermelho-claro e laranja-escuro, indicando entre 3 mil a 5 mil usuários cadastrados na Biblioteca residentes nessas regiões. Vale observar que a regional Centro-Sul comporta diferentes territórios. Majoritariamente, são territórios de alto perfil socioeconômico, mas há em seu entremeio territórios de vilas, e estas estão, no mapa, em amarelo, com menos de 1.000 usuários cadastrados, embora estejam regionalmente próximos à Biblioteca em comparação a outras regiões. Contudo, em regra,

quanto mais distante da sede, menores foram os valores identificados por região. Na região Centro-Sul estão também concentrados os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) d município. O Mapa das Desigualdades de 2021 evidencia geograficamente essa distribuição.

Mapa 2 – Distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano em Belo Horizonte



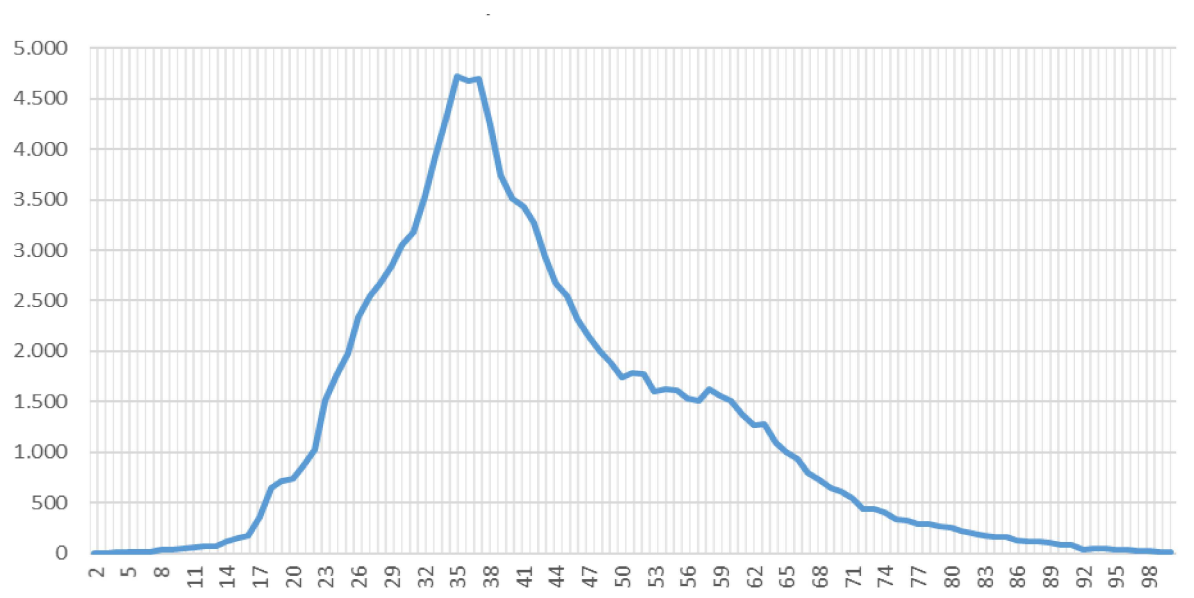
Fonte: Mapa das Desigualdades de 2021.

Da análise dos mapas, é possível verificar que essas regiões concentradas no entorno da Biblioteca (com exceção das vilas) também são as que apresentam os maiores IDH's, sinalizando a carência do atendimento pela Biblioteca Pública Estadual a regiões periféricas e de baixa renda.

2.3.1.2 Perfil do leitor “Usuário/Empréstimo”

O gráfico 1, a seguir, mostra a distribuição da faixa etária dos usuários cadastrados na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Para efeito de análise, foram retirados os valores abaixo de dois anos e acima de cem anos, já que provavelmente representariam erros de cadastramento. Os valores dos extremos são irrisórios, não representando óbice à análise.

Gráfico 1 – Frequência acumulada por idade dos leitores cadastrados como “Usuário/Empréstimo” na BPEMG



Fonte: Elaborado pela autora.

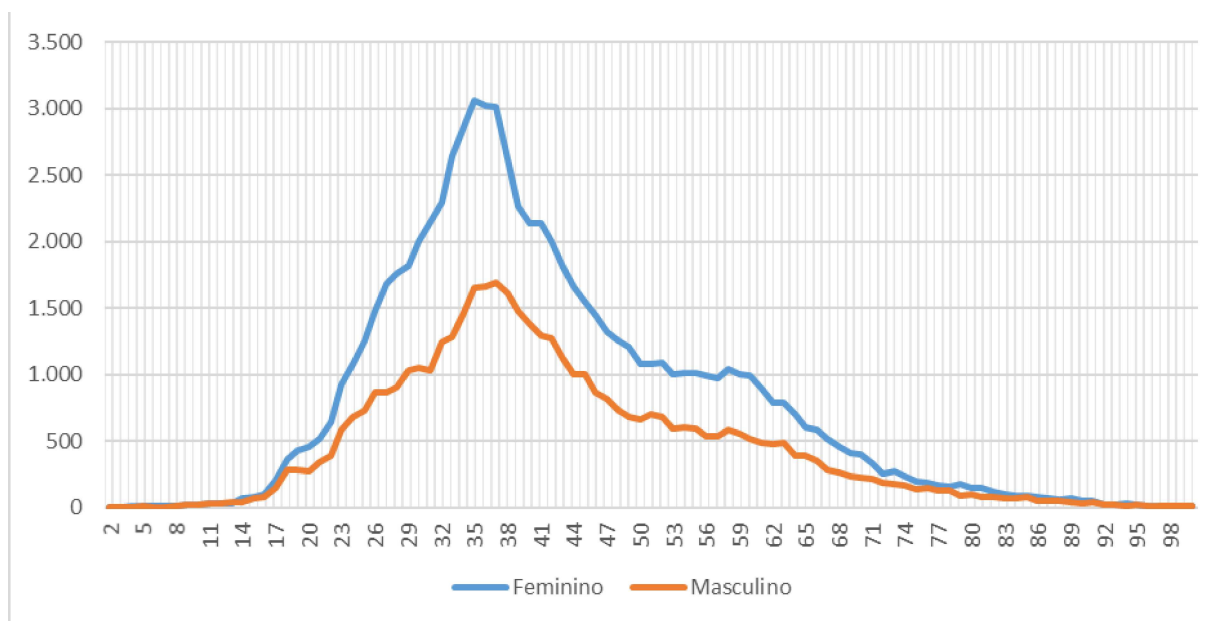
Do gráfico 1, é possível extrair que o maior público cadastrado da Biblioteca tem, aproximadamente, entre 25 e 45 anos, com frequência superior a 2.500 cadastros. O pico, acima de 3.500 registros por idade cadastrada, está aproximadamente entre 30 e 40 anos. Esses dados foram levantados conforme o ano de nascimento registrado na base de dados.

Do sistema de gerenciamento de informações da Biblioteca também é possível levantar a idade dos usuários cadastrados por gênero.

O gráfico 2, a seguir, mostra que o público feminino representa maior quantidade de usuários que o masculino (curva do sexo feminino deslocada para cima). No caso da comparação da frequência por faixa etária, em ambos os sexos a curva da distribuição apresenta comportamento relativamente igual, contudo é possível notar que a frequência de

mulheres na faixa de 27 anos é significativamente mais elevada que a de homens, distanciando-se do grupo masculino.

Gráfico 2 – Frequência acumulada por idade e gênero dos leitores cadastrados como “Usuário/Empréstimo” na BPEMG



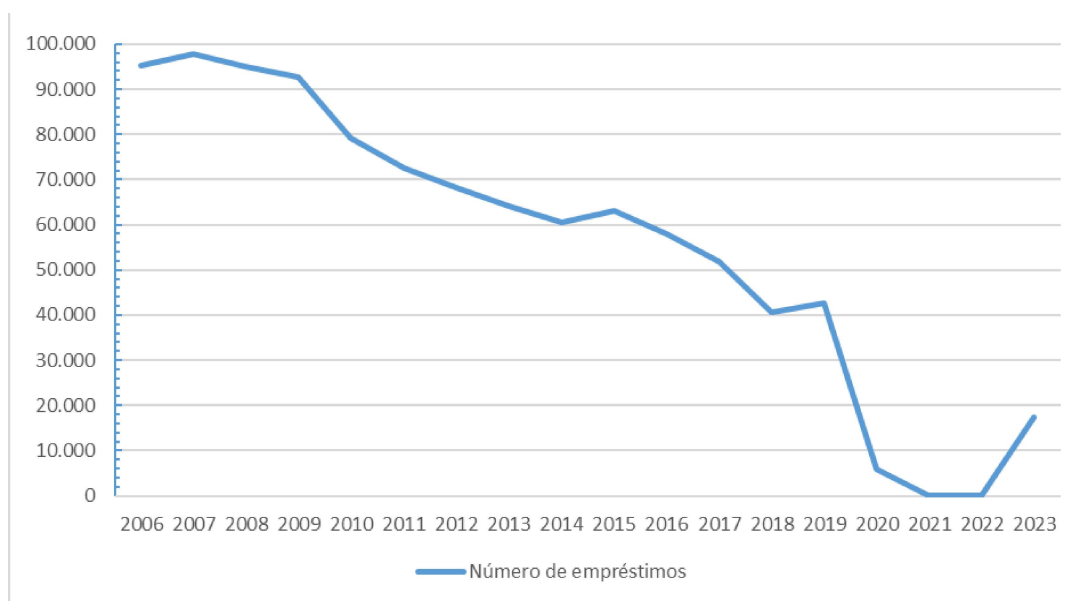
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme é possível observar, o pico de usuárias é ainda mais íngreme após os 30 anos até os 40, aproximadamente. As curvas só voltam a ficar coincidentes em faixas dos extremos das curvas, em que os valores de frequência são irrisórios.

2.3.1.3 Empréstimo de livros da BPEMG de 2006 a 2023

No gráfico a seguir, é possível observar o número de empréstimos de livros realizados na Biblioteca entre os anos de 2006 e 2023.

Gráfico 3 – Empréstimo de livros do Setor Geral de Empréstimos da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023

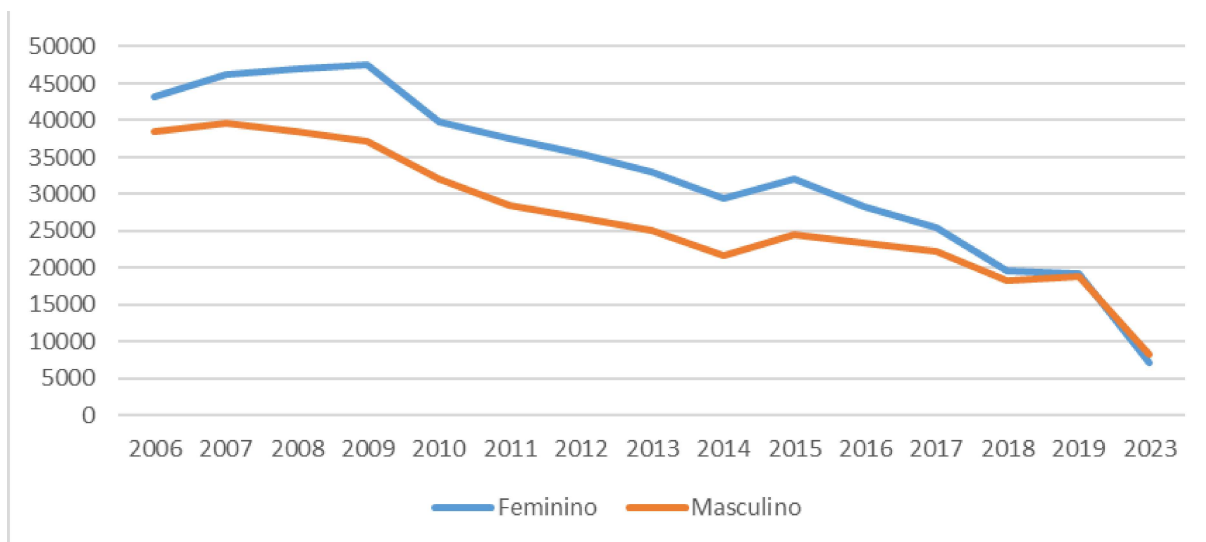


Fonte: Elaborado pela autora.

Esses dados evidenciam a queda acentuada do volume de empréstimos no período, constituindo-se como *proxy* do problema de pesquisa investigado neste trabalho. A análise indica um comportamento de empréstimos mais ou menos constante até 2009, entre 90 mil e 100 mil empréstimos anuais. A partir de 2010, acontece uma queda abrupta e contínua. Durante a década, o volume de empréstimos chega a cair para quase metade, entre 50 e 40 mil empréstimos até 2019.

Em 2020, com o advento da pandemia, os empréstimos ao público geral foram realizados somente até maio, ficando praticamente anulados até 2022, com a Biblioteca fechada. A partir de 2023, totalmente aberta ao público, o volume não chega a 20.000 empréstimos realizados no total do ano. Em comparação com 2019, esse volume representa cerca de metade do volume total e, em comparação com os primeiros anos de análise, cerca de 20% do volume total de empréstimos já realizados na Biblioteca anualmente.

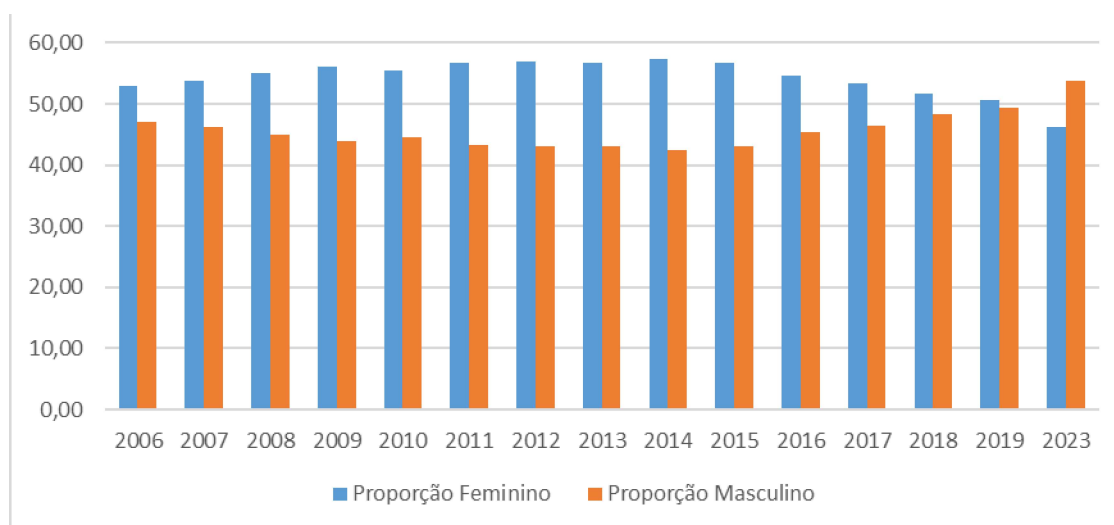
Gráfico 4 – Total de empréstimos de livros por gênero (Setor Geral) entre os anos de 2006 e 2023 na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se, pelo gráfico acima, que, embora o volume de empréstimos para mulheres seja superior ao volume de empréstimos para homens em quase todo o período, houve queda no volume de empréstimos de livros tanto para homens quanto para mulheres, chegando a ficar ligeiramente maior para homens em 2023.

Gráfico 5 – Proporção de empréstimo de livros por gênero entre os anos de 2005 e 2023 na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

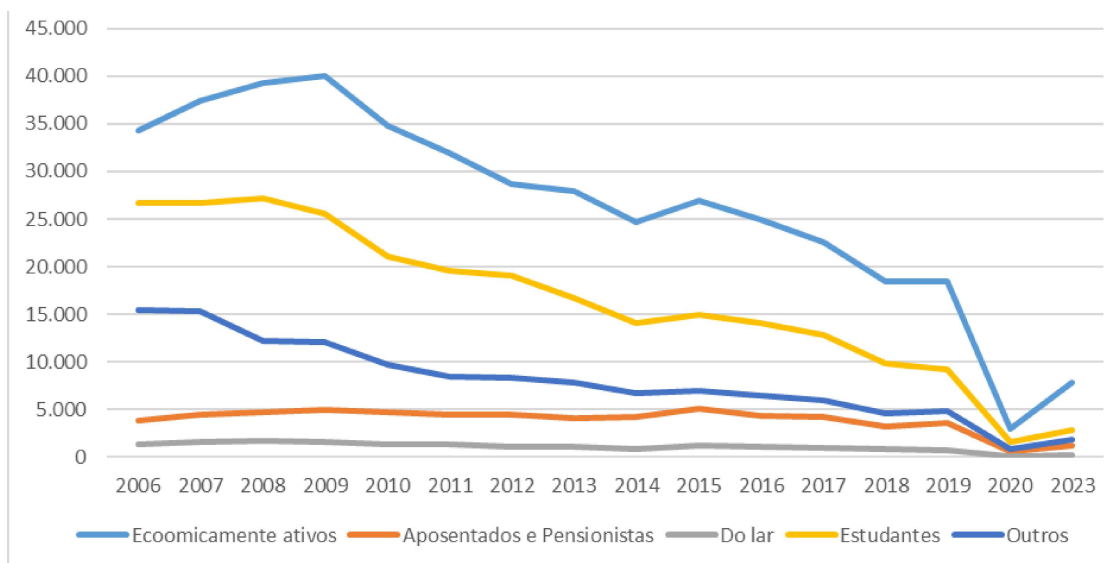


Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico acima evidencia a proporção de empréstimos para homens e mulheres ao longo do período analisado. Até 2014, as mulheres representavam uma proporção cada vez maior do público, sendo cerca de 60% de mulheres para 40% de homens entre os empréstimos realizados. A partir de 2015, embora as mulheres tenham continuado a representar a maior proporção, a diferença vai sendo reduzida até 2019, quando os grupos ficam praticamente pareados em proporção. Após a pandemia, em 2023, os empréstimos para homens superam pela primeira vez os empréstimos para mulheres entre os livros destinados a adultos.

Em relação ao perfil de empréstimos por ocupação do usuário, observa-se que todos decresceram ao longo dos anos analisados. A população economicamente ativa é a maior proporção entre os grupos analisados, seguida por estudantes.

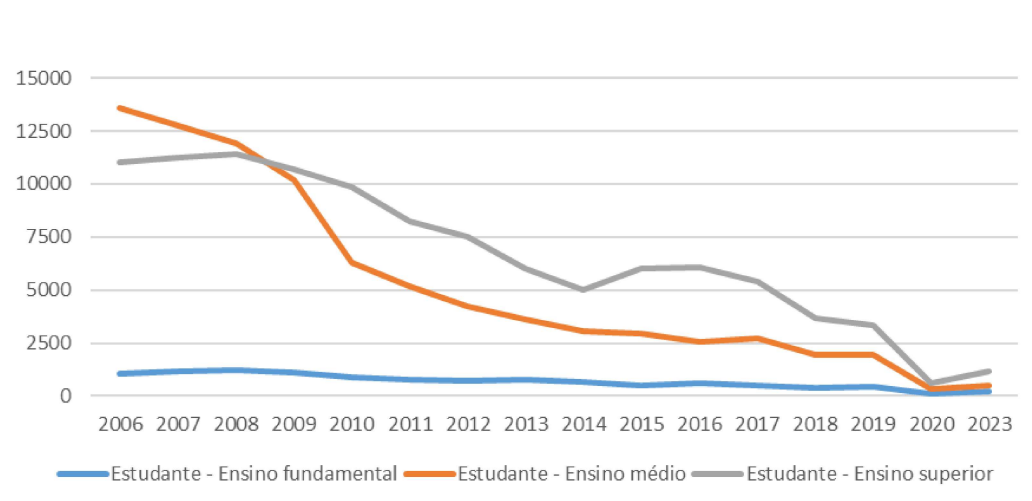
Gráfico 6 – Empréstimo por ocupação do usuário da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023



Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os estudantes que realizam empréstimos no setor geral, a maior proporção é do ensino superior, contudo, houve um decréscimo significativo ao longo dos anos.

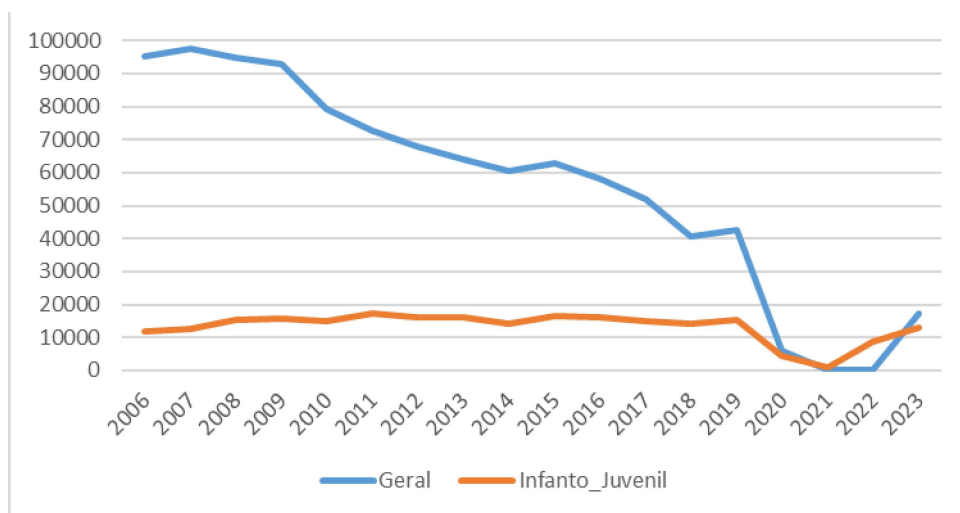
Gráfico 7 – Frequência por grau de escolaridade dos usuários da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023



Fonte: Elaborado pela autora.

Do gráfico 8, a seguir, se extrai que, diferentemente dos empréstimos gerais, o Setor Infantojuvenil manteve-se relativamente estável ao longo dos anos analisados, realizando entre 10 mil e 20 mil empréstimos anuais.

Gráfico 8 – Comparação do volume de empréstimos de livros do Setor de Empréstimos (Setor Geral) e do Setor Infantojuvenil – 2006 a 2023



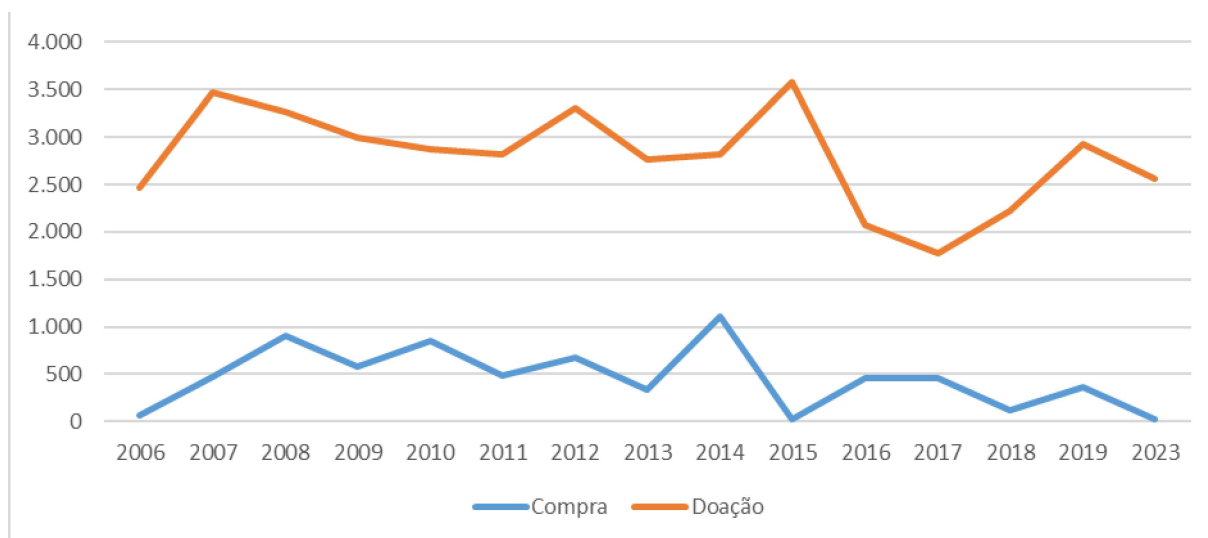
Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda em 2019, os dois setores já haviam se aproximado em virtude da queda de empréstimos ocorrida ao longo dos anos no Setor Geral. Após o período pandêmico, com a reabertura da Biblioteca em 2023, os empréstimos de ambos os setores dividiram a faixa de 10 mil a 20 mil empréstimos, apenas ligeiramente maior no caso dos empréstimos gerais.

2.3.1.4. Acervo

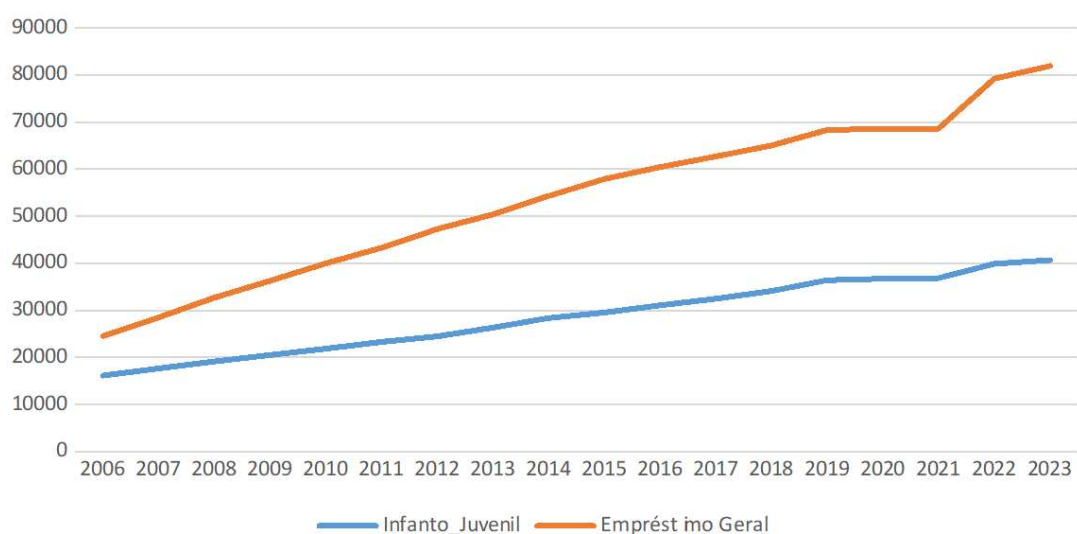
Os gráficos a seguir ilustram compras e doações. É possível inferir que a Biblioteca constitui seu acervo majoritariamente por doação e não por compras, embora ambas as formas de aquisição variem em patamares mais baixos a partir de 2016. Com as aquisições, o acervo também foi crescente, conforme demonstrado no gráfico 10.

Gráfico 9 – Exemplares comprados e doados para o Setor de Empréstimos da BPEMG



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 10 – Crescimento dos acervos do Setor de Empréstimos e do Setor Infantojuvenil da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – 2006 a 2023



Fonte: Elaborado pela autora.

O acervo infantojuvenil é historicamente menor do que do Setor Geral, mas ambos cresceram ao longo dos anos. Além disso, é possível verificar que o acervo de livros do Setor de Empréstimos não é contemporâneo, em sua maioria, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 2 – Ano dos exemplares do Setor de Empréstimo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

	Posterior a 2020		De 5 a 10 anos (2015 - 2019)		Mais de 10 anos Anteriores a 2014		Indefinido		Totais	
	Titulos	Exemplares	Titulos	Exemplares	Titulos	Exemplares	Titulos	Exemplares	Titulos	Exemplares
2 - Bib. Pub./Empréstimo										
1 - Ciências Exatas e da Terra	5	6	16	21	544	671	14	15	579	713
2 - Ciências Biológicas	4	4	14	16	219	294	3	3	240	317
3 - Engenharias			5	6	139	168	2	2	146	176
4 - Ciências da Saúde	3	3	47	58	1188	1498	50	56	1288	1615
5 - Ciências Agrárias	1	2	6	8	118	142			125	152
6 - Ciências Sociais Aplicadas	79	100	366	471	8699	11105	227	255	9371	11931
7 - Ciências Humanas	73	84	582	802	15575	20669	345	387	16575	21942
8 - Linguística, Letras e Artes	161	195	1594	2544	14861	21868	316	383	16932	24990
Total	326	394	2630	3926	41343	56415	957	1101	45256	61836

Fonte: Sistema Pergamum.

Verifica-se que a maior parte dos exemplares é constituída de livros com mais de 10 anos de publicação. Dos gráficos, é possível inferir que o acervo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais é crescente, e em maior número no Setor Geral de Empréstimos, destinado ao público adulto. Contudo, o acervo da BPEMG é majoritariamente constituído de doação e livros não contemporâneos.

De maneira geral, é possível inferir que o público cadastrado como usuário do setor de empréstimos da Biblioteca é residente das imediações da BPEMG, e, portanto, de região de alto IDH. Ao longo dos anos analisados, observou-se queda no volume de empréstimos de livros para diferentes perfis de usuários cadastrados, como nas classificações por ocupação, sexo e escolaridade. A queda no volume de empréstimos de livros é evidente para quase todos os grupos analisados, de 2006 a 2023. Os empréstimos do Setor Infantojuvenil mantiveram-se relativamente estáveis. A queda no volume de empréstimo de livros do Setor Geral acontece pelo menos desde o ano 2006, não tendo sido retomadas ou superadas os valores observados antes do período pandêmico no último ano analisado.

3 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA E A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM

Nos capítulos anteriores, vimos como a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais está inscrita no contexto da história de Belo Horizonte. Percorreu-se também, brevemente, a trajetória das políticas de livro e leitura trilhada pelo Estado, bem como as percepções mais recentes sobre o papel das bibliotecas no mundo hoje. Considerado esse contexto, foi apresentada a situação atual da Biblioteca, traduzida na sua forma de funcionamento e nos principais serviços oferecidos, e foram também descritos alguns dos fatores limitantes de sua atuação. Por meio de dados e indicadores extraídos do sistema de gerenciamento do acervo da Biblioteca, buscou-se investigar o perfil dos leitores cadastrados na instituição e a variação no volume de empréstimos de livros desde o ano 2006 até 2023, com evidente queda no volume de empréstimos de livros ao longo desse período.

Cabe lembrar que, conforme apresentado no Capítulo 2, a própria cidade de Belo Horizonte foi planejada no final do século XIX sob o ideário de um progresso que excluía da região Centro-Sul, local em que mais tarde foi construída a Biblioteca, grande parte da população. Entretanto, é impensável que atualmente ela possa se eximir do debate sobre a democratização do acesso ao livro e à leitura.

Na década de 1950, o ideário de construção do futuro nas cidades recém-urbanizadas traduzia o que as elites técnicas no poder consideravam ser uma vida exemplar do “cidadão moderno”, em cujo estilo de vida a prática da leitura estaria presente. Assim, os investimentos públicos e privados para “melhoramentos na cidade”, incluindo o fomento a bens culturais, não representavam propriamente uma resposta a anseios da população e nem mesmo se configuravam como forma de ampliação do acesso aos bens culturais para as classes populares, já que os investimentos, quando existiam, se voltavam para as próprias elites que deles usufruíam.

Fato é que, ao longo dos seus 70 anos de história, a Biblioteca passou, e ainda passa, por diferentes atravessamentos (ao menos em termos de diretrizes gerais e normativas, carregadas de expectativas acerca do papel das bibliotecas no Brasil e no mundo), o que gera a permanente necessidade de repensar o seu significado, os objetivos, os serviços e a forma de acesso. Especialmente no contexto pós-Constituição Federal de 1988, e, mais recentemente, com a expansão da produção e do compartilhamento de informações típicas da era digital, é premente que as bibliotecas públicas se compreendam nesse lugar que não é de mera

disponibilização de informação, como se poderia aventar no passado, mas de colaboração para a real participação dos indivíduos na sociedade, por meio da capacidade de uso dessas informações para a alteração de suas realidades no exercício democrático.

No caso da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, objeto deste trabalho, os capítulos anteriores sinalizaram diferentes dificuldades para o cumprimento desse objetivo. Dificuldades essas herdadas não só de sua história, mas também impostas por uma realidade objetiva, como os recursos humanos e financeiros insuficientes para a ampliação de seus serviços. Ademais, o que se observa, por meio dos dados de usuários da Biblioteca, é que, a despeito dos seus quase 10.000 metros quadrados de extensão e mais de 500 mil exemplares de seu acervo, ela atende majoritariamente o público da região Centro-Sul de Belo Horizonte (que apresenta também os maiores níveis de IDH e renda em relação às demais regiões), no que se refere ao empréstimo de livros. E, ao contrário de ter ampliado o acesso a esse serviço, desde 2006 é possível perceber uma queda significativa no volume de empréstimos de livros.

Igualmente, é preciso adentrar na linha teórica que servirá de norte para o desenho metodológico da pesquisa. Já foi explanado que, apesar do seu tamanho e destaque na história de Belo Horizonte, a Biblioteca enfrenta dificuldades diversas no que tange à ampliação do acesso ao livro e à leitura, mas, se é verdade que isso é um problema, é preciso ir além e compreender que a reversão desse cenário, com aumento significativo do volume de empréstimos de livros ao longo dos próximos anos, poderia colaborar para transformações sociais necessárias à consolidação democrática e distribuição mais justa da riqueza. Com base nas reflexões dos pesquisadores Luiz Percival Leme Britto e Silvia Castrillón, esta pesquisa percebe o direito de acesso à leitura como fulcral para o fortalecimento democrático.

Apesar disso, ainda que, em um cenário otimista, o volume de empréstimos de livros se mantivesse ascendente nos próximos anos, isso não necessariamente significaria que o acesso a esse serviço na Biblioteca estaria se tornando “mais democrático”. Conforme destacado por Farias (2024), tudo na biblioteca é “mediação” (onde está localizada, como ela funciona, qual acervo disponibiliza, como ela se comunica, tudo o que ela escolhe fazer, pode ou deixa de fazer, tudo na Biblioteca media). Ou seja, em alguma medida, cada um desses fatores impõe limites e possibilidades para quem acessa ou não o seu acervo e também para quais finalidades.

É certo que esta pesquisa não será suficiente para abarcar todos esses aspectos, mas é possível sinalizar parte deles, o que foi feito por meio de análises documentais de relatos dos gestores disponibilizados em documentos administrativos. Dessa forma, se almejou

vislumbrar, com o auxílio dos achados desta pesquisa, caminhos para a democratização do acesso ao livro e à leitura por parte da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

3.1 O DIREITO DE LER: UMA PERSPECTIVA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À LEITURA

Segundo Rama (2015), a intelectualidade latino-americana se formou a partir da construção de uma “cidade letrada”, paralela à cidade real, na qual o domínio da cultura letrada representava também o domínio e o acesso ao poder central. O autor mostra que esse poder que certos grupos alcançam por meio da cultura letrada não é novo e remonta os primeiros anos da colonização, em que estava nas mãos da Igreja Católica e do Estado, incluindo o corpo intelectual e burocrático que o circundava. O acesso à palavra escrita, tal como na catequização indígena, se daria acima de tudo como forma de incursão de valores e ampliação dos poderes centrais.

A palavra escrita, dominada pelos grupos ligados ao poder central, se perpetuaria na América Latina como a única válida em oposição a uma realidade orgânica, tida como precária e insegura. Ou seja, a linguagem escrita seria um meio de instauração da ordem imposta por esses grupos e se configuraria, ao longo do tempo, como uma “cidade escriturária”. Nas palavras de Rama (2015):

Através da ordem dos signos, cuja propriedade é se organizar de forma que estabeleça leis, classificações, distribuições hierárquicas, a cidade letrada articulou sua relação com o poder, a quem serviu através de leis, regulamentos, proclamações, cédulas, propaganda e mediante a ideologização destinada a sustentá-lo e justificá-lo. É evidente que a cidade das letras arremedou a majestade do poder, ainda que também se possa dizer que regeu as operações letradas, inspirando seus princípios de concentração, elitismo e hierarquização. Acima de tudo, inspirou a distância em relação ao comum da sociedade. Foi essa distância entre a letra rígida e a fluida palavra falada que fez da cidade letrada uma cidade escriturária, reservada a uma estrita minoria (Rama, 2015, p. 49).

Assim, o domínio da língua escrita corporificava uma hierarquia social, como que fazendo um contorno inacessível, um cerco defensivo contra a realidade externa a ele, considerada, sobretudo, inferior. Ainda de acordo com Rama (2015), no século XIX, inspiradas pelo ideário iluminista de países centrais, as cidades latino-americanas importaram práticas e valores de “racionalização” que se materializariam na reconfiguração de cidades, tais como ocorreu em La Plata, na Argentina. Como visto, o mesmo se deu com a construção

de Belo Horizonte, em 1897, em cuja esteira também foi inaugurada uma “Sociedade Literária”. Rama chama a atenção ao dizer que, mesmo com a difusão de valores iluministas, o poderio advindo do domínio da palavra escrita continuaria concentrado nas mãos de grupos restritos.

A partir de meados do século XX, com o crescimento demográfico em várias cidades da América Latina e a duplicação ou triplicação dessas populações, cresceu também o setor terciário (comerciantes, jornalistas, advogados, profissionais liberais) nas cidades. A concentração na urbe aconteceu também com a projeção simbólica dos valores urbanos e a inferiorização da vida no campo²³. Nesse contexto, as letras apareceram como uma alavanca para a ascensão social em uma incipiente sociedade de bases liberais. Na prática, a concentração urbana se deu com contradições e tensões que evidenciaram as estruturas hierárquicas e barreiras cada vez mais complexas de acesso ao poder criadas no seio da cultura letrada (tal como a necessidade de títulos de educação superior, ainda inacessíveis a grande parte da população, e a linguagem técnica especializada).

Frente a essas tensões, o poder central, longe de ser rompido e sob a guarda da cultura letrada, encontrou novos modos de se manter, ampliando suas bases. Assim, aos novos atores que conseguiram acessá-lo foram a partir de concessões. As classes burguesas, aliadas às elites intelectuais, passaram a requerer e incorporar parte do excedente de capital concentrado nas cidades. Contudo, não foram observadas mudanças substanciais e redistributivas para a maior parte da população, e o crescimento populacional se deu acompanhado de forte concentração de renda e desigualdades sociais.

No contexto pós-democrático, Candido (2011), em discurso de 1988 sobre direitos humanos e literatura, observa que, ainda que a sociedade tivesse chegado a um ápice de racionalidade técnica e domínio da natureza em relação a eras passadas, contraditoriamente, não havia conseguido resolver grande parte dos problemas materiais do ser humano. Para o autor, em certos países, como o Brasil, quanto mais a riqueza crescia, mais aumentava a sua concentração, com péssima distribuição dos bens. Ou seja, o avanço das técnicas não teria levado à igualdade e justiça social. Mesmo assim, para Candido, houve certo avanço em relação aos direitos humanos de forma geral, já que havia alusão, por parte das classes dominantes, aos problemas sociais, os quais ao menos não podiam ignorar. Forçosamente ou

²³ Quando retratada, era sob o viés homogeneizante e higienizante, como se a vida no campo representasse um passado. Assim, a literatura que se dedicava a registrar tradições orais do campo o fazia como se registrasse um obituário de culturas, em contraposição aos valores encampados pela vida nas cidades.

não, não haveria mais espaço nos discursos para achar tolerável a fome e as demais opressões materiais a que estava sujeito grande número de pessoas, mesmo que não se fizesse nada para reverter o quadro.

Para Candido, no sistema de valoração, certos bens poderiam ser considerados incompressíveis (os quais não poderiam ser tidos como dispensáveis), como alimento, moradia e roupa. Outros, por outro lado, poderiam ser considerados mais supérfluos. O autor argumenta lembrando que os critérios de incompressibilidade variavam conforme a época e a cultura de cada sociedade. Assim, em uma sociedade com divisão de classes, pode existir um convencimento (uma ação intencional) de que o que é indispensável para certos grupos não é para outros²⁴. Por isso, era preciso ter critérios para tratar do tema dos bens incompressíveis, tanto do ponto de vista individual quanto social. E quanto à fruição da arte e da literatura?

Para o autor, assim como em outros casos, essa pergunta só poderia ser respondida se a literatura fosse entendida correspondente a uma necessidade profunda do ser humano. Em sua argumentação, ele considera que a literatura, vista de forma ampla, em todas as criações de toque poético, ficcional, dramático, em todos os níveis de uma sociedade, desde folclore, lenda ou formas complexas de produção escrita em diversas civilizações, aparece como a manifestação do poder imaginativo do ser humano. Não se poderia cogitar uma vida humana em que não estivesse presente o aspecto imaginativo da existência, como um bem universal, e, portanto, em uma sociedade justa, a fruição da arte e da literatura teria de ser considerada um bem incompressível. Em outras palavras, a literatura, em sentido amplo, corresponde a uma necessidade que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito.

Ao longo do tempo, o reconhecimento da importância da literatura fez, inclusive, que passasse a ser tema curricular, eleita dentro de um sistema de valores como um bem cultural a ser repassado de uma geração à outra. Por meio dela, seria possível vivermos dialeticamente os problemas, compreendendo-os de forma sensível (consciente e inconscientemente) em seus diversos lados, já que, pela literatura, se pode confirmar, negar, propor, denunciar etc., como retrato e interpretação da vida. E é por esse caráter ambivalente da literatura que ela muitas vezes é condenada como subversiva da ordem, inclusive dentro do ambiente escolar. Entretanto, para Candido, a literatura por si só não corrompe nem edifica, mas coloca o leitor em contato, de maneira profunda, com os aspectos complexos e contraditórios da própria

²⁴ “Na classe média brasileira, os da minha idade ainda se lembram do tempo em que se dizia que os empregados não tinham necessidade de sobremesa nem de folga aos domingos, porque, não estando acostumados a isso, não sentiam falta” (Candido, 2011, p. 175).

vida, humanizando-o. Por possibilitar esse contato com os sentimentos sobre a vida e a sociedade, acaba ajudando a formar no leitor uma posição diante deles.

A respeito das produções literárias em que o autor deseja expressamente posicionar-se em face dos problemas, em uma literatura engajada, Antonio Candido destaca também seu perigo. Isso porque por muito tempo a Igreja Católica, por exemplo, considerou que havia apenas uma “boa literatura” – aquela que corroborava sua doutrina. Isso também ocorreu em sistemas totalitários, condenando certas produções. Dada essa ressalva, o autor se dedica a discorrer sobre a literatura que trata do combate a iniquidades sociais e da luta por direitos humanos.

No século XIX, com a Revolução Industrial e a concentração urbana, a sociedade se deparou com situações de miséria e condições precárias de muitos trabalhadores no palco das cidades, evidenciando-as. No campo literário, a narrativa da vida humana exerceu um papel importante por levar realidades a conhecimento de pessoas que, vivenciando ou não aqueles contextos, passavam a ter um contato profundo com elas (pela potência da obra literária), sensibilizando-as inclusive quanto à necessidade de combater injustiças e iniquidades. Mesmo quando não planejada, haveria uma espécie de força política na obra literária, já que o sentimento de urgência em combater essas vicissitudes poderia levar a ações práticas em sociedade, conforme defendido pelo autor. Então, restringir ou ampliar o direito à fruição literária pode querer dizer do quanto o acesso a esse bem universal está sendo negado, por um lado, e, por outro, do quanto uma sociedade se conforma ou não com o *status quo*, sem questioná-lo e combatê-lo.

Lajolo e Zilberman (1996), ao analisar a formação da leitura no Brasil, destacam que a formação do leitor está diretamente associada ao modelo de sociedade instituído a partir das revoluções do século XIX, que forjaram as bases do liberalismo e do capitalismo com características perceptíveis até os dias atuais. Nessa sociedade, a concepção de família passa a ser tida como modelo propagado pela burguesia, em contraposição a estruturas sociais maiores e comunitárias, típicas de fases anteriores ao sistema capitalista. A estrutura fragmentada dessa nova sociedade, com poucos membros em cada núcleo, torna essas células unidades necessárias à manutenção do novo sistema, já que indivíduos isolados acabam por perder força política de oposição.

Nesses pequenos núcleos despolitizados (as famílias), a leitura passa a surgir como uma prática adequada ao contexto da vida moderna, como uma atividade privativa e do ambiente doméstico. Diferentemente do que fora observado em modelos mais comunitários

de sociedade, em que as narrativas se faziam em grupos maiores, no modelo familiar burguês essa atividade passa a simbolizar a paz doméstica trazida pelo livro. Assim, na contramão das práticas associativas e dos modos tradicionais de narrar, do tipo oral, amparados na experiência vivida e compartilhada, as narrativas do modelo burguês são domesticadas no seio das famílias.

O barateamento dos meios de produção dos materiais impressos fez dos livros uma das primeiras formas de manifestações acessíveis de entretenimento. A leitura passou a ser propagandeada como uma prática positiva de lazer no ambiente familiar. Nesse contexto, destacam as autoras, além da leitura da *Bíblia* incentivada pela igreja, a narrativa de folhetim colabora e estrutura a difusão do gênero de romance. Sobre isso, as autoras comentam:

Tornou-se assim (o romance), o modelo das demais expressões da literatura de massa, até o momento em que o aparecimento de outros produtos, veiculados com mais propriedade pelos meios de comunicação, substituíram o livro e a leitura, satisfazendo as necessidades de fantasia e fabulação com outras linguagens mais eficientes e diretas (Lajolo; Zilberman, 1996, p. 27).

Se a fabulação, o poder imaginativo do ser humano e a sua consequente forma de expressão se dão de diferentes maneiras, sua produção e acesso ocorrem de acordo com as possibilidades e os meios de cada uma das classes, o que será mais evidente em uma sociedade socialmente estratificada. Como visto, para Lajolo e Zilberman (1996), a princípio, a literatura de folhetim se massificou e depois o suprimento dessa necessidade de fantasia começou a ser substituído por meios mais rápidos e eficientes de transmissão, e Myriam Ávila (2008), em estudo dedicado à fruição da literatura em Belo Horizonte, afirma que, de certa maneira, isso sempre ocorreu.

Assim, desde a época da fundação de Belo Horizonte, se de um lado, existia a “cidade letrada” (aquela que, conforme Angel Rama [2015] dominava os meios de produção literária e o acesso ao poder), de outro, uma “cidade das imagens” se corporificava. Essa cidade das imagens a que chama a atenção Myriam Ávila seria a imposição do visual sobre o verbal. A linguagem escrita, dominada pelas elites letradas, configuraria seu círculo de atuação normalmente associado ao poder – espaços simbólicos inacessíveis a outras classes. Mas a arte pela via da expressão visual, a qual não era preciso ter o domínio da escrita para exercê-la, era basicamente realizada por pessoas de classes mais baixas, ainda que pelas mãos de artífices e escultores contratados fossem propagados símbolos das classes dominantes.

Em cidades coloniais de Minas Gerais, como Ouro Preto, esse tipo de manifestação artística se faz presente nas formas e nos símbolos encomendados pela Igreja Católica, mas executados por artesãos de classes populares, como foi o caso do escultor Aleijadinho. Na fase republicana, da qual Belo Horizonte é representante, as formas e os símbolos que marcariam a cidade passaram a ser encomendados pelas novas elites, nas quais o poder do estado fica evidente em contraposição ao antigo domínio da igreja.

No caso dos prédios-sede de governo, na Praça da Liberdade, os símbolos republicanos seriam transcritos por meio de técnicas praticadas por imigrantes pobres que desembarcavam no Brasil no século XIX, especialmente os italianos. No século XX, os símbolos da elite letrada também reconfigurariam a cidade, e o modernismo em Belo Horizonte fazia coro com um movimento maior no Brasil e no mundo.

Como visto em Ávila (2011) e Cesarino (2006), são marcas visuais desse movimento o conjunto arquitetônico da Pampulha (1930) e a Biblioteca Pública, projetados em meados daquele século. Inclusive, a própria Biblioteca, com design de Oscar Niemeyer, teria sua conclusão de obra feita pelas mãos de presidiários. A divisão de formas de expressão do imaginário ocorreria mesmo dentre as artes visuais. Ávila (2008) destaca que, ao passo que as esculturas eram em geral realizadas por classes populares, a pintura era tipicamente uma forma de expressão “de salão”, com técnicas aprendidas em núcleos restritos (academicistas) e exigem menor esforço físico. Mas, para a autora, a linguagem escrita sempre simbolizou a marca das classes dominantes, e isso é notório na cidade de Belo Horizonte.

Muitas ruas e avenidas planejadas dentro da circunscrição da Avenida do Contorno²⁵, que originalmente teriam o nome de grandes rios do Brasil, passaram a ser chamadas pelos nomes de grandes famílias de elites governamentais, tais como Augusto de Lima e Afonso Pena. Em paralelo, a comunicação da cidade para seu ordenamento de massa se torna cada vez mais imagética, e a cidade se comunica com as pessoas como em um ideograma. Com o passar do tempo, não teria ocorrido uma mudança da “cidade das letras” com a apropriação da cultura letrada pelas outras classes, mas um achatamento da informação em que a via letrada é secundária, ou apenas atua como paródia, para reforçar a imagem da ideia que se quer transmitir, como em *outdoor* e sinalizações para os transeuntes.

²⁵ Em Myriam Ávila (2008, p. 3): “O projeto de Belo Horizonte é traçado a partir de um xadrez de grandes avenidas que cortam a cidade transversalmente, ao qual se sobrepõe outro tabuleiro, agora em corte perpendicular, de ruas. O encontro de avenidas resulta em praças, o todo se encontra inserido em um círculo que configura a chamada Avenida do Contorno. Apenas uma praça se impõe por si só, sem resultar de cruzamento: a Praça da Liberdade”.

De acordo com Castrillón (2003), a leitura tem sido um instrumento de poder e exclusão social, primeiro pelas mãos da igreja, com o controle de meios e produções, depois pelos governos aristocráticos e poderes políticos e econômicos, que buscam se beneficiar desse direito. Em análise sobre o direito de ler, a autora destaca o fato de a desigualdade de acesso a bens culturais estar relacionada a outras desigualdades sociais. Castrillón parte da convicção de que ler é um direito e que ele deve se fazer cumprir a partir do compromisso de muitos. De acordo com a autora, para a real democratização da leitura, seria preciso que ela fosse sentida como uma necessidade pela população, considerando a leitura um instrumento para o seu próprio benefício. Isso só poderia ocorrer a partir de melhorias gerais nos índices de desenvolvimento, com a diminuição das desigualdades. Entretanto, o modelo de desenvolvimento adotado nos países da América Latina é injusto e excludente. Para a autora, é preciso levar em conta que “desenvolvimento” nem sempre vem acompanhado de diminuição da pobreza e das desigualdades.

Nesse cenário, elevar os índices de leitura, por exemplo, pelo aumento na compra de livros, não necessariamente significaria uma verdadeira democratização da leitura, já que isso poderia apenas querer dizer que os mesmos restritos grupos poderiam estar lendo mais. A autora acrescenta ainda que a leitura sozinha não permitiria o desenvolvimento econômico e social. Ou seja, não necessariamente havendo mais leitura haveria mais desenvolvimento. O problema da leitura só poderia ser encarado e resolvido por meio de mudanças voltadas a uma distribuição mais justa e igualitária da riqueza.

Feitas essas considerações, Castrillón defende a leitura como direito, portanto, não poderia ser entendida como um simples luxo das elites, associado meramente ao prazer e à recreação, tampouco uma obrigação imposta pela escola. Antes de tudo, a leitura seria um direito de todos e atuaria em favor da democracia. Diante disso, seria importante impulsionar a universalização da cultura letrada, mas seria preciso discutir os meios de se fazer isso.

Para a autora, há muitas décadas o mundo tem promovido a leitura por meio de campanhas, planos e projetos que acabam desviando a atenção, apenas criam a ilusão de que estão promovendo a leitura. Em geral, elas são baseadas em “palavras de ordem” que pretendem convencer da necessidade dessa prática sem levar em conta que nada se torna necessário (muito menos ler, que exige um tempo cada vez mais escasso) se não houver uma íntima convicção de que, por meio da leitura, é possível melhorar as condições de vida e as possibilidades de ser, estar e atuar no mundo.

Para Castrillón, muitas vezes, o que ocorre é a promoção de ações de leitura de caráter assistencialista, sem nenhuma preocupação verdadeira com o bem-estar dos mais pobres. Para ela, nem a filantropia nem a caridade resolvem problemas de ordem social e cultural, que merecem a atenção do Estado. Alguns desses problemas são a discriminação e o desequilíbrio, no que se refere à participação na cultura letrada. Para a autora, o verdadeiro problema está na educação e nas reais possibilidades de acesso democrático à leitura e à escrita e não em dados que não mostram a realidade e se baseiam em “consumo de livros por indivíduos”. Portanto, seria preciso primeiro ter clareza da natureza do problema e da forma de dar solução e depois dispor de espaços de participação social que permitissem expressar-se pelo cumprimento do direito à leitura e à escrita por meio de uma verdadeira inclusão na leitura letrada.

Para tanto, a educação teria papel fundamental, devendo ser dirigido a ela grande parte dos esforços para o cumprimento desse direito. E depois, para as bibliotecas públicas, como meios para a democratização do acesso à leitura, desde que nelas se produzissem também importantes transformações. Assim, todas as ações para essas duas instituições – escolas e bibliotecas públicas – deveriam ser reorientadas para programas que contribuíssem, em longo prazo, para a melhoria dessas instituições, em vez de campanhas e planos de sensibilização supérfluos e que não produzem as transformações necessárias.

Assim, para Castrillón (2003), deveria ser fortalecido um amplo debate sobre ações que poderiam conduzir a uma transformação da escola e da biblioteca. Dessa forma, de um lado, a escola estaria habilitada para alfabetizar, no sentido pleno e não somente para setores privilegiados da sociedade, e, de outro, seriam promovidas mudanças que habilitassem a biblioteca a garantir o amplo acesso aos materiais escritos e a outras formas em que a escrita se apresenta, incluindo novas tecnologias. No que tange à educação, para formar leitores, seria necessário dedicar esforços para a formação docente, para habilitar professores bem formados e conscientes da estrutura social por meio de programas de longa duração – não por oficinas breves –, de forma que pudessem romper com a tradição de ensinar como aprenderam. Professores bem formados como leitores e escritores, em escolas bem equipadas com materiais de leitura e não somente com textos didáticos que não contribuem para a descoberta de que ler serve de alguma coisa (Castrillón, 2003), mas com materiais que permitissem que a escola se convertesse em uma comunidade de leitores e escritores, adiantando nesses espaços práticas de leitura e escrita que se assemelhassem às que se pretendia em uma sociedade com ampla apropriação da linguagem escrita. Nas escolas, seria preciso realizar ainda uma correta gestão do tempo, para que existisse espaço para a reflexão, o pensamento crítico e o debate.

De parte das bibliotecas públicas, a autora afirma que seria necessário que fossem construídas a partir de projetos das próprias comunidades, que servissem aos seus propósitos, como verdadeiros meios de acesso e promoção da cultura letrada. Democratizar esse acesso deveria significar inclusive chegar a toda população, e não somente de maneira quase exclusiva à população escolarizada. Uma democracia participativa necessitaria de espaços que permitissem a todos os cidadãos o acesso à informação, ao conhecimento e às manifestações de cultura e arte. Dentro dessa perspectiva, seria preciso que as bibliotecas se comprometessem com objetivos políticos, sociais e culturais muito claros, a partir dos quais formulariam seus planos de trabalho e programação de atividades. Quanto a essa programação, a autora destaca que as atividades sem relação alguma com a função da biblioteca pública acabam por degradá-la, ainda que proporcionem alguma renda – que de todo modo é precária. Para que as bibliotecas fossem mantidas, seria preciso destinar recursos a esses equipamentos, provendo alguma forma de financiamento contínuo. O trecho a seguir sintetiza a argumentação da autora:

Uma política pública de leitura e escrita é o produto de uma inter-relação dinâmica entre a sociedade que inquer, compromete-se e propõe, e o Estado que trabalha na busca do pleno reconhecimento e na promoção da leitura e da escrita como direitos essenciais das pessoas no mundo contemporâneo. Desse ponto de vista, o Estado ajuda a modelar, conduzir e projetar a sociedade, cumprindo com o fim último para o qual existe: promover o bem comum e o pleno desenvolvimento de todos. E a sociedade atua como instância básica que imprime ao Estado seu dinamismo, mas também a legitimidade e a pertinência necessárias para a ação pública (Álvarez, 2002 *apud* Castrillón, 2003, p. 28).

A promoção da leitura, portanto, não está desassociada do contexto social e depende de mudanças estruturais que colaborem para a justa distribuição de outros bens. O direito à leitura, reconhecido enquanto direito de todos pelo próprio Estado, demandaria deste ações e políticas direcionadas para a sua democratização. Ao mesmo tempo, a sociedade atuaria para tornar a ação do Estado legítima, conformando-a para que correspondesse à promoção do bem comum, em favor do desenvolvimento de todos.

Britto (2009), ao refletir sobre os sentidos da literatura para a experiência existencial humana, afirma que seria preciso estabelecer uma diferença entre arte e entretenimento, levando em conta que, em uma sociedade pragmática de produção e competição, impera o que ele chama de fugaz e trivial. Para ele, a formação leitora deve basear-se em princípios

políticos-pedagógicos que rejeitem tanto o consumismo quanto o conformismo. O autor apresenta o tema percorrendo sobre a ideia de individualidade, na qual cada pessoa buscaria, com o que tem e o que consegue saber da vida, modos de sobreviver. Assim também nesse ambiente a racionalidade técnica, própria do sistema de dominação, se autoaliena não só nas formas de acesso material, como também na realização da cultura. Isso porque a individualidade (ou a subjetividade inerente a cada um), em uma sociedade alienada, é tida como um indivíduo que gravita em torno de si próprio, em função de interesses imediatos e, portanto, a partir da ideia de que a sua felicidade decorre da sua capacidade de competir, ou, em outras palavras, de ser melhor que os demais a fim de alcançar sempre o sucesso e o prazer.

De acordo com Britto, na sociedade individualista, a própria vida se justificaria a partir destes dois ideais: sucesso e prazer. Mas, para o autor, essa é uma visão distorcida da humanidade, pois parte do princípio de que a competitividade é inerente a todo ser humano e que a própria ideia de felicidade se resume a um prazer hedonista. Assim entendida de forma reducionista, toda educação, ciência e produção da arte fruto do esforço humano de transcender-se e compreender-se fica submissa a um princípio de negação da própria humanidade. Nas palavras do autor:

Chama-me a atenção, quando se quer estimular alguém a estudar ou ler ou, mais genericamente, promover a cultura como uma produção humana positiva e carregada de valores éticos, o destaque daquilo que se pode ganhar estudando ou lendo ou fruindo um objeto cultural (seja um livro, uma exposição de arte ou um filme). Desde logo, começa-se a reforçar em que a vida da pessoa se resolveria ou, então, o quanto ela se tornará mais capaz, mais competente ou, ainda, o quanto de prazer encontrará nesse movimento. Aparentemente, com a intenção de conquistar o interesse das pessoas, há um evidente traço utilitarista, pela afirmação do argumento de ganho pessoal e de melhor posicionamento na luta pelo sucesso e pelo bem-estar. Tal linha de raciocínio, às vezes ingenuamente, crê necessário reforçar o que há de mais medíocre e mais egoísta na sociedade para alcançar o convencimento. Olvidando-se das razões mais profundas de aprender, indagar e produzir, reforça-se a ordem desumanizadora administrada pelo capital (Britto, 2009, p. 18).

Para Britto, as próprias políticas de educação tratam de um discurso de desenvolvimento social que se faria basicamente pela conformação das massas a uma ordem de funcionamento do sistema. Nessa lógica, cada pessoa disporia de um conjunto de saberes, incluindo a capacidade de ler e escrever, que a habilitaria a participar competitivamente do

mercado – disputando, consumindo e produzindo – em uma sociedade só pretensamente livre. Para ilustrar essa ideia de saber meramente técnico e operacional, o autor afirma:

A caricatura maior se exhibe em programas de TV que põem em disputa saberes picados do mundo, informações de almanaque. Enquanto isso, nos laboratórios e escritórios, os administradores fazem tabelas, definem índices, estabelecem metas e produzem rankings de eficiência. A dose de cultura e de humanismo que eventualmente se agregaria a esse modelo apenas vem tornar mais eficiente a ideologia da adaptação e do conformismo. E, dolorosamente, os educadores, mesmo quando reconhecem a perversidade do sistema, não têm força para, individualmente, confrontar a ordenação (Britto, 2009, p. 19).

Segundo o autor, nessa ideia de sociedade, a arte é ligada ao tempo livre como um momento em que as pessoas se desocupam do trabalho para ocupar-se do não pensar, do esquecer as agruras da vida. Uma “arte suave e alegre”, entendida como parte dos lazeres modernos. Mas à arte sempre coube, além de “divertir e instruir”, indagar de forma profunda e reveladora forças de nossa própria existência, mesmo quando somente por evidenciá-las e não necessariamente para resolvê-las. Apesar disso, para o autor, em nenhum outro momento na história humana a redução da arte à ideia de suavidade alegre, como ocorre na sociedade ocidental moderna, se fez de maneira tão presente. Exemplo disso seria o estímulo à fantasia que espelha o universo conceitual e valorativo do senso comum, próprio de meios de comunicação em massa.

Do ponto de vista intelectual, os objetos que se apresentam para a fruição do sujeito (novelas, aventura e comédias banais) têm esquemas próximos do modo de ser cotidiano e que não exigem mais do que o domínio do código e da decodificação adquiridos pelo uso e pela repetição, e, portanto, essa experiência não se diferencia de outras formas de entretenimento de cultura de massa. Essa imersão no cotidiano alienado faz parecer que as coisas são como são e devem continuar sendo, e isso interessa ao domínio das massas (e convém ao mercado, ao capital). Então, a cada pessoa caberia apenas fazer o melhor que pudesse para viver melhor diante da ordem instituída. Porém, ao apenas reproduzir mecanicamente as determinações da indústria cultural e das políticas públicas de conformação – considerando a arte e o conhecimento instrutivos para a boa vida e formas de lazer saudável –, a pessoa nada faria além de manter-se submersa no universo alienado do senso comum, sistematicamente reproduzindo (enquanto administrados) os interesses dos administradores.

Maria Conceição Carvalho (2014), em referência à obra da colombiana Silvia Castrillón, propõe uma reflexão sobre o papel das Bibliotecas Públicas e da educação na

formação leitora na atualidade, diante da permanência de altos índices de analfabetismo e iletrismo no Brasil e das novas formas de comunicação digital. Além disso, Carvalho questiona o papel do mediador de leitura. Dentre as questões que busca responder, ela questiona se caberia à biblioteca pública brasileira assumir um papel mais propositivo em relação à promoção da leitura e também sobre o que muda e o que permanece hoje na pedagogia da leitura na chamada sociedade da informação. Segundo a autora, essas perguntas seriam úteis ao debate que busca a construção de uma sociedade menos desigual, na qual a educação e a leitura são direitos de todos.

Para a autora, formulações sobre a leitura comprometidas com grupos hegemônicos são capciosas e incapazes de transformar a realidade. Isso porque, em geral, nessa concepção, a questão da leitura é mostrada a partir da visão do mercado sem considerar nem mesmo que “livro vendido” não significa “livro lido”, fato que ganha destaque, por exemplo, em épocas de feiras e bienais, nas quais a atenção gira em torno de autores e títulos da moda. Além disso, sobressai uma visão de teóricos chamados “apocalípticos” que falam sobre uma “crise da leitura” prevendo, para a remediação, a ampliação numérica do “leitor fraco”, que lê pouco, casual e parcialmente, e em experiências que exigem pouca concentração e reflexão. O fato é que a própria complexidade da cultura mundial exige mudanças de modo a ser compreendida no cenário político e social, especialmente em tempos em que prevalece a comunicação instantânea que desmerece a reflexão, a palavra abreviada e os textos fragmentados – que parecem ser comportamentos distantes da leitura crítica –, pelo menos em relação aos modos de ler compreendidos antes da revolução digital.

A transformação das tecnologias da informação e comunicação traz um cenário novo para o acervo universal de conhecimentos já registrados pelo ser humano desde a antiguidade, o que, para os otimistas, estaria ao alcance de todos, desconsiderando fatores de renda e nível educacional. O que se percebe, no entanto, é ainda a enorme desigualdade social e cultural entre os brasileiros (Carvalho, 2014).

Para Carvalho (2014), muitos de nós ainda continuamos presos a acepções da tradição iluminista, acreditando na leitura em geral como instrumento de formação e aprimoramento, mesmo que a ideia de importância da leitura não se traduza em experiências práticas de leitura. Lembrando Paulo Freire, sobre a pedagogia do oprimido, Carvalho (2014) afirma que essa seria uma crença cega no valor da escola e do saber apenas como uma expectativa muitas vezes ingênua de classes oprimidas e replicada tanto por professores quanto por bibliotecários, e em documentos oficiais de políticas públicas de leitura. Exemplo disso

seriam as metáforas da leitura como escada (remetendo à possibilidade de ascensão social do indivíduo) e de comer/devorar (que remeteria a uma espécie de boa nutrição do espírito). Supostamente, por meio da leitura, independentemente do conteúdo do texto lido e do efeito que a leitura tem no indivíduo, seria possível ascender acima dos que não leem. Ademais, essa visão não levaria em conta os contextos preexistentes fundamentais para alguém se tornar leitor, como condições da família, formação escolar, disponibilidade de tempo e acesso ao material de leitura no espaço social – como bibliotecas públicas, livrarias e mundo digital.

Entendendo, sim, a leitura em seu potencial de libertação, a autora faz ressalvas em relação a uma pregação vazia sobre ela. Citando Bourdieu (1997), ao referir-se à televisão como instrumento de violência simbólica, o valor do livro e da leitura deveria ser dado considerando os possíveis efeitos colaterais da leitura de reprodução, que proporcionaria apenas uma falsa impressão de estar informado. Nesse formato, se manteria inalterada a enorme distância entre os brasileiros que efetivamente leem e podem praticar a leitura de emancipação e os que entendem a leitura como fator de distinção social, não dispondo de reais condições para uma experiência leitora que leve à construção de novos sentidos (Carvalho, 2014).

Sendo assim, tanto professores quanto bibliotecários deveriam levar em conta especificidades e complexidades que permitiriam a uma pessoa tornar-se ou não leitor, refletindo sobre componentes socioculturais históricos de nossa sociedade, atuando na raiz da suposta falta de vontade de ler do nosso povo. A superação do indivíduo chamado de “não leitor” para o cidadão “leitor” não seria simplesmente uma questão de gosto ou escolha pessoal. Por trás disso estariam também outras desigualdades, como as educacionais, que explicariam grande parte da leitura rarefeita e desigual que ainda caracteriza o país.

Para a superação desse estado, de acordo com a autora, seria preciso desvincular a visão meramente operacional e técnico-administrativa do processo cultural e do ato de ler. A leitura vista apenas como forma de transmissão da informação se esgotaria na decodificação, sem ser capaz de fazer com que o indivíduo repensasse a si mesmo e a sua realidade. Esvaziadas do potencial emancipatório, essas leituras apenas espelhariam e reproduziriam valores da sociedade capitalista sustentada sobre as bases da desigualdade social.

Para a verdadeira inclusão dos indivíduos em uma sociedade leitora, seria preciso compreender a complexa trama de relações que atravessam os sujeitos, entendendo que a prática leitora é também uma prática social circunstanciada, para então ser possível incluir todos. Nesse entendimento, a biblioteca atuaria como instituição social ligada à leitura e posta

a serviço da comunidade, devendo ser reinventada em cada época e lugar de modo a atender a essas necessidades. Assim, nem mesmo bastaria repetir prescrições aligeiradas de recomendações, como as presentes no Manifesto da UNESCO²⁶ e demais documentos que divulgam os princípios gerais para bibliotecas do mundo inteiro. Seria preciso reinventar, criar modelos locais de bibliotecas, adaptados a cada realidade. Nas palavras da autora:

Nesse sentido, a biblioteca pública brasileira não pode continuar se contentando com um plano mínimo de trabalho, apenas voltado para o público dos já iniciados, que chegam espontaneamente à biblioteca, e o outro público cativo, o dos obrigados pela tarefa escolar. A biblioteca pública, hoje, ao invés de se retrair diante da tendência à busca da informação a partir do espaço privado (para quem pode pagar por essa escolha), precisa, ao contrário, se construir e/ou se solidificar como espaço do encontro, do compartilhamento e do debate entre pessoas de diferentes níveis sociais e faixas etárias. Um espaço, enfim, numa época de exacerbada e perigosa individualidade, que abrigue a alteridade e a diversidade cultural (Carvalho, 2014, p. 192).

Portanto, a autora destaca a biblioteca pública como fundamental para a ampliação da prática leitora, mas sob pressupostos de uma democratização desse equipamento cultural, que deveria ele próprio refletir a diversidade social, e, para tanto, essa prática deveria ser moldada à luz das realidades de cada sociedade. Por fim, Carvalho lembra ainda que a leitura está associada a outras práticas sociais do indivíduo, que começam desde a tenra infância, e que a prática da leitura é perpassada por ações da comunidade familiar e escolar. Sem desconsiderar o risco de apregoar que a leitura deva ser prazerosa (como prática hedonista, conformista, imediatista), a autora compreende ainda que é possível ter prazer profundo, após um “mergulho” em obras que desafiam, das quais se sairia renovado por uma compreensão ampliada da humanidade e do mundo.

Quanto ao impacto da sociedade digital, a autora afirma que os novos formatos de leitura poderiam, inclusive, favorecer a interação de quem lê com os autores e com o próprio texto, muitas vezes diretamente e ao longo do ato de criação. Assim como no caso da leitura no papel, dependendo das condições sócio-históricas em que a leitura se realize, a leitura digital poderia ou não impulsionar a emancipação e a transformação ou, ao contrário, a domesticação e a alienação. Uma via ou outra não estariam propriamente no formato em que se efetivam, mas a quais interesses servem.

²⁶ O Manifesto da UNESCO, de 1972, sintetizava as funções da biblioteca pública para a educação, a cultura, o lazer e a informação e os que se seguiram.

3.2 O FOMENTO À LEITURA NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO ESPAÇOS SOCIAIS DE APRENDIZAGEM

Para Lankes (2016), bibliotecas ruins fazem coleções, bibliotecas boas realizam serviços, mas bibliotecas excelentes criam comunidades. Em seção própria sobre a biblioteca enquanto “berço da democracia”, o autor entende que a principal missão das bibliotecas seria criar uma nação de cidadãos ativos e bem informados. Nessa perspectiva, as bibliotecas colaborariam para a democracia ao promoverem a transparência, o acesso e o uso da informação por todos. Mas isso não se faria de maneira unilateral (do centro para o vértice), mas, sim, por meio da integração desses equipamentos públicos com suas comunidades.

De acordo com Lankes, seria preciso haver um esforço direcionado das bibliotecas para o fortalecimento democrático, mas essa ação consciente seria diferente de dizer que, na tentativa de “melhorar a sociedade”, as bibliotecas deveriam difundir uma visão estabelecida e autoritária de “aprimoramento”. O autor recorda que, historicamente, as bibliotecas foram instituições elitistas na promoção da chamada “literatura correta”, que, com frequência, definia um material aprovado por homens brancos de classes dominantes. Esse elitismo continuaria presente em alguns discursos a respeito das bibliotecas, segundo os quais caberia a elas abrigar apenas materiais considerados de “alta qualidade” por esses grupos. Ao contrário disso, o autor defende que nas bibliotecas que favoreçam a democracia, mais do que prestar serviços à comunidade, deveria se esperar que a comunidade fizesse parte da biblioteca. Nessa perspectiva, os profissionais das bibliotecas deveriam atuar como facilitadores, já que prédios e acervos não bastariam para fazer cumprir o compromisso de uma biblioteca. Segundo Lankes,

Um edifício sozinho não pode fazer nada. Simplesmente construir uma estrutura – não importa quão grande ou quão representativa da estética da comunidade ela seja – não basta. Abarrotar uma linda construção com uma quantidade enorme de livros não é fazer uma biblioteca. É preciso um compromisso da comunidade e um grupo de facilitadores dedicados a realmente transformar materiais de construção em conhecimento e comunidade (Lankes, 2016, p. 131).

Assim, na visão do autor, uma excelente biblioteca seria da própria comunidade, uma instituição na qual ela participa ativamente e, por isso, seria capaz de imprimir direcionamentos para o uso em favor do seu desenvolvimento. Sánchez-García e Yubero (2015) já alertavam sobre o fato de que novas tecnologias mudaram a forma como os cidadãos acessam informação, o que mudaria sobremaneira o papel das bibliotecas e dos bibliotecários

no mundo. Para os autores, seria preciso passar a entender a biblioteca como espaço de aprendizagem, local de encontro e inserção social. Para isso, seria necessário que existissem novos profissionais nas bibliotecas, treinados e reorientados em sua força de trabalho. Somente com o trabalho direcionado para que esses equipamentos se tornem espaços de aprendizagem comunitária é que as bibliotecas estarão aptas a prestar um serviço social relevante.

Para Rodríguez (2013), as bibliotecas, inclusive por não terem um currículo estabelecido como as escolas, seriam locais propícios a trocas criativas entre as pessoas no que diz respeito ao acesso à informação e à construção do conhecimento, favorecendo o contato entre elas e o desenvolvimento de seus projetos. Para a autora,

Nas cidades grandes ou pequenas, os habitantes necessitam aprender, manter-se informados, comunicar-se com outros, continuar a sua formação, reunir-se, resolver problemas, desfrutar do tempo livre, tomar decisões individuais ou coletivas, discutir temas de interesse comum ou simplesmente conhecer os acontecimentos e planos das comunidades. A biblioteca pública é um espaço privilegiado para realizar estas atividades (Rodríguez, 2013, p.13).

No entanto, o quadro das bibliotecas públicas brasileiras é crítico há anos, e o estudo de Freitas e Silva (2014) é ilustrativo sobre isso. Segundo as autoras, as bibliotecas públicas brasileiras lidam com a falta de infraestrutura, recursos financeiros e até carência metodológica para o desenvolvimento do hábito da leitura. Assim, ao contrário de serem equipamentos que funcionariam em favor da sociedade, em muitos casos, elas tornam-se grandes depósitos de livros. Em uma sociedade da informação, como mostrado por Sánchez-García e Yubero (2015), ressignificar as bibliotecas é tarefa urgente. No caso das bibliotecas públicas brasileiras, é necessário que essa reorientação seja assertiva, considerando que o cenário de recursos escassos direcionados a esses equipamentos dá pouca margem para o desperdício (de recursos financeiros, físicos ou de força de trabalho).

Em estudo sobre o valor da biblioteca pública brasileira, encomendado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Badia (2023) destaca a relevância desses equipamentos em seu caráter social. O trabalho chama atenção para o fato de que a chamada “sociedade do conhecimento”, com a revolução das tecnologias de informação, gera também novas formas de exclusão. Frente a isso, as bibliotecas, além de disponibilizarem os meios necessários de acesso à informação, deveriam apoiar os cidadãos a adquirirem competências para o seu

manejo, para a alfabetização digital e o apoio à aprendizagem. O estudo defende que o papel das bibliotecas, enquanto fomentadoras da leitura, deve estar respaldado pela criação de relações intrínsecas com a comunidade a fim de suprir suas necessidades de desenvolvimento.

Essas conclusões, de que as bibliotecas deveriam ser espaços que oferecessem oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento a todas as pessoas, de maneira participativa e integrativa (atuando como ponte das pessoas entre si e entre elas e o conhecimento), coadunam com as recomendações presentes no Manifesto da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas. Conforme consta no documento da IFLA (2012), as bibliotecas devem ser espaços que aproximem as pessoas, que possibilitem o contato social entre elas, estimulando atividades que sirvam de apoio aos interesses da comunidade. À biblioteca caberia, dentre outras realizações: promover a leitura; fornecer materiais apropriados para as pessoas que não dominem suficientemente a leitura; e estimular a colaboração entre as pessoas, oportunizando trocas de informações entre elas.

São exemplos destacados nas diretrizes da IFLA, quanto ao fomento à leitura em bibliotecas públicas por meio da integração e do fortalecimento comunitário: o programa interativo do Reino Unido, que utiliza ferramentas de multimídia para estimular as pessoas a experimentarem a leitura e participarem de trocas de ideias sobre os livros que leram; o projeto Livros aos Bocados, desenvolvido por uma biblioteca na Dinamarca, que envia trechos de livros a grupos de “assinantes”, até que, paulatinamente, eles recebam todo o conteúdo; o projeto de uma biblioteca na Irlanda que atua por meio da parceria entre alunos, professores e organizadores locais, disponibilizando uma ampla variedade de livros e outros materiais para cultivo da leitura; em Cingapura, um grupo que capacita mulheres no estudo da língua inglesa, com aulas realizadas na biblioteca, que também provê os recursos necessários para que as aulas aconteçam; e, na Colômbia, a publicação semanal da biblioteca no principal jornal da cidade, incluindo resenhas e comentários sobre livros infantis.

No Brasil, em um artigo, Bernardino e Suaiden (2011) afirmam que a palavra “pública”, em “biblioteca pública”, remete a termos que deveriam caracterizá-la, tais como “livre”, “aberta”, “democrática” e “socializadora”. De acordo com os autores, em países como o Brasil, além de vontade política, seria preciso que existisse uma consciência geral de que a biblioteca é parte da sociedade e vice-versa, em uma relação com influências mútuas e necessárias ao processo de evolução. A promoção da leitura estaria diretamente relacionada a esse entendimento como missão crucial da biblioteca. Dessa forma integrada, de um lado, a biblioteca colaboraria para o desenvolvimento da sociedade, e, de outro, a sociedade

colaboraria para o desenvolvimento da biblioteca, em uma relação “ganha-ganha” que potencializaria a missão fundamental de promoção da leitura. Nessa relação integrada com a comunidade, os próprios acervos da biblioteca deveriam refletir a diversidade de interesse dos leitores, conforme também apontado por Rodríguez (2013).

Algumas experiências brasileiras foram adotadas na tentativa de ressignificar as bibliotecas e as políticas de promoção à leitura, como é o caso da BibliOn²⁷, em São Paulo, e das Bibliotecas Parque²⁸, no Rio de Janeiro. A BibliOn é uma biblioteca pública digital capitaneada pelo estado de São Paulo. Já as Bibliotecas Parque buscam promover o acesso à leitura integrando o acervo a diversas linguagens artísticas e às comunidades do entorno.

No caso da BibliOn, a estratégia foi disponibilizar uma biblioteca com acervo de materiais digitais de acesso público, uma iniciativa da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas de São Paulo sob gestão de uma Organização Social Sem Fins Lucrativos, a SP Leituras. Conforme consta no site da BibliOn, o acervo disponibilizado online conta com mais de 20 mil títulos, entre livros, audiolivros, jornais, *podcasts* e materiais de eventos culturais, sendo considerada uma plataforma de leitura, conhecimento e entretenimento. Nela, é possível também acessar Clubes de Leitura, o que, de acordo com o site, promoveria o prazer da leitura em boa companhia, proporcionando o compartilhamento de emoções, reflexões e descobertas das pessoas sobre os livros lidos.

Quanto às Bibliotecas Parque, em entrevista concedida em 2013, Vera Saboya²⁹ explica que essas bibliotecas são entendidas como espaços de leitura e pesquisa, mas também como pontos de encontro e de produção cultural. De acordo com ela, essas atividades teriam estreita relação com a leitura:

Na medida em que você propõe a biblioteca como um espaço ativo de produção literária, cultural e artística, você, imediatamente, faz com que aquele acervo de livros, tanto impressos como digitais, ou mesmo de filmes e músicas, circule se relacionando o tempo todo com a própria experiência estética daquelas artes. Por exemplo, temos programas de laboratórios, que duram sempre entre 10 e 12 meses, e um deles é o de artes cênicas. Na medida em que esse laboratório acontece dentro do espaço da biblioteca, toda a literatura de dramaturgia que está na biblioteca faz um sentido muito maior para o frequentador (Saboya, 2013).

²⁷ Disponível em: <https://www.biblion.org.br/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

²⁸ Disponível em: <https://bibliotecasparque.alexandria.com.br/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

²⁹ Superintendente de Leitura e Cultura do Estado do Rio de Janeiro à época.

Portanto, a ideia é que a ativação cultural promovida nos encontros realizados nas bibliotecas acabaria promovendo a própria leitura, fazendo circular o acervo. Segundo a entrevistada, a comunidade tinha participação ativa na formação a respeito da programação, de forma que as atividades correspondessem aos interesses da comunidade. No que se refere à formação leitora, Vera Saboya destacou o programa Laboratórios de Palavras, que buscava capacitar os cidadãos para o uso do acervo dessas bibliotecas. Vale destacar que as Bibliotecas Parque foram instaladas em comunidades como as da Rocinha e de Manguinhos, onde os equipamentos de acesso à cultura escrita, como livrarias e bibliotecas, eram escassos.

Em Minas Gerais, uma pesquisa realizada por Silveira (2014) buscou investigar as representações simbólicas que emergem da interação entre as pessoas e os espaços públicos, como as bibliotecas, utilizando como base teorias sobre leitura, memória, sociabilidade, enraizamento e identidade. Partiu-se da premissa de que a formação identitária dos sujeitos está em permanente elaboração e que é expressa e potencializada por meio do contato com outras pessoas em diversas esferas de socialização que fomentam a existência de uma coletividade, tais como nas bibliotecas públicas. O estudo de caso foi realizado na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, por meio da entrevista com sete de seus usuários, e chegou-se à conclusão de que a Biblioteca exerce influência na formação de biografias e discursos identitários desses usuários.

Também em artigo sobre o papel das bibliotecas públicas no século XXI, Ferraz (2014) analisa o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, instância responsável à época pela gestão da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais e do Sistema de Bibliotecas no estado. A pesquisa abordou a importância social das bibliotecas públicas enquanto espaço de promoção da leitura, do diálogo e do exercício da cidadania. Entre os desafios identificados, discorreu-se sobre as dificuldades de elaboração de políticas de livro e leitura e de captação de recursos para o financiamento dessas políticas. Segundo a autora, as reflexões propostas no estudo levam a perceber que, sem a participação da sociedade e sem o investimento do Estado, é inviável viabilizar políticas públicas de livro e leitura para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

No contexto pós-pandêmico, em 2021, o autor David Lankes discutiu sobre o papel das bibliotecas e dos bibliotecários para a construção de um mundo melhor. Segundo ele, é preciso reconhecer que o poder das bibliotecas não está nos livros ou nos prédios, mas no trabalho dedicado aos valores de aprendizagem, transparência, diversidade, honestidade intelectual, liberdade intelectual e segurança. Em uma realidade fragmentada, as bibliotecas

poderiam colaborar para fortalecer as comunidades e cooperar para a criação de um mundo melhor. Por muito tempo, as bibliotecas foram consideradas pontos de acesso e não faziam mais do que reunir os materiais em um mesmo espaço para prover o acesso a eles, mas isso seria insuficiente para gerar uma economia solidária. Embora informações fossem importantes, seria necessário colaborar para a formação de conhecimento em estrita relação das bibliotecas com as comunidades.

Lankes (2021) afirma que, embora o engajamento direto das bibliotecas em suas comunidades possa ser visto por alguns como amplo demais, o papel de bibliotecários como ativistas é antigo e um dos valores centrais do trabalho desses profissionais. Segundo o autor:

É hora da biblioteca virar uma plataforma para as histórias e experiências da comunidade, do aluno com dificuldade ao advogado mais culto. Nosso papel não é mais reunir as histórias de elite de vozes fora da comunidade. Esse papel é importante, mas atualmente devemos amplificar as vozes da comunidade. Devemos amplificar através de aprendizado, de criar ligações e, também, de ativismo.

Vamos voltar ao tema de hoje: um mundo melhor. Como este mundo é? Quem vai contar sua história? Qual é a narrativa da comunidade? É uma comunidade letrada? É criativa, artística, economicamente próspera? Está sofrendo? Está desconexa? Após criar essa narrativa comum, qual é o próximo passo? Ao forjar uma nova visão do mundo pós-pandemia, o que fará se a narrativa da comunidade for sobre dor, sofrimento e privação de direitos? Vai simplesmente registrá-la? Vai tentar distrair a comunidade através de leitura e diversão? Ou vai se comprometer em educar e empoderar as diversas vozes da comunidade para melhorar o mundo? (Lankes, 2021, p. 3).

Então, de acordo com Lankes, é preciso pensar as bibliotecas não como depósitos da sociedade, mas como fonte de ruptura, por meio do conhecimento estimulado e compartilhado nesses espaços. Bibliotecas que auxiliem a formação de uma sociedade que saiba buscar a verdade entre tantas informações disponíveis no mundo hoje. Bibliotecas que colaborem para que as pessoas saibam manejar as informações, integrá-las e usufruir delas para a geração de um conhecimento com real impacto nas suas vidas e na sociedade. Isso não será feito de modo estanque, já que as pessoas estão sempre em formação, e é preciso desafiá-las, capacitá-las para que alcancem níveis cada vez maiores de discernimento, de forma que possam alcançar uma melhor compreensão do mundo em que vivem e posicionar-se diante dele.

As propostas de Lankes, e de outros autores desta seção, consideram que a biblioteca não deve ser reduto de uma minoria que, quando se abre para a população, parte de uma visão

colonialista sobre a própria população – impondo a ela modos de ser e estar no mundo considerados adequados e que não fazem mais do que servir à manutenção de uma ordem social opressora. Pessoas conformadas não mudam o mundo. Pessoas isoladas não mudam o mundo. É preciso que as bibliotecas colaborem para a formação de uma sociedade questionadora e ativa, crítica e engajada, integrada e colaborativa.

Para isso, democratizar a leitura é parte essencial. E é preciso fazer isso dando palco a outras vozes, a outras narrativas, em uma relação quase simbiótica entre biblioteca e sociedade, para desenvolvimento mútuo. As bibliotecas então deixariam de ser guardadoras de informação, tantas vezes em livros empoeirados, e passariam a ser espaços sociais de aprendizagem compartilhada. Não sozinhas, não sem que fossem necessárias também transformações em outras esferas da sociedade, de ordem econômica e social, mas como parte de um amplo esforço coletivo em favor da redução das desigualdades.

3.3 INDICADORES RELACIONADOS AO LIVRO, À LEITURA E À COMPETÊNCIA LEITORA

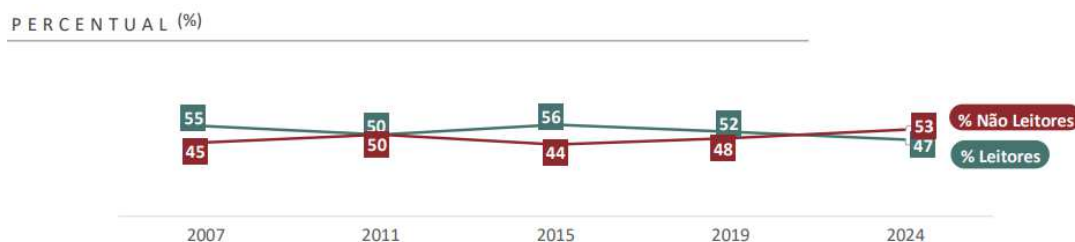
Para a exposição desta seção, serão utilizadas duas pesquisas realizadas sobre o cenário do livro e da leitura no Brasil e em Minas Gerais e outras informações adicionais sobre o tema, bem como indicadores educacionais relacionados à competência leitora. Em primeiro lugar, e de maneira mais extensiva, serão apresentados os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, especialmente a sexta edição, publicada em 2024, e, em seguida, a pesquisa O livro em Minas Gerais, publicada em 2015.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil é realizada quadrienalmente pelo Instituto Pró-Livro, que é uma organização de terceiro setor mantida por entidades do livro (Abrelivros, Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros), cuja missão é “transformar o Brasil em um país de leitores”. A sexta edição foi realizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com o Itaú Cultural. A aplicação da pesquisa se deu pelo IBOPE Inteligência, de 2007 a 2019, enquanto a edição de 2024 foi realizada pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica). A referida pesquisa tem por objetivo conhecer o comportamento dos leitores brasileiros, medindo a intensidade, a forma, as motivações e as limitações dos leitores em relação à leitura, além de medir as condições de leitura e acesso ao livro. Em 2024, a amostra contemplou 5.054 entrevistados, em 208 municípios, e um dos pontos de destaque foi a avaliação de práticas em leitura digital e

impressa. A edição de 2024 contou também com o patrocínio da Lei de Incentivo à Cultura – a Lei Rouanet.

A amostra das pesquisas é desenhada para corresponder ao perfil da população brasileira, praticamente dividida em proporção de homens e mulheres, concentrada na região Sudeste, respeitando também as proporções por escolaridade e de não escolarizados, dentre a população acima de cinco anos de idade. Para a pesquisa, “leitor” é considerado aquele que leu, inteiro ou em partes, ao menos um livro nos últimos três meses; e “não leitor” aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses. Sob esses parâmetros, verificou-se que o percentual de leitores manteve-se no mesmo patamar desde 2007, próximo de 50%, até 2019. Na edição de 2024, após o período pandêmico, o percentual de não leitores superou, pela primeira vez, a de leitores: 53% de não leitores e 47% de leitores.

Gráfico 11 – Percentuais de leitores e não leitores – 2007 a 2024

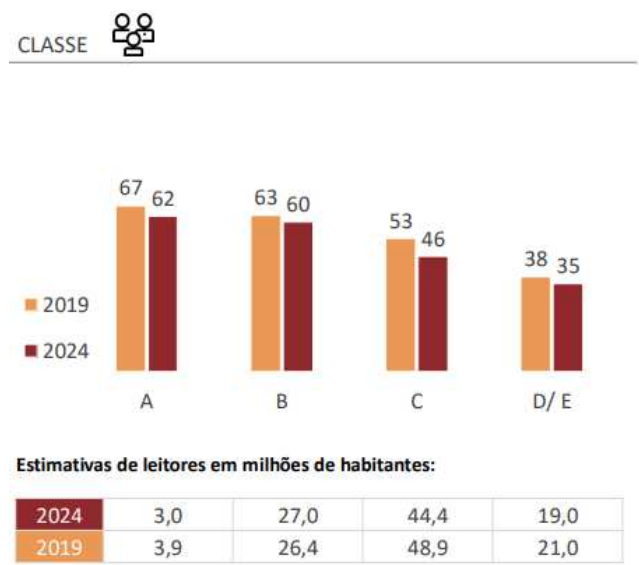


Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, sexta edição. 2024.

Ademais, verificou-se que a maioria dos leitores são mulheres, mas a diferença diminuiu nos últimos anos. Quanto às variações por idade, já na quinta edição evidenciou-se uma queda no percentual de leitores em quase todas as faixas etárias, excetuando-se a faixa de 5 a 10 anos, que apresentou aumento. Na sexta edição, pós-pandemia, praticamente todas as faixas de idade apresentaram queda no percentual de leitores, sendo que a queda mais acentuada foi na faixa de 05 a 10 anos, comparando-se o percentual de 2019 com o de 2024.

A análise de variação por classe social mostrou queda no percentual de leitores em todas elas, sendo que entre 2015 e 2019 a queda mais expressiva foi na Classe A, que tem renda de mais de 10 salários mínimos. Já entre 2019 e 2024, a maior queda foi entre o percentual de leitores da Classe C (2 a 5 salários mínimos).

Gráfico 12 – Percentuais de leitores por classe social – 2019 e 2024

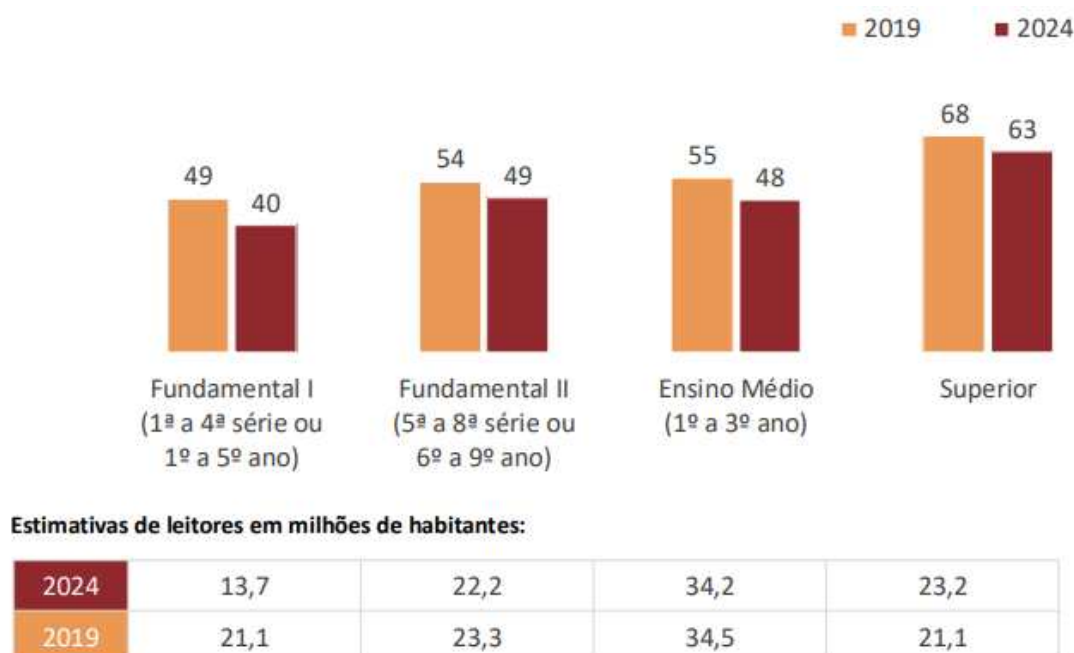


Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, sexta edição. 2024.

As pessoas com nível superior e das classes A e B possuem as maiores rendas e historicamente continuam apresentando os maiores percentuais de leitores.

Na comparação por nível de escolaridade, em 2019 observou-se uma queda em todos os extratos, comparando-se com 2015, sendo que o de nível superior de escolaridade, embora apresente os maiores percentuais de leitores em comparação com os demais níveis, foi também o que apresentou a maior queda. Em 2024, comparando-se com 2019, a maior queda foi no percentual de leitores com nível Fundamental 1 (até o 5º ano de escolaridade).

Gráfico 13 – Percentuais de leitores por nível de escolaridade – 2019 e 2024



Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, sexta edição. 2024.

Outro indicador da pesquisa mostra que, do total de entrevistados, o número de livros lidos nos últimos três meses foi mais ou menos estável, com leve elevação entre 2015 e 2019. Contudo, houve queda no número de livros entre 2019 e 2024, passando de 2,6, em média, para 2,04 livros lidos nos últimos três meses, totalmente ou em parte.

Quanto a possíveis razões da não leitura, a pesquisa de 2019 mostrou que 82% dos entrevistados disseram que gostariam de ter lido mais e 47% disseram que não leram por falta de tempo. Em 2024, o percentual de leitores que disseram que gostariam de ter lido mais caiu para 75% e a falta de tempo continuou sendo a principal justificativa para o fato de não terem lido o quanto gostariam (46%)

Sobre a forma de gastar o tempo livre, até 2019 a maior parte das pessoas afirmou que assiste televisão, embora o percentual tenha caído cerca de 10 pontos percentuais desde o ano de 2007. Em 2024, o percentual de pessoas que assiste televisão no tempo livre caiu para 60%, ao passo que o uso da internet cresceu para 78% dos respondentes. No primeiro ano da pesquisa, em 2007, esse percentual de uso de tempo livre com internet era de apenas 18%, tendo sido, portanto, a categoria com maior crescimento. Dentre os entrevistados, de 2015 a 2024, o número de pessoas que afirmaram que leem livros no tempo livre passou de 24% para 20%. Em geral, as atividades mais realizadas na internet, dentre o total dos entrevistados,

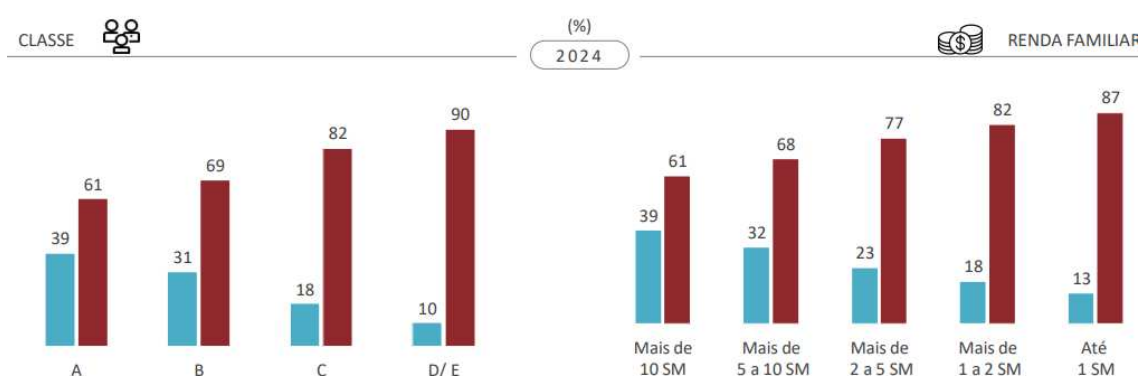
estão relacionadas ao uso para a comunicação, como troca de mensagens em aplicativos e redes sociais.

Comparando leitores e não leitores, o levantamento da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil identificou que o repertório de atividades dos leitores é mais variado do que o dos não leitores, tais como assistir a filmes, escrever, praticar esportes, sair com amigos e família e ir a praças e parques. Em 2024, a pesquisa indicou que, entre leitores, 58% gostam de escrever no tempo livre, contra 27% entre não leitores. A única atividade em que o não leitor tem o percentual ligeiramente maior é “assiste televisão”.

Já em relação à dificuldade leitora, a pesquisa de 2024 chama atenção para o fato de que 36% das pessoas têm dificuldade de habilidade para leitura, tais como “ler muito devagar”, “não ter concentração para ler” ou “não compreende o que lê”. Sobre a influência para gostar de ler, as pessoas mais citadas foram a mãe, a responsável do sexo feminino ou alguma professora ou professor. As famílias que mais influenciam são aquelas em que os pais costumam ler livros e presenteiam com livros. Além disso, nas famílias em que os pais são escolarizados, há mais leitores do que não leitores, ao contrário do que ocorre dentre as famílias cujos pais são analfabetos.

Os leitores geralmente acessam os livros por meio da compra, sendo que, em relação à renda, os compradores de livros estão mais concentrados na classe A, e os não compradores na classe D, conforme se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 14 – Perfil dos compradores de livros por classe e renda em 2024



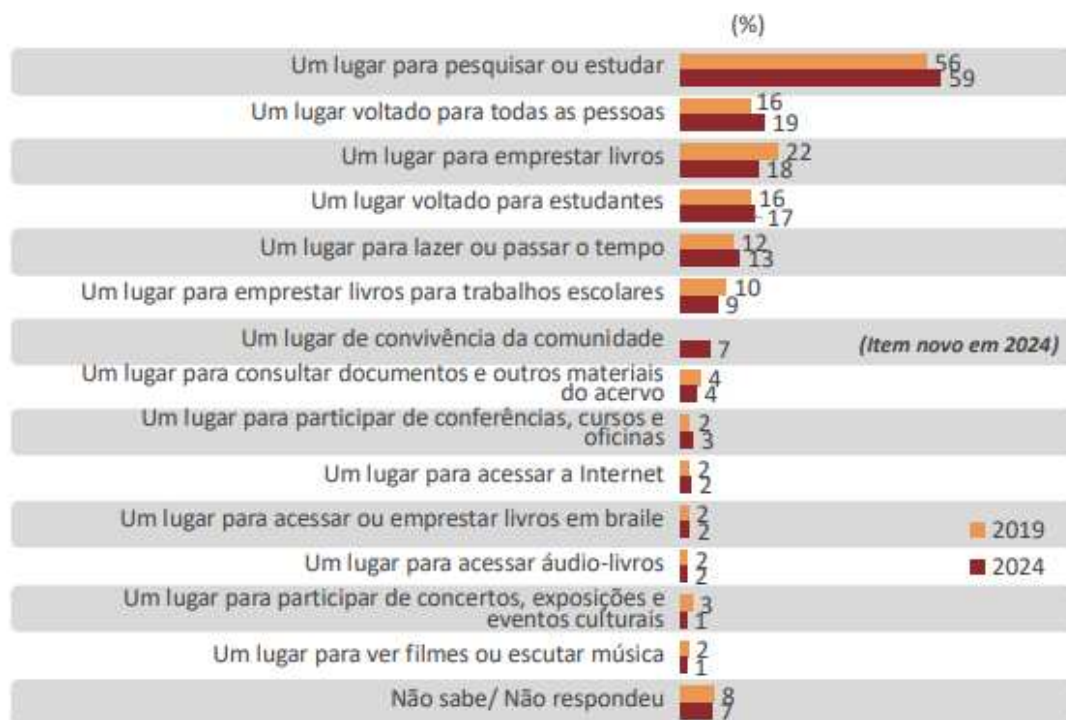
Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, sexta edição. 2024.

A pesquisa investigou também como os brasileiros percebem as bibliotecas. Em 2019, 56% declararam que percebem a biblioteca como um lugar para pesquisar ou estudar,

percentual que diminuiu muito em relação a 2015, quando era de 71%. Contudo, essa percepção segue apresentando o maior percentual dentre as opções da pesquisa. Em 2024, 59% destacaram que percebem a biblioteca como um lugar para pesquisar ou estudar.

“Um lugar para emprestar livros” foi a segunda categoria mais citada em 2019, mas passou de 29%, em 2015, para 22%, em 2019. Em 2024, esse percentual caiu para 18%. Em 2024, a segunda categoria mais citada sobre a representação das bibliotecas foi “um lugar para todas as pessoas”. A categoria “um lugar de convivência para a comunidade” foi uma categoria incluída apenas em 2024, com 7% de representação, não sendo possível fazer comparação na linha histórica. A variação desses percentuais entre 2019 e 2024 está representada no gráfico a seguir.

Gráfico 15 – Representações sobre a utilização das bibliotecas – 2019 e 2024

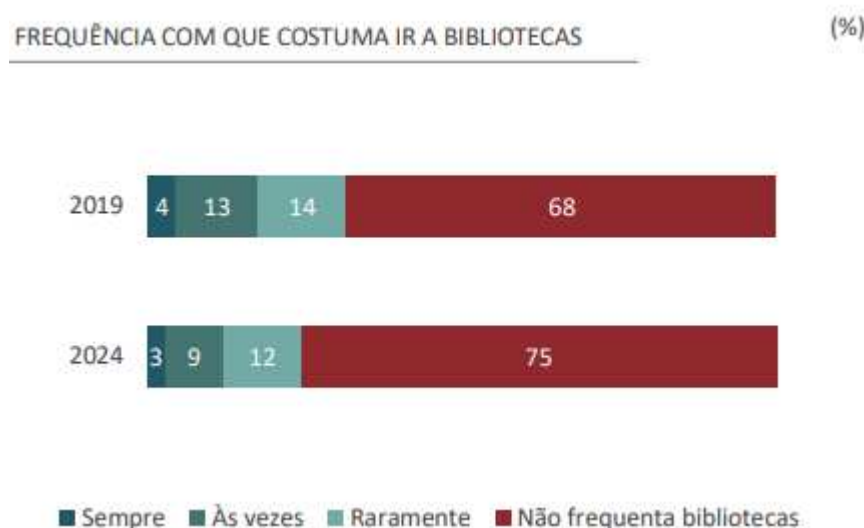


Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, sexta edição. 2024.

Sobre a existência de bibliotecas na cidade ou no bairro do entrevistado, em 2024, 45% dos entrevistados disse que há bibliotecas, número que vem diminuindo ao longo do tempo. Em 2007, 67% dos entrevistados disseram que existiam bibliotecas públicas no bairro ou na cidade. No que se refere à frequência a bibliotecas, o percentual de pessoas que não

frequenta passou de 68%, em 2019, para 75%, em 2024, como se pode observar no gráfico a seguir.

Gráfico 16 – Frequência a bibliotecas – 2019 e 2024



Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, sexta edição. 2024.

Em 2024, somente 12% dos entrevistados disseram frequentar a biblioteca sempre ou às vezes. Entre os que frequentam bibliotecas sempre ou às vezes, o percentual de mulheres é ligeiramente maior do que o de homens; o maior percentual é da classe C e de quem está estudando. Vale destacar que essa pergunta contempla também bibliotecas escolares. Na avaliação dos que frequentam as bibliotecas, 61% disseram que encontram os livros que procuram. De acordo com a pesquisa de 2024, entre os não frequentadores de bibliotecas, os fatores mais assinalados que os fariam frequentar foram os seguintes: “ser mais próxima de casa ou de fácil acesso”, seguido por “ter mais títulos ou títulos novos” e “ter mais títulos interessantes ou que me agradem”.

Quanto aos livros digitais, observa-se pela linha histórica que o percentual de quem já ouviu falar nesse tipo de livro cresceu de 30% para 48% desde 2011, mas a maior parte das pessoas, 62%, nunca leu livros digitais. O formato do último livro lido continuou sendo, em 2024, em maior parte, o físico, de papel (83%), contra 16% de formato digital. Ainda sobre isso, 57% afirmaram que preferem ler livros físicos, 22% preferem ler livros digitais e 21% informaram que tanto faz. Para quem já leu livros digitais, o aumento do uso de celular e a redução dos demais dispositivos tecnológicos (*tablets* e computadores) para a leitura

acompanha a tendência de crescimento de uso dos celulares para acesso à internet. De acordo com a pesquisa, mesmo que o pagamento por *download* para acessar livros digitais tenha aumentado entre leitores de renda mais alta, a grande maioria das pessoas que lê livros digitais o faz baixando-os gratuitamente pela internet.

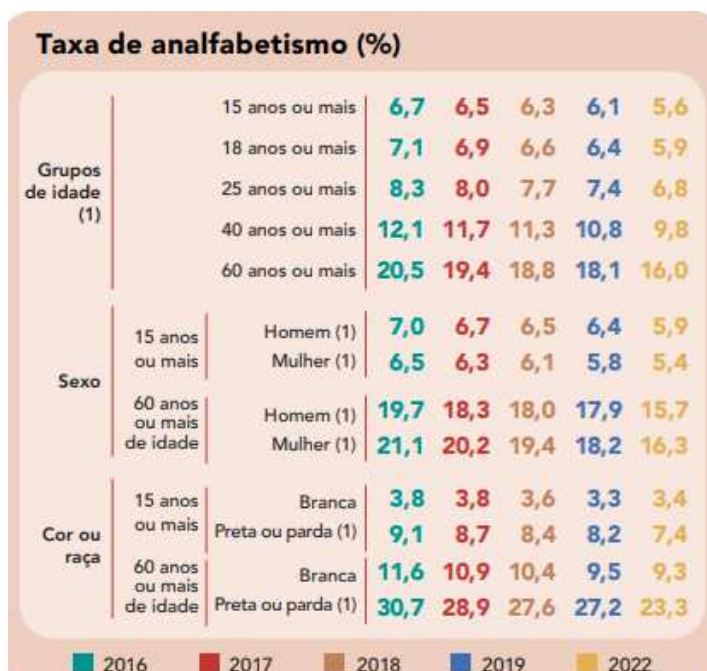
Assim como nas demais edições da pesquisa, a *Bíblia* continua sendo o livro mais lido, mas é possível verificar algumas diferenças entre quem está estudando e quem não está. A frequência de leitura da *Bíblia* é bem maior entre os que não estão estudando, e o mesmo vale para os livros religiosos. Os que estão estudando citam mais gêneros como contos, mas também, como esperado, livros didáticos. Outras diferenças apontadas pela pesquisa entre leitores e não leitores são, por exemplo, as representações que se têm da leitura, como o fato de os leitores a considerarem uma atividade prazerosa, interessante ou que traz conhecimento; ao passo que os não leitores citam mais aspectos negativos, como ocupar muito tempo e ser uma atividade cansativa.

Diante do exposto, vê-se que os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil são úteis à análise do declínio no empréstimo de livros da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Por outro lado, apesar de extensa, ela fornece uma visão parcial do cenário, ainda mais considerando o viés mercadológico da pesquisa. Com o objetivo de trazer mais elementos para a compreensão do panorama atual do livro e da leitura, serão apresentados os dados da pesquisa O Livro em Minas Gerais e outras informações sobre a temática que nos fornecem *insights* sobre o cenário, tais como dados sobre o comportamento do mercado editorial e os de um estudo sobre a queda de empréstimos de livros ao longo dos anos em uma biblioteca universitária. Antes disso, é válido percorrer alguns dos principais indicadores educacionais do país e do estado, a fim de investigar possíveis fatores de influência, ao menos no que se refere à dificuldade leitora.

Quanto aos indicadores educacionais, vale destacar que o país apresentou aumento em suas taxas de escolarização e queda nas taxas de analfabetismo ao longo das últimas décadas, mas ainda persistem problemas de acesso e de desigualdade de desempenho educacional. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 5,6% da população de 15 anos ou mais no país não sabiam ler nem escrever, o que representa 9,6 milhões de pessoas. De acordo com o IBGE, dessas pessoas, 55,3% (5,3 milhões) viviam na região Nordeste e 22,2% (2,1 milhões) na região Sudeste. Dos dados, é possível extrair que a taxa de analfabetismo vem caindo em todos os grupos, mas ainda são observadas

desigualdades. Quanto maior a faixa etária, maior o percentual de analfabetos. Comparando-se homens e mulheres por faixa etária, observa-se que o grupo de analfabetas entre a população acima de 15 anos é ligeiramente menor que o de analfabetos; enquanto na faixa etária acima de 60 anos, esse percentual é ligeiramente maior. O percentual de analfabetos no geral é maior entre pretos e pardos do que entre brancos, sendo que, no caso de pessoas acima de 60 anos, essas desigualdades são maiores. A evolução desde 2016 por grupo de idade, sexo e cor ou raça está ilustrada na imagem a seguir.

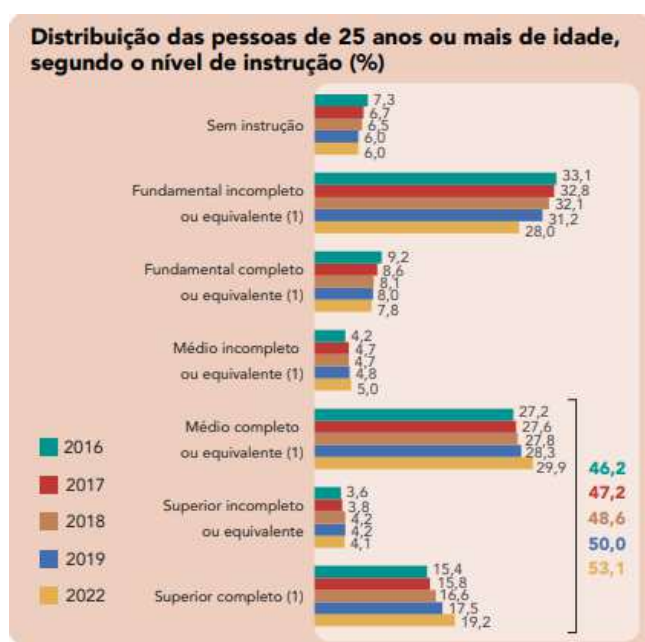
Imagem 17 – Evolução das taxas de analfabetismo no Brasil por idade, sexo e cor/raça



Fonte: IBGE. 2022.

Sobre o nível de instrução, o IBGE destaca que a proporção de pessoas de 25 anos ou mais que concluíram a Educação Básica (até o Ensino Médio) manteve uma trajetória ascendente e alcançou 53,2% em 2022.

Imagem 18 – Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (2022)



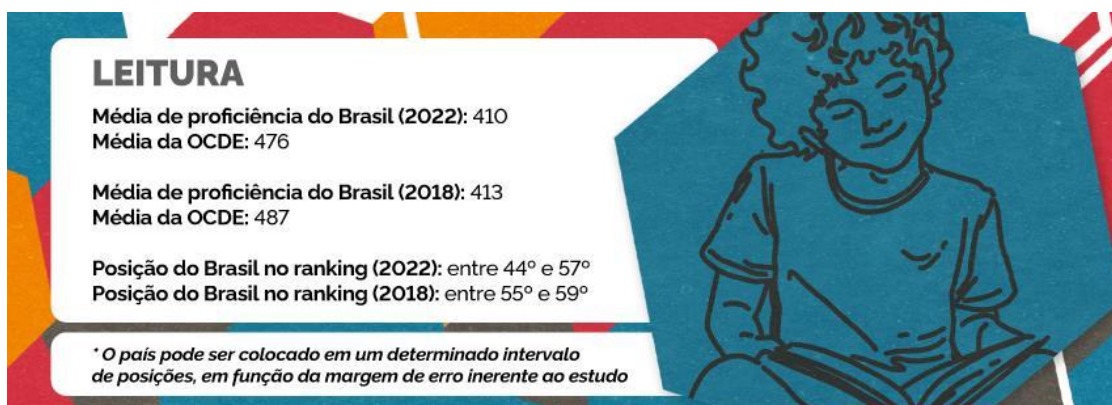
Fonte: IBGE. 2022.

Conforme se observa na imagem, o percentual de pessoas com ensino superior também cresceu, mas apenas 19,2% da população de 25 anos ou mais haviam alcançado esse nível de instrução em 2022. Além das informações sobre a escolaridade, é possível complementar a visão acerca dos dados educacionais a partir dos resultados de testes padronizados. Para as finalidades deste trabalho, também serão mostrados os últimos resultados alcançados pelo país no cenário internacional pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS); no cenário nacional, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); e no estadual, pelos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE).

Os últimos resultados do PISA foram divulgados em 2023 e são referentes aos testes aplicados em 2022. O Programa avaliou conhecimento e habilidades em Matemática, Leitura e Ciências de estudantes de 15 anos. O PISA é realizado de três em três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e apoiado no país pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A aplicação é feita por *notebooks* emprestados pelo Programa, em formato digital, com participação de estudantes de escolas públicas e privadas.

No caso dos testes de leitura, o Brasil alcançou um desempenho de 410 pontos, sendo que a média da OCDE foi de 476 pontos. A pontuação alcançada pelo Brasil é menor que a de países como Chile (448) e Uruguai (430) e maior que da Argentina (401), na América Latina. Em relação à leitura, 50% dos estudantes brasileiros tiveram baixo desempenho (abaixo do nível 2) enquanto a média dos países da OCDE é de 26%. No alto desempenho (nível 5 ou superior), 2% dos brasileiros atingiram esse percentual, contra 7% na média da OCDE. A imagem a seguir informa os principais resultados em leitura, em comparação com o último ano de aplicação.

Imagem 19 – Principais resultados em Leitura na pesquisa PISA 2022



Fonte: INEP. Ministério da Educação. 2023.

Em 2022, não foram observadas diferenças significativas nas médias brasileiras em comparação com 2018. Contudo, a pesquisa informa também que, apesar de a média da OCDE ser a menor de toda a série histórica em 2022 (que foi o primeiro ano de aplicação dos testes após o período pandêmico), os estudantes brasileiros obtiveram pontuação inferior a essa média da OCDE nas três disciplinas avaliadas (Leitura, Ciências e Matemática).

Já o PIRLS, também operacionalizado pelo INEP no Brasil, avaliou uma amostra de 187 escolas (públicas e privadas) distribuídas entre todas as regiões brasileiras. O estudo avalia estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental em ciclos quinquenais, contudo o Brasil participou pela primeira vez em 2021. Participaram da última edição (2021) cerca de 400 mil estudantes em mais de 13 mil escolas de 57 países.

Observa-se que os testes foram aplicados durante a crise sanitária da covid-19, com efeitos para o funcionamento das escolas (com aulas paralisadas, híbridas ou remotas) ainda em 2021. Nesse contexto, de acordo com o INEP, houve alto absenteísmo para aplicação dos testes. Além disso, como foram aplicados quase dois anos após o início da pandemia, é

preciso levar em conta que a grande maioria dos estudantes avaliados, que estavam no 4º ano do Ensino Fundamental em 2021, fez os dois anos de escolarização (1º e 2º anos do Ensino Fundamental) de maneira presencial, mas sofreram impacto da ruptura ou descontinuidade de aulas nesse formato nos dois anos seguintes.

De toda forma, é possível destacar algumas informações coletadas por meio desses instrumentos desenvolvidos e validados internacionalmente e que buscam medir letramento e leitura e compará-los entre os países participantes. Os processos de compreensão leitora são aferidos sob diferentes aspectos, contemplando tanto textos literários, relacionados à fruição da experiência leitora, como também textos informativos, entendidos como meio de aquisição e utilização de informações (INEP, 2023).

Os testes levam em conta fatores contextuais associados à aprendizagem do estudante, como experiências em casa, na escola e em salas de leitura. Com seus resultados, é possível fazer também outras análises. Assim, de acordo o INEP, os resultados do PIRLS podem colaborar para a geração de conhecimento sobre a compreensão leitora no Brasil, em comparação com demais países, e na composição de melhores diagnósticos sobre letramento em leitura no país, já que abarcam também fatores contextuais.

Algumas diferenças no desempenho médio em compreensão leitora podem ser observadas em termos de desigualdades por região e esfera administrativa das escolas. De maneira geral, é possível dizer que a região Nordeste apresenta o menor desempenho médio, ao passo que a Sudeste apresenta a maior média dentre as cinco regiões do país. Quanto à dependência administrativa, as escolas privadas apresentaram a maior média, enquanto as municipais apresentaram a pior média em comparação com as federais, estaduais e privadas.

Quanto aos resultados gerais, o Brasil alcançou uma média de 419 pontos, resultado que é significativamente inferior a 58 dentre os 65 países e regiões de referência que participaram dos testes. Na estrutura do PIRLS de 2021, há duas descrições de referência para a leitura, sendo elas a leitura literária e a leitura informativa. A pontuação média de 419 alcançada pelo Brasil está localizada no nível baixo da escala pedagógica de referência dos testes. Ainda de acordo com o INEP:

Aproximadamente 38% dos estudantes brasileiros não dominavam as habilidades mais básicas de leitura (por exemplo, recuperar e reproduzir um pedaço de informação explicitamente declarada no texto [...]). Em 21 países, esse percentual de estudantes sem qualquer domínio sobre a compreensão leitora não passa de 5%, como Irlanda (2%), Finlândia (4%), Inglaterra (3%), Singapura (3%) e Espanha (5%), por exemplo. Em mais da metade dos países participantes, esse percentual não passa de 10%. Esse resultado

mostra que o Brasil está muito distante de uma educação inclusiva, que significa garantir a todos os estudantes brasileiros, pelo menos, o nível básico de proficiência em compreensão leitora (INEP, 2023).

Na outra ponta, apenas 13% dos estudantes podem ser considerados proficientes em compreensão leitora no 4º ano de escolarização no Brasil, de acordo com os resultados do PIRLS 2021 analisados pelo INEP. Dentro desses resultados, o INEP destaca também a grande variação no desempenho dos estudantes em compreensão leitora, de acordo com a vulnerabilidade econômica, corroborando com estudos que evidenciam a correlação entre essas duas variáveis. Exemplo disso nos resultados da PIRLS é que todas as escolas que alcançaram um nível abaixo do básico são escolas públicas em que as crianças matriculadas no 4º ano do Ensino Fundamental se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (no nível mais baixo da escala de nível socioeconômico).

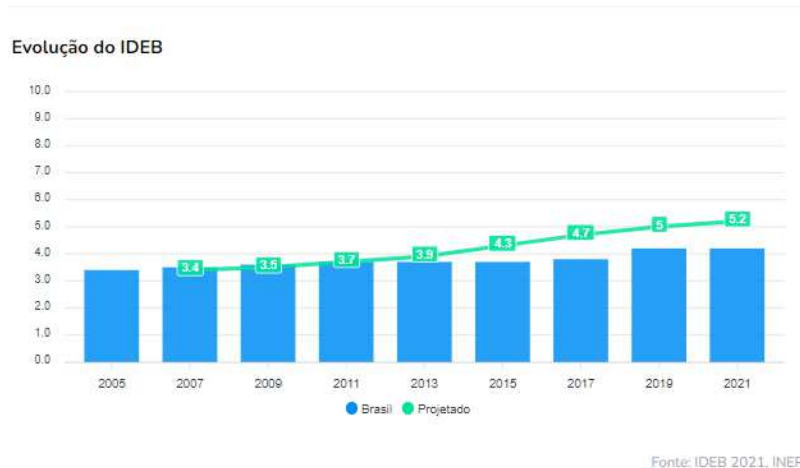
Em relação às avaliações nacionais, serão mostrados alguns resultados de Língua Portuguesa no SAEB. No caso das avaliações estaduais, os resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) em Língua Portuguesa e do Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), ambos componentes do SIMAVE.

De acordo com o Ministério da Educação (2024), o SAEB é formado por um conjunto de avaliações externas em larga escala realizadas periodicamente por meio de instrumentos padronizados (testes e questionários) em algumas etapas da educação. Essas avaliações buscam compor diagnósticos e subsidiar a elaboração e o acompanhamento de políticas educacionais. Em 2023, participaram das avaliações uma amostra de estudantes matriculados na educação infantil e no 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. Participaram também estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Médio, em escolas públicas e privadas.

Os resultados em Língua Portuguesa e Matemática são padronizados para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que incorpora também os resultados das taxas de aprovação. Em 2023, houve piora no desempenho dos estudantes de todas as etapas de ensino, em comparação com o ano de 2019, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática (Todos pela Educação, 2024).

A plataforma QEdu disponibilizou um gráfico elucidativo do histórico no Ensino Médio até o ano de 2021 no país, conforme mostrado a seguir.

Gráfico 17 – Evolução do Ideb de 2008 a 2021



Fonte: QEdu.

Em mais de 20 anos, houve alguma variação para mais no indicador, mas não foram alcançadas as metas de crescimento projetadas para o país. Ademais, essa variação se deu, em grande parte, pelas melhorias nas taxas de aprovação, ao passo que o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática não variaram de forma significativa ao longo de todo o período, conforme demonstrado no gráfico a seguir, também sobre os resultados do Ensino Médio.

Gráfico 18 – Evolução da nota do SAEB de 2005 a 2021



Fonte: QEdu.

Esses resultados em Língua Portuguesa significam apenas uma variação dentro do nível básico da escala do SAEB, que é o instrumento para a interpretação pedagógica dessas medidas. Em outras palavras, em média, os estudantes dessa etapa não alcançaram níveis considerados proficientes e avançados em Língua Portuguesa ao longo de todo o período.

Análises mais detalhadas são divulgadas pelo próprio INEP. Conforme apresentado no Relatório de Resultados do SAEB 2021, é possível perceber que, em média, os resultados de Matemática são inferiores aos de Língua Portuguesa, mas ambos não apresentam variações importantes dentro das escalas de proficiência, mantendo-se em patamares médios ou baixos, considerados não proficientes. Há variações importantes dentre os resultados, se considerados os contextos, como região, raça/cor, escolaridade dos pais e nível socioeconômico, corroborando a literatura sobre o assunto. São trechos da publicação do INEP:

Observa-se que apenas as redes privada e federal possuem Inse superior à média nacional. A primeira, por receber os estudantes das famílias mais ricas e a segunda por ter critérios de seleção, que acabam elegendo os alunos de nível socioeconômico mais alto, exatamente aqueles que apresentam melhores performances nos testes de desempenho.
[...]

Observa-se que, de acordo com a raça autodeclarada, existem grandes diferenças de perfil socioeconômico. Enquanto os estudantes que se autodeclararam de cor preta e parda concentram-se entre os níveis 2 e 5, os que se autodeclararam de cor branca concentram-se entre os níveis 5 e 7 (INEP, 2023).

Além disso, a publicação do INEP (2023) reconhece a importância da família para o desenvolvimento dos estudantes. Em uma das questões do questionário contextual do SAEB 2021, os estudantes deveriam marcar a frequência – “Sempre ou quase sempre”, “De vez em quando” ou “Nunca ou quase nunca” – para cada uma das atividades de seus pais listadas: “Ler em casa”; “Conversar com você sobre o que acontece na escola”; “Incentivar você a estudar”; “Incentivar você a fazer a tarefa de casa”; “Incentivar você a comparecer às aulas”; e “Ir às reuniões de pais na escola”. Segundo o INEP, algumas atividades se destacam nos percentuais das categorias “De vez em quando” e “Nunca ou quase nunca” somados, sendo que a atividade “Ler em casa” contemplou 78% das marcações. Outras respostas indicam que os estudantes são incentivados a estudar (fazer lição de casa, comparecer às aulas) mais como um dever de ofício do que como fruto de real interesse dos pais, já que não costumam conversar com os filhos sobre o que acontece na escola.

Por fim, no panorama estadual de indicadores educacionais que tangenciam a leitura, podem ser usados alguns dados do SIMAVE. O PROEB, integrante do SIMAVE, avalia anualmente estudantes de etapas específicas da Educação Básica. Em regra, são avaliados estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados são disponibilizados no Portal SIMAVE.

Os resultados do PROEB indicam, assim como no caso do SAEB, desempenho em Matemática inferior ao desempenho em Língua Portuguesa, mas em ambos os componentes se observa que os resultados estão abaixo dos níveis considerados proficientes e avançados para cada uma das etapas avaliadas, painel que se agrava à medida que o ano de escolaridade avaliado avança. Sendo assim, os resultados do 5º ano são melhores do que os do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio; e, na via oposta, os do 3º ano do Ensino Médio são os piores entre as etapas avaliadas, comparativamente.

Em 2023, no componente Língua Portuguesa, 35% dos estudantes do 5º ano da rede estadual estavam nos níveis considerados baixos ou intermediários; no 9º ano, esses percentuais sobem para 73%; e, no 3º ano, 77% dos estudantes estavam nesses padrões de desempenho. Essas avaliações podem ser analisadas também a partir do desempenho médio em habilidades específicas do componente curricular. Em 2023, o percentual de acerto na habilidade “Identificar o gênero de um texto” foi de 45%; e nas habilidades “Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que compõem a narrativa”, “Identificar a tese de um texto” e “Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto” foi de 50% entre os

estudantes da rede estadual matriculados no 3º ano do Ensino Médio. Em outras palavras, cerca de metade dos estudantes concluem a etapa de escolarização básica sem apreender habilidades necessárias à compreensão leitora.

Embora os resultados de séries avançadas sejam mais graves em relação às etapas anteriores, é possível identificar entraves já nos primeiros anos da escolarização. Pelo PROALFA, que avalia estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, é possível verificar que, em 2023, por exemplo, embora a maior parte dos estudantes tenha alcançado níveis recomendados de desempenho na rede estadual, nas habilidades “Relacionar elementos sonoros das palavras com sua relação escrita” e “Inferir informações em textos verbais”, eles tiveram 59% de acerto, os piores entre as habilidades avaliadas. A habilidade “Inferir o assunto de um texto” teve resultado próximo a esse, com 62% de acerto.

Assim como ocorre no SAEB, e em conformidade com a literatura sobre o assunto, os resultados das avaliações externas realizadas em Minas Gerais indicam a forte correlação dos fatores contextuais com o desempenho, ou, nos dizeres da própria Secretaria Estadual de Educação, conforme publicação do Portal SIMAVE: “A educação é um direito de todos, mas as desigualdades educacionais podem ser reforçadas por diferentes fatores, como o nível socioeconômico, a cor/raça e o sexo dos(as) estudantes”. Dessa forma, os resultados indicam que a proficiência média de estudantes de níveis socioeconômicos mais altos é maior do que a de estudantes de níveis socioeconômicos mais baixos, e estudantes brancos alcançam maiores proficiências que estudantes não brancos, sinalizando uma inter-relação entre esses fatores.

Os dados sobre as avaliações externas do Brasil e de Minas Gerais evidenciam que as barreiras em relação à leitura são amplas e profundas no estado e no país. Como visto, comparativamente aos demais países, a escolarização no Brasil enfrenta obstáculos em termos de proficiência leitora, fato que o coloca em posições desprivilegiadas no cenário internacional. As avaliações realizadas no Brasil dão ainda mais luz a esse cenário, já que mostram que, além de o país não ter alcançado os padrões de referência considerados adequados para o conteúdo de Língua Portuguesa e, no caso em análise, especialmente os que seriam importantes para a compreensão e o domínio da linguagem escrita de um modo geral, internamente também são observadas desigualdades educacionais. Em outras palavras, a partir desses resultados, é possível inferir que o estado (e o país) em geral é “mau leitor” desde a infância e adolescência (no sentido de não alcançar as proficiências recomendadas nas etapas de escolarização). Além disso, essas proficiências estão desigualmente distribuídas, ou seja,

de acordo com as condições socioeconômicas, alguns grupos de estudantes terão mais chances do que outros de alcançar as proficiências recomendadas.

Diante desse cenário, é difícil supor que políticas de curto prazo, paliativas e isoladas no campo da educação e da cultura terão efeitos significativos para a superação de obstáculos históricos nessas áreas. É importante considerar o fato de que o acesso ou não aos bens culturais está ligado ao acesso ou não a outros direitos. Entre as facetas que existem da desigualdade, estão, por exemplo, as condições de uso do tempo livre (incluindo a leitura) entre as classes sociais. Sobre isso, o estudo de Neubert, Mont’alvão e Tavares (2016) identificou a correlação entre a estratificação social e a distribuição do uso do tempo entre trabalho e lazer.

A fim de complementar a percepção sobre o cenário em que o hábito da leitura se insere, são úteis os dados da pesquisa *O Livro em Minas Gerais*, realizada em 2015. Essa pesquisa já dava indícios do comportamento leitor, investigando-o sob o viés da leitura e da produção editorial. A pesquisa foi realizada por uma empresa especializada – a Data Cultura, com o apoio da SECULT-MG e da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, com recurso de leis de incentivo específica. A publicação dos resultados da pesquisa teve como objetivo conhecer e compreender o comportamento leitor dos mineiros e oferecer subsídios para as políticas públicas de promoção da leitura.

Em termos de produção, a pesquisa identificou que o estado conta com um grande número de editoras, porém a maior parte está voltada para um nicho específico do mercado, para instituições de ensino ou segmentos religiosos. As livrarias, por sua vez, sofrem impactos de oscilações econômicas e hábitos de consumo. Mas, além do olhar em termos de mercado, a pesquisa se dedica amplamente a conhecer o comportamento leitor e os hábitos de leitura, partindo da premissa da inter-relação desse comportamento com fatores contextuais. Sobre esse ponto, é válida a seguinte transcrição da publicação:

Qualidade da educação e proficiência dos alunos nas escolas estão entre os principais fatores determinantes das possibilidades de elevação do número de materiais de leitura lidos e da qualidade dessa leitura. Por outro lado, o sucesso da trajetória educacional deve-se também à intrínseca relação entre o *stock* (grau de acumulação) de capital cultural, social e econômico e o *background* ou contexto familiar.

A proficiência em leitura, um dos indicadores de medição da eficácia escolar, influencia diretamente os hábitos de leitura em uma sociedade. Assim, é necessário conhecer não só a média de livros lidos pela população em um período de tempo – indicador evolutivo importante –, mas também avaliar as desigualdades intrínsecas existentes entre os intervalos e extremos que

compõem a média de leitura, para orientar intervenções públicas eficazes e associadas ou mesmo atreladas às políticas de educação como um todo (Wernke, 2015, p. 15).

Com base nesse olhar contextual, a pesquisa evidencia alguns achados do comportamento leitor por recorte de idade, gênero, cor/raça, condição social e econômica da população pesquisada. Nove cidades mineiras foram pesquisadas durante esse trabalho e, por isso, são traçados alguns paralelos entre elas. Para este trabalho, serão traduzidos aqui alguns desses achados, principalmente os referentes à cidade de Belo Horizonte.

Em linhas gerais, a referida pesquisa mostra que Belo Horizonte possuía uma média de livros lidos superior à do estado, mas que ainda precisava investir muito na área da leitura, já que quase metade da população não leu nenhum livro no mesmo período considerado (três meses). Em termos de significado e importância da leitura, as seguintes características foram observadas: um significativo percentual dos entrevistados afirmou ler por prazer (42,18%), denotando que a leitura é uma prática cultural positivamente valorizada; o principal significado da leitura (entre as opções disponíveis³⁰) foi “Fonte de conhecimento para a vida” (68,64%), seguido de “Cultura, conhecimento” (44,51%).

Questionados sobre onde costuma ler, a maioria dos entrevistados disse ser em casa (91,07%), sendo, em geral, muito baixo o percentual de pessoas que afirmam ler em bibliotecas (7,38%), mesmo considerando que, em todos os municípios participantes da pesquisa, há bibliotecas públicas, nas escolas e universidades. Cerca de 70% dos entrevistados afirmou ler, se considerada a leitura em diversos suportes (seja em livros e revista, mas também textos de internet), e realizar atividades que competem com a leitura, como assistir televisão (cerca de 60%). Outros usos citados foram “descansar”, “navegar na internet” e “acessar redes sociais”, todos com mais de 50% de frequência de respostas à época.

Sobre a variedade de leituras, foi observada a predominância de jornais em relação a revistas e livros. Da mesma forma que apontado pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, destaca-se um elevado percentual de leitores da *Bíblia* (cerca de 60%) e de textos de internet (cerca de 50%). Dentre os municípios pesquisados, Belo Horizonte é onde há maior percentual de leitores de livros, mas destaca-se que, dos nove municípios pesquisados, seis possuem médias de leitura mais altas que as do Brasil. A respeito disso, a pesquisa destaca:

³⁰ “Fonte de conhecimento para a vida”; “Cultura, conhecimento”; “Uma atividade prazerosa/interessante”; “Fonte de conhecimento para a escola”; “Fonte de conhecimento profissional”; “Motivos religiosos”; “Prática obrigatória”; “Cansativa/exige muito esforço”; “Toma muito tempo”.

Os altos índices médios de leitura dos municípios pesquisados indicam a existência de uma correlação positiva entre níveis de renda, educação, disponibilidade de equipamentos culturais (bibliotecas, livrarias, museus, centros de cultura, teatro, cinema etc.), presença de escolas públicas e privadas, bibliotecas escolares e públicas, universidades particulares e públicas como variáveis que influenciam a leitura da população.

Belo Horizonte está entre os municípios com maior oferta de educação e cultura do estado, além de possuir um IDH alto (0,810). No entanto, o grande número de pessoas residentes no município em condições de extrema desigualdade em termos de capital cultural, capital social e renda afeta a média de livros lidos, ficando abaixo das médias de Poços de Caldas, Juiz de Fora e Divinópolis (Wernke, 2015, p. 24).

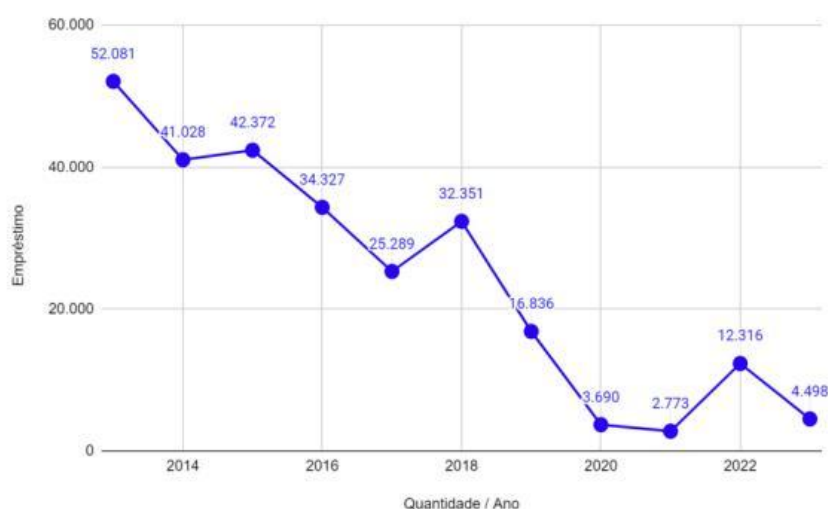
Além das variações por municípios dentro do território mineiro, a pesquisa acrescenta que as médias de leitura variam significativamente na análise por gênero, escolaridade, idade, renda e cor/raça. Em geral, mulheres leem mais do que homens; quanto maior o nível de escolaridade maior a média de leitura; a média de leitura diminui a partir dos 70 anos de idade; há maiores médias de leitura entre pessoas com renda maiores; e a população branca apresenta maior média de leitura do que a população amarela, parda e preta.

Quanto ao contexto de Belo Horizonte, a pesquisa destaca, além do alto IDH, outros fatores de influência para a média geral (2,4 livros por trimestre) ser maior do que a do Brasil (1,62), como a existência de uma rede de bibliotecas e espaços culturais no município. A pesquisa lembra que houve crescimento do IDH do município de Belo Horizonte nas últimas décadas, que as escolas da rede municipal possuem bibliotecas com acervos diversificados e que há bibliotecas escolares chamadas bibliotecas-polo em nove regionais. De acordo com o levantamento realizado na pesquisa, Belo Horizonte possuía 20 bibliotecas públicas municipais, sendo 16 localizadas dentro de centros culturais, além de um Ponto de Leitura no Parque Municipal (região Centro-Sul).

Em relação ao comportamento do mercado editorial, a “Pesquisa sobre produção e vendas do setor editorial brasileiro”, ano-base 2023, realizada pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros também trouxe achados importantes. A pesquisa mostrou, por exemplo, que desde 2005 as vendas de livros impressos no mercado vêm diminuindo. Além disso, em 2023, pela primeira vez, o faturamento das editoras com livros religiosos superou o subsetor de livros científicos, técnicos e profissionais. O percentual de faturamento com obras gerais continuou sendo a maior parcela. Contudo, a venda de livros impressos de obras gerais registrou queda de 15% no número de exemplares vendidos ao longo de 18 anos (2005 a 2023).

É de ser destacar também, para as finalidades deste trabalho, um estudo realizado sobre o volume de empréstimos de livros do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC). O sistema é composto por vinte bibliotecas de todo o estado. De acordo com o estudo, os relatórios de empréstimos e de reservas de livros no conjunto dessas bibliotecas revelaram uma queda expressiva na procura por esses materiais no período avaliado (2013 a 2023), tendo como base os relatórios do Sistema Pergamum da UFC. O estudo dedicou-se, em especial, ao caso Biblioteca de Ciências de Saúde (BCS). O gráfico a seguir, extraído do referido estudo, evidencia o comportamento do volume de empréstimos ao longo do período avaliado.

Gráfico 19 – Empréstimo/Ano na Biblioteca de Ciências da Saúde (2013 a 2023)



Fonte: Pergamum/UFC (Souza; Costa; Nascimento, 2023).

Entre as possíveis causas para o decréscimo, o estudo aponta a desatualização do acervo, a pandemia covid-19 e o uso de plataformas digitais com acesso livre a livros entre os estudantes da universidade. Segundo o estudo, a última aquisição de livros para as bibliotecas da Universidade Federal do Ceará havia ocorrido em 2014. Por se tratar de biblioteca técnica e especializada, em que a informação se desatualiza rapidamente, viu-se a procura por acervo diminuir vertiginosamente devido à obsolescência dos livros (Souza; Costa; Nascimento, 2023).

Considerar o cenário macro em que as políticas de leitura estão inseridas, bem como estudos com referência ao tema, auxilia a compreensão do caso em análise, sobre a Biblioteca

Pública Estadual de Minas Gerais. Além disso, é preciso ponderar também os recortes e vieses de cada um dos estudos. Conforme apontado por Fabíola Farias (2024), pesquisa como a “Retratos da Leitura no Brasil”, por exemplo, acaba analisando a questão dos hábitos de leitura sob a ótica de “mercado consumidor” de livros e passa ao largo de questões sociais e relativas ao uso dessas informações para a intervenção dos sujeitos em suas realidades. Neste trabalho de dissertação, parte-se do oposto disso, de uma visão emancipadora do papel da leitura e das bibliotecas, para serem então apresentadas as propostas de instrumentos de pesquisa também neste capítulo.

Como se verá, os instrumentos buscam responder qual a percepção dos gestores sobre a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, quais os objetivos os gestores buscam, por que e para quem. Mais precisamente no que se refere à queda de empréstimos de livros, qual é a percepção do fenômeno pela instituição. A pesquisa procura identificar os principais obstáculos que se apresentam aos gestores para a promoção do livro e da leitura de maneira democrática, observadas na provisão dos espaços, nas formas de funcionamento e nos serviços oferecidos pela Biblioteca. No que se refere ao volume de empréstimos de livros, quais são as principais dificuldades enfrentadas para a reversão do quadro, bem como os caminhos desejados (se desejados) para a ampliação do acesso a esse serviço como forma de colaboração para a formação de cidadãos críticos em uma sociedade democrática. Por fim, se a Biblioteca pode ser entendida como espaço social de aprendizagem e diálogo, em estreita relação com a sociedade.

3.4 METODOLOGIA E DADOS DE PESQUISA

Até aqui, buscou-se investigar o problema da queda de empréstimos da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, evidenciada pelos dados extraídos do seu sistema de gerenciamento do acervo, conceituando os entraves à ampliação e democratização da leitura. Coadunando com o referencial teórico apresentado, este estudo considera a importância da ampliação do acesso à leitura e aos materiais de veiculação da cultura letrada, especialmente em seu caráter emancipatório e de potencial combate a iniquidades sociais.

Este estudo também considera, com base no referencial teórico sobre o assunto, o papel das bibliotecas públicas como equipamentos culturais necessários à promoção do direito de ler sob os princípios de participação e representatividade. Conforme apresentado, as bibliotecas públicas deveriam refletir a diversidade da sociedade em que atuam,

configurando-se como espaços de sociabilidade e diálogo, e assim promoverem oportunidades de aprendizagem de forma compartilhada. Nesse cenário, vislumbra-se impulsionar o acesso à cultura letrada, através da ativação social em torno do livro e da leitura, que precisa ser promovida pelas bibliotecas públicas de forma ampla e democrática para o objetivo de colaboração para uma sociedade mais justa e menos desigual.

Para explicitar o problema, é preciso levar em conta o contexto em que ele está inserido e as características do objeto de pesquisa. Por isso, descreveu-se a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais em seus aspectos físicos, administrativos e financeiros, buscando apresentar também alguns limites e potencialidades de sua atuação. Isso também foi feito considerando os entraves à democratização do acesso à cultura letrada, inclusive sob o ponto de vista dos hábitos e dos indicadores educacionais relacionados à leitura.

Contudo, é preciso ir além e compreender como o problema de pesquisa se manifesta no caso em questão para, posteriormente, propor um Plano de Ação adequado. Por isso, esta seção se dedica a apresentar o desenho metodológico da pesquisa. Para fins de categorização dos assuntos tratados na pesquisa de campo, os temas foram divididos em dois eixos de análise do caso atinente à Biblioteca Pública Estadual, os quais constam no quadro a seguir:

Quadro 1 – Eixos de análise e seus respectivos referenciais teóricos

Eixo de análise	Autores de referência	Justificativas
Democratização do acesso à leitura	Silvia Castrillón e Luiz Percival Leme Britto	Neste eixo, importou saber como os gestores da Biblioteca Pública Estadual percebem a queda de empréstimos de livros sob o prisma do direito à leitura; se existem barreiras de acesso identificadas por esses gestores em seu âmbito de atuação; e se há estratégias adotadas pela Biblioteca a fim de democratizar a leitura, bem como possíveis obstáculos para essa realização.
O fomento à leitura na biblioteca como espaço social de aprendizagem	David Lankes	Neste eixo, foi investigado como a Biblioteca Pública Estadual enxerga a queda de empréstimo de livros do ponto de vista de sua forma de atuação na era do conhecimento; quais são as ações de incentivo à leitura realizadas, ou não, pela Biblioteca; quais são as expectativas e as barreiras que os gestores enfrentam para concretizar, ou não, essas

		intenções; e se é possível caracterizar a Biblioteca como espaço social e colaborativo de aprendizagem, onde a leitura crítica e o debate são incentivados, e, caso não seja possível, por quê.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Maia (2020), o método científico é a maneira de explicar um fenômeno, buscando estudá-lo de maneira racional, a partir de evidências. Essas evidências podem ser coletadas de diferentes formas, sendo que, em pesquisas na área de Educação e Ciências Sociais, é comum que se utilizem pesquisas qualitativas de campo. O método qualitativo é baseado na coleta sem medição numérica, priorizando descrições e observações.

Nesta pesquisa, essas descrições e observações foram levantadas por meio de análises documentais de relatos de gestores de áreas-chave na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. O roteiro das perguntas consta no apêndice deste trabalho. Com a ciência e concordância dos agentes ouvidos, os principais achados foram disponibilizados em documentos administrativos publicizados sem a identificação dos respondentes. A análise desses documentos oficiais foi feita para a realização desta pesquisa.

Buscou-se investigar o problema da queda de empréstimos de livros da Biblioteca Pública Estadual a partir de dois eixos de pesquisa: a democratização do acesso à leitura e o fomento à leitura na Biblioteca como espaço social de aprendizagem. Com base em informações colhidas na pesquisa de campo, procedeu-se à investigação do problema de pesquisa realizando-a a luz dos pressupostos teóricos dos eixos. O quadro a seguir detalha a instância de atuação dos atores cujas falas foram analisadas neste trabalho e a justificativa de escolha dessas instâncias.

Quadro 2 – Instâncias de atuação e justificativas da escolha

Instância de atuação	Justificativa para a escolha
Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade do Estado de Minas Gerais (SBMEC)	Instância à qual a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas está administrativamente vinculada e da qual decorrem decisões de planejamento de políticas públicas realizadas nos equipamentos culturais do estado, incluindo aspecto físico-financeiros e de pessoal, com impacto direto na gestão da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB)	Instância à qual a Biblioteca Pública Estadual está administrativamente vinculada e da qual decorrem decisões de planejamento de políticas públicas realizadas na Biblioteca. Ademais, é a instância em que as políticas de livro e leitura do estado são planejadas e executadas.
Sistema Estadual de Bibliotecas do Estado de Minas Gerais	Instância responsável pela coordenação da rede de bibliotecas municipais e comunitárias do estado. Neste caso, foram buscadas semelhanças e diferenças, dificuldades e potencialidades, em relação aos aspectos da política de livro e leitura investigados neste trabalho, em comparação com as executadas no âmbito da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.
Associação dos Amigos da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (SABE)	Organização da Sociedade Civil parceira da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Investigou-se a relação da SABE com a execução das políticas públicas finalísticas da BPEMG.
Clube de Leitura realizado pela sociedade civil na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais	Grupo da sociedade civil organizada que utiliza a Biblioteca para a realização de clube de leitura, com proposta de leitura de livros e debate realizados no espaço da Biblioteca.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4.1 A democratização do acesso ao livro e o fomento à leitura na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais

Como demonstrado, a despeito do seu amplo acervo de livros e espaço físico considerável, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais tem apresentado empréstimos de livros decrescentes pelo menos desde o ano de 2006, marco temporal em que é possível acompanhar esses números por meio do seu sistema de gerenciamento de acervo, o Sistema Pergamum. A partir da extração e análise dos dados do sistema, foi possível descrever também certas características do público de usuários cadastrados, tais como local de residência, sexo, idade e tipo de ocupação, bem como o comportamento do volume de empréstimos de livros de acordo com algumas dessas variáveis. Observou-se que a queda foi evidente para praticamente todos os públicos cadastrados na BPEMG e que o número de empréstimos, se observada toda a linha histórica, continua decrescente ao longo dos anos.

Mesmo o aumento no volume de empréstimos de livros em 2024, comparativamente ao período pandêmico (época em que o equipamento esteve fechado ao público), não representou aumento em relação ao período antes da pandemia, mantendo-se a tendência histórica de queda.

De maneira a captar a percepção dos agentes que atuam na BPEMG, foram coletados dados da realidade a partir da análise documental de depoimentos dos gestores. No eixo de democratização da leitura, as perguntas e respostas analisadas giraram em torno da queda de empréstimos do ponto de vista do direito à leitura, bem como das estratégias e barreiras identificadas para a ampliação do acesso aos livros da BPEMG. No eixo de fomento à leitura na biblioteca como espaço social de aprendizagem, a abordagem contemplou a análise documental dos relatos sobre o lugar ocupado pela Biblioteca na era da informação e sobre o entendimento do sentido de biblioteca nos dias de hoje, bem como as ações realizadas ou não pelo equipamento, relacionadas à leitura crítica e ao debate na BPEMG.

Para tanto, foram analisados documentos com relatos de gestores que atuam na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Assim, foram analisados os relatos do representante da unidade administrativa hierarquicamente superior à diretoria, que realiza a gestão da BPEMG, nesta pesquisa chamado de “N1”, em referência ao maior nível hierárquico analisado. Também foi analisado o depoimento do ator da Diretoria da BPEMG, aqui chamado de “N2”, em referência ao nível hierárquico abaixo do “N1”, mas, sobretudo, *locus* central da gestão da Biblioteca. Lateralmente, pela atuação na BPEMG e experiência na lida com demais bibliotecas públicas no estado, foram analisados os depoimentos advindos da representante do Sistema de Bibliotecas, neste trabalho chamada de “L1”. Noutro giro, foi também analisado o relato da representante da Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua na Biblioteca, nomeada “L2”. Por fim, enquanto representantes independentes da sociedade, foram analisadas os documentos com a percepção de duas representantes de um Clube de Leitura que atua na Biblioteca, chamadas de “N3A” e “N3B”. A disposição desses agentes quanto ao lugar de atuação do ponto de vista desta pesquisa foi esquematizada na figura a seguir.

Imagem 20 – Representação das instâncias de análise



Fonte: Elaborado pela autora.

Os contatos com esses representantes foram feitos via telefone, com o envio de informações sobre a pesquisa e breve descrição dos objetivos. Os relatos foram coletados individualmente, em particular, nos espaços da BPEMG, ao longo da segunda quinzena de novembro e da primeira semana de dezembro de 2024 e, em seguida, os principais achados foram transcritos em documentos administrativos disponibilizados para consulta. Os agentes ouvidos foram informados que os principais achados desses depoimentos seriam transcritos em documentos públicos sobre a BPEMG, sem a identificação dos respondentes. Esses documentos foram analisados e deram base para a sistematização de dados deste trabalho.

Cientes e de acordo, esses depoentes foram convidados a responderem as perguntas por eixo de análise, com a leitura e entrega de todas elas impressas e em mãos, para consulta. Todos os respondentes receberam a mesma relação de perguntas, mas houve margem para incursão de observações livres. Dessa forma, cada um deles pôde dar enfoque a determinados temas ou acrescentar informações que julgaram pertinentes, conforme o lugar de atuação. Especificamente no caso das representantes do Clube de Leitura, as conversas não abordaram aspectos de gestão, mas a interseção das ações da BPEMG em relação às adotadas pelo Clube nos espaços da Biblioteca. Nesse caso, as análises foram incorporadas como subseção do Eixo 2. A relação completa das perguntas consta no Apêndice deste trabalho, mas foram retomadas no início de cada eixo, para nortear a leitura. Os relatos foram gravados em formato áudio, via aplicativo de gravação do celular, e transcritos manualmente para a composição dos documentos administrativos analisados.

Para fins de análise dos dados coletados, foi utilizada a análise documental. De acordo com Bardin (2016):

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que se obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo) [...] (Bardin, 2016, p. 51).

Assim, após a coleta dos dados, o conteúdo foi transcrito em documentos administrativos publicizados. A análise desses documentos foi realizada categorizando o conteúdo do que fora relatado pelos representantes das instâncias analisadas em cada pergunta. Por fim, sob as lentes da abordagem teórica deste trabalho, o conteúdo foi analisado. A análise está dividida por eixos, contemplando as respostas e análises em cada um deles nas seguintes subseções: “Democratização do acesso ao livro e à leitura na perspectiva dos agentes da BPEMG” e “Fomento à leitura na biblioteca como espaço social de aprendizagem na perspectiva de agentes da BPEMG”.

Em todas as perguntas, são trazidas as respostas, quando há, dos atores N1, N2, L1 e L3, por serem agentes que atuam direta ou indiretamente na gestão da Biblioteca. Já as respostas dos agentes N3A e N3B, por se tratarem de representantes do Clube de Leitura, foram incorporadas apenas ao final do segundo eixo para complementar o panorama apresentado.

3.4.1.1 Análise de dados do Eixo 1: Democratização do acesso ao livro e à leitura na perspectiva dos agentes da BPEMG

Neste Eixo, buscou-se investigar como é percebida a queda de empréstimos de livros e se existem ações de democratização da leitura realizadas pela Biblioteca, de acordo com os relatos de representantes de cada instância de análise. Buscou-se também captar o entendimento desses agentes sobre a leitura crítica emancipadora e possíveis contribuições para a redução das desigualdades sociais. As perguntas deste Eixo estão dispostas no quadro a seguir e contempla também a indicação dos relatos analisados em cada grupo de perguntas.

Quadro 3: Relação de perguntas e agentes no Eixo 1

EIXO 1: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO E À LEITURA	
Perguntas	Atores
• Como você percebe o volume de empréstimos de livros da BPEMG nos últimos anos? • Existem ações para democratizar o acesso à leitura dos livros da BPEMG? Se existem, quais são elas? • Quais são as potencialidades que você vislumbra para o aumento do empréstimo de livros em uma perspectiva democrática? • Como você entende que a BPEMG deve colaborar para o combate a iniquidades por meio do incentivo à leitura crítica/de emancipação? • Se existem, quais são os gargalos identificados para que essas ações de promoção e formação leitora em perspectiva democrática sejam realizadas?	- N1 (Superintendência) - N2 (Diretoria) - L1 (Sistema de Bibliotecas) - L2 (Organização da Sociedade Civil)
• Existem ações para a promoção da leitura em perspectiva democrática coordenadas no âmbito do Sistema de Bibliotecas do Estado? Quais são elas? E quais os gargalos identificados?	- L1 (Sistema de Bibliotecas)

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à primeira pergunta: “*Como você percebe o volume de empréstimo de livros da BPEMG nos últimos anos?*”, N2 entende da seguinte forma:

Quando você vai vendo desde a implementação do Pergamum até os dias atuais, se antes a gente estava emprestando 30 mil, hoje a gente empresta três mil livros por mês e isso é muito pouco, pensando na Biblioteca do Estado. (Relato de N2)

Para N1, houve uma queda muito grande nos empréstimos, algo que já vinha acontecendo mesmo antes da pandemia, conforme destaca:

A minha primeira questão seria essa queda dos empréstimos da Biblioteca. Eu vou falar que eu não sou de Belo Horizonte, mas eu vi pesquisas, como estou no cargo de Superintendente; eu vejo que teve uma queda muito grande e já está acontecendo bem antes da pandemia e, claro, a pandemia também acentuou ainda mais essa queda. (Relato de N1)

L1 apresenta a volume de empréstimos como um dos indicadores para diagnóstico da Biblioteca:

Voltando para esse objeto, que é o que é oferecido tradicionalmente nas bibliotecas, que é o livro, né. Então eu acho que o volume de empréstimos, elas podem ser lidas como um sintoma da saúde daquela biblioteca. Ou seja, ela está mal, pode fazer um diagnóstico, né. (Relato de L1)

L2 também entende a queda no volume de empréstimos como um fato e especula um dos motivos pelos quais entende que ela estaria ocorrendo, tal como responde: “*Eu acho que esse comportamento dessa queda do volume de empréstimos é um retrato muito da dificuldade da comunidade de perceber a Biblioteca como um espaço de acolhimento*”. O detalhamento da percepção dos gestores sobre os possíveis motivos da queda foi tratado em questão própria.

Portanto, quanto ao comportamento da quantidade de empréstimo de livros ao longo dos últimos anos, os gestores percebem que há uma queda na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, convergindo com o que foi demonstrado nas evidências apresentadas neste trabalho e extraídas do sistema de gerenciamento do acervo da BPEMG. É importante pontuar que, durante o período de reformas e da pandemia, houve um decréscimo significativo no número de empréstimos em razão do fechamento do equipamento. Contudo, o número de empréstimo de livros em 2023, se observada toda a linha histórica, indica a manutenção da tendência de queda que já vinha ocorrendo desde 2006.

O fenômeno não é isolado. Em estudo análogo realizado a partir do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, observou-se uma queda expressiva nos relatórios de empréstimos de livros ao longo de um período de dez anos, de 2013 a 2023 (Souza; Costa; Nascimento, 2023). Em termos de hábito de leitura, de acordo com a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, houve queda no número de leitores em todas as faixas de renda e escolaridade (Instituto Pró-Livro, 2024). Da mesma forma, o faturamento do setor editorial brasileiro registrou queda em termos reais de 43% desde 2006, conforme pesquisa coordenada pela Câmara Brasileira do Livro (2025).

Além de buscar identificar como os entrevistados percebem o comportamento do número de empréstimo de livros da BPEMG, as perguntas também procuraram captar a percepção desses agentes sobre as ações já realizadas ou a serem realizadas pela Biblioteca para a democratização do acesso à leitura e as ações intencionadas para aumento de empréstimo de livros: “*Existem ações para democratizar o acesso à leitura dos livros da BPEMG? Se existem, quais são elas? Quais são as potencialidades que você vislumbra para*

o aumento do empréstimo de livros em uma perspectiva democrática?”. Quanto às ações que já estão sendo realizadas, N2 relata:

Então, até pensando assim em quais são as ações para democratizar o acesso de leitura dos livros da biblioteca, que é do Eixo 1, né. Eu solicitei a minha equipe para fazer um levantamento de quais livros que não foram emprestados e que estão na estante ainda. Tem livro que nunca foi emprestado desde quando foi instalado o Pergamum e está lá. Então assim, um livro que está no Setor de Empréstimo, que não está sendo emprestado. Por que esse livro está no Empréstimo, sendo que ele não está tendo saída? (Relato de N2)

No que diz respeito ao acervo, viu-se que a Biblioteca possui um acervo crescente majoritariamente constituído de doações. Também foi possível visualizar, nas evidências deste trabalho, que o acervo majoritariamente é constituído de livros de mais de dez anos de publicação. Mais do que uma intenção de circulação maior dos livros da BPENMG, essa ação denota uma obrigação legal, prevista em legislações mais amplas, como o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais (que prevê o aprimoramento de bibliotecas públicas com acervos atualizados), ou mais específicas, como o decreto que prevê as competências da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura da SECULT (dentre as quais está a realização de atividades de aquisição, seleção, descarte, conservação e divulgação do acervo bibliográfico).

Além disso, N2 destaca os serviços de extensão realizados pela Biblioteca, conforme explica:

Esta instituição também tem os serviços de extensão, que é o Carro-Biblioteca, que está nas comunidades... a gente está levando o livro para presídios, levando para hospitais, creches, ONGs, APAES... (Relato de N2)

Assim como N2, L1 e L2 também sinalizam a importância dos serviços de extensão da BPENMG como forma de democratizar o acesso à leitura dos livros da Biblioteca. Veja-se nos depoimentos:

Eu também acho muito importante o trabalho que o Carro-Biblioteca desenvolve, porque o Carro-Biblioteca, ele indo até a comunidade, a biblioteca deixa de ser passiva, então ela vai. Leva o acervo dela. Leva o acervo, que é o que ela considera que é o mais importante... (Relato de L1)

Então, eu já trabalhei no empréstimo por um ano e eu percebo que já é enviesado por sermos uma biblioteca referência para o estado na região Centro-Sul da capital. Então o público já é diferente. Por isso que o trabalho de extensão na Biblioteca é tão importante na Biblioteca para as outras áreas que não são beneficiadas, o Carro-Biblioteca, a Caixa-Estante, o trabalho do Sistema de Bibliotecas... (Relato de L2)

Em relação aos serviços de extensão, é válido lembrar que o público cadastrado na BPEMG é majoritariamente do Centro-Sul de Belo Horizonte, residente, portanto, de região de alto IDH. Por isso, para democratizar o acesso aos livros da BPEMG, é preciso pensar tanto em como fazer o acervo ficar acessível a outras regiões da cidade quanto nas barreiras da própria biblioteca à frequência de novos públicos. Como visto na discussão teórica deste Eixo 1, o acesso à cultura letrada historicamente reflete barreiras sociais e econômicas, as quais acabam por reproduzir estruturas sociais altamente desiguais (Rama, 2015).

Por sua vez, N1 entende a democratização na perspectiva de novos públicos chamados a frequentarem o espaço da BPEMG, complementarmente, inquerido sobre as ações já realizadas, com as perguntas: “*Você acha que a Biblioteca já tem algum esforço, algumas ações que você entende que colaboram para a democratização da leitura? Quais são as ações que você já identificou lá na Biblioteca?*”. N1, assim, informa:

Eu acho que um dos exemplos mais democráticos que eu vi na Biblioteca até hoje é... Nossa, são vários. O Raízes, por exemplo, que tem esse foco nas pessoas tanto indígenas, como negras, porque a Biblioteca, querendo ou não é um espaço muito voltado, a gente sabe, quando foi construída, voltada mais para a classe média e a gente faz esses exemplos para mostrar que a Biblioteca é um espaço de democracia, traz também periferia para dentro do espaço, como o Raízes... a gente agora está soltando pela primeira vez, uma impressão inédita do Suplemento Literário, desde 2018 não tem, com afromineiridades...então a gente está tentando fazer esse povo que é esquecido o tempo todo... trazer para próximo da gente, mostrar que esse espaço também é deles, que eles pertencem a isso. Eu acho que isso é um ato também de democracia. (Relato de N1)

Para Antonio Candido, a fruição da arte e da literatura deve ser considerada um bem incompressível, uma necessidade cuja satisfação corresponde a um direito de todos. Contudo, sabe-se que o acesso à leitura está associado ao acesso a outros direitos (Silvia Castrillón, 2003), e mesmo o “tempo livre” para atividades como a leitura é desigualmente distribuído (Neubert; Mont’alvão; Tavares, 2016). Portanto, tanto as tentativas de levar o acervo, chegando até o público, quanto as tentativas de chamar novos públicos ao espaço são consideradas importantes para a democratização do acesso à leitura dos livros da BPEMG.

Além das ações já realizadas, buscou-se entender também quais outras ações esses atores imaginam que poderiam ser realizadas para o aumento dos empréstimos de livros da BPEMG. O gestor N1 considera o seguinte:

Voltando a esse assunto dos empréstimos, eu acredito que, se a gente fizer uma pesquisa e entender os acervos antigos e buscar novos acervos, e como a Biblioteca vai passar por um novo restauro, eu acredito que isso vai

chamar novas pessoas para estarem dentro, para sentirem como o espaço da Biblioteca é algo novo também. (Relato de N1)

Enquanto arquiteto por formação, N1 entende que fazer uma restauração da biblioteca é essencial para que ela consiga ser mais atrativa, de forma que as pessoas se sintam mais confortáveis dentro dela, convidando-as também a fazerem uso de novos acervos de livros. E complementa sobre a questão do acervo:

Eu acho que como é um acervo público, eu acho que poderia fazer doação do acervo antigo e se tornar mais atrativo, talvez fazer uma pesquisa para ver o que as pessoas hoje em dia estão lendo, qual a procura dela voltada à literatura, voltada ao campo de conhecimento, fazer um estudo mesmo, geral, entendeu? Para entender esse nicho: o que as pessoas hoje em dia procuram? (Relato de N1)

N2 acrescenta a possibilidade de realização de ações mais específicas, tais como a viabilização da devolução dos livros em diversos pontos da cidade e a implantação de serviços de entrega de livros em domicílio:

Eu acho que seria incrível de a gente fazer, ter essas caixonas mesmo, né, lacradas, que a pessoa vai lá e coloca o livro dentro. Eu acho que é super possível de a gente fazer colocando em regionais de Belo Horizonte, mas aí é todo um estudo de rota para fazer isso.

[...]

A gente está em fase de estudo ainda, eu acredito que no começo de 2025 a gente já estará com o TeleBraille funcionando, que seria a pessoa com deficiência visual cadastrada no Setor Braille ligar para a Biblioteca, a gente ia fazer uma rota, ter um perímetro de quilometragem de atendimento pra isso também, e aí a gente entregar o livro na casa dela. Isso para as pessoas cegas. E aí, às vezes, como segunda etapa, a gente colocar nesse percurso também, esses pontos de coleta de livros, acho que daria super certo, como se fosse mais ou menos essa casinha de livros que tem aqui na porta, que é a “Biblioteca a céu aberto”, mas seria uma coisa mais lacrada mesmo, com vedação contra água, chuva e tal. (Relato de N2)

Também corroborando a visão de N1, N2 acredita que a restauração da Biblioteca seria essencial para o serviço de empréstimo:

Esse projeto de restauração é toda a revitalização das fachadas dos dois prédios e tal, então tem todo um aspecto bonito, para a Biblioteca ficar linda e maravilhosa, mas ela traz uma mudança estrutural também, no sentido dos setores de atendimento, e aí a principal delas é trazer o setor de empréstimo para a sede da Biblioteca.

[...]

E aí tem servidores, que é uma fala constante, que dizem que o Anexo está jogado às traças, que a gente só pensa na Sede. Eu acho que é muito ruim o empréstimo estar funcionando no Prédio Anexo. (Relato de N2)

Para entender por que N2 considera que deslocar o Setor de Empréstimo para o Prédio Sede é importante, foram analisadas as respostas das perguntas: “Você acha que é qual a

dificuldade? Qual seria a diferença de trazer o empréstimo para cá, aqui para a Sede?”, das quais se extraem:

É porque aí, quando você traz o empréstimo para a Sede, você passa a fazer a pessoa conviver com todos os serviços que a Biblioteca oferece, sabe? Então você tem ali a Biblioteca Infantil, você tem uma galeria de arte, você tem uma contação de história que está acontecendo, você tem um lançamento de livro, você tem o “Tempo para Ler”, você tem os voluntários do Braille, e aí, criar aqui para ser mesmo esse ponto de atendimento ao público nesse prédio que é o objetivo maior, assim, e aí o Anexo funcionaria como anexo mesmo, que seria nossa unidade administrativa, porque só o terceiro andar aqui da Biblioteca é todo administrativo.

[...]

E aí a gente está pensando que isso impacta em quais sentidos? Primeiro, a vista, porque a vista que o terceiro andar tem para a Praça da Liberdade é maravilhosa. Aqui, a gente está do lado do Palácio do Governador e atualmente é uma vista para uma pessoa, ou para quem eu recebo aqui nesta sala. Fora isso, toda essa extensão que a gente tem aqui neste andar que poderia estar sendo utilizada para o acervo... (Relato de N2)

Então, para N2, seria importante trazer o Setor de Empréstimos para a Sede, aproveitando o potencial do Prédio Sede, do ponto de vista da localização e paisagem, passando a abrigar os livros desse setor e a receber pessoas nesse local para acessarem esse e outros serviços. Para realizar essa transferência do Setor de Empréstimos para a Sede, seria preciso realizar um completo remodelamento do interior do prédio, com a derrubada de divisórias e o deslocamento dos setores administrativos para o Prédio Anexo. Os discursos de N1 e N2 convergem para as intenções de melhoramento do acervo de livros (e do serviço de empréstimo) e do espaço na Biblioteca como forma de potencializar o empréstimo de livros.

Sobre isso, “L1” destaca que acervos contemporâneos teriam maior circulação e compara a situação com a biblioteca comunitária que funciona no espaço do Minas Tênis Clube:

Como é o diálogo desse acervo com essa sociedade contemporânea? Estou dizendo isso porque os níveis de empréstimo da biblioteca situada no Minas Tênis Clube, eles estão, assim, superando tudo. Eles fazem 6.000 empréstimos por mês. E aí é muito claro para a gente, pelo menos para mim, o tipo de acervo que tem naquela biblioteca é um acervo contemporâneo. Então é o livro que está sendo falado, que apareceu no prêmio que foi indicado, é o Nobel. Esses livros estão circulando ali como uma livraria, talvez, não é? Então tem esse apelo muito forte. Tudo bem que nós estamos falando ali de uma biblioteca que tem uma condição muito específica, não é? Quais pessoas? Porque aí a gente vai entrar numa outra parte que é sobre a democratização do acesso. (Relato de L1)

A citada Biblioteca, apesar de ser classificada como comunitária, é financiada pelo Minas Tênis Clube e por leis de incentivo à cultura, mas funciona dentro desse clube, também

na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Vale lembrar que o Minas Tênis Clube data da década de 1930, quando essa região se afirmava sob o ideário modernista, traduzindo um estilo de vida que seria observado inclusive em termos de arquitetura (Ávila, 2020). Retomando a autora, nessa época “a feição da cidade se modifica ainda mais com o estilo *art déco*, cujo exemplo remanescente mais significativo é a fachada do edifício do Minas Tênis Clube” (Ávila, 2020, p. 32). Atualmente, para adquirir uma cota do clube, é preciso desembolsar cerca de R\$ 40.000,00 e manter o pagamento de mensalidades.

Para adentrar na Biblioteca do Minas Tênis Clube, é preciso entrar no prédio em que funciona o clube e atravessar o espaço em que ficam os profissionais responsáveis pela segurança. Então, pegar o elevador (como os sócios do clube), para enfim acessar o espaço cultural. Há, pois, que se investigar mais a fundo as possíveis barreiras de acesso e entender quem são essas pessoas que estão pegando esses livros emprestados. Conforme discutido nesta dissertação, nem sempre o aumento de livros lidos significa uma verdadeira democratização. Wernke (2015), por exemplo, afirma que a média de livros lidos é um indicador importante, mas é preciso avaliar as desigualdades intrínsecas que isso pode carregar.

L1 também faz comparações com bibliotecas do exterior, cujos investimentos garantem inclusive o funcionamento 24h, com estratégias como a adoção de caixa-box para devolução: “*Sabe? Elas estão pegando livro, né? E eu vi um senhor lá devolvendo os livros que ele pegou no sistema de devolução 24 horas. Na porta da biblioteca tem um sistema em que você faz a devolução tipo em uma caixa lá*”. Já L2 destaca as potencialidades de ampliação da participação da própria Associação dos Amigos, com a compra de livros novos e o incentivo às ações de promoção à leitura.

Portanto, o entendimento que se apreende das falas é que esses gestores elencam ações já realizadas pela Biblioteca que visam ampliar o acesso aos livros da BPEMG, especialmente no que diz respeito aos projetos de extensão (como o Carro-Biblioteca e a Caixa-Estante) e também aquelas que buscam chamar mais pessoas à Biblioteca, como ações pautadas na diversidade. Enquanto ações a serem realizadas, sinalizam o desejo de aquisição de acervos novos, bem como a ampliação das possibilidades de entrega e devolução de livros e remodelamento do *layout* da Biblioteca, a fim de torná-la mais atrativa.

Vale destacar também que as recomendações da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) objetivam que os serviços da biblioteca

pública sejam oferecidos com base na igualdade de acesso para todos. Essas recomendações preveem serviços externos e adaptados a diferentes necessidades da comunidade.

No que se refere ao desenvolvimento das coleções, o Manifesto IFLA assim informa: “Grandes acervos não são sinônimos de bons acervos, principalmente neste novo mundo digital. A importância do acervo para as necessidades da comunidade local é mais significativa do que o tamanho da coleção” (IFLA, 2022, p. 83). Ainda segundo o documento, dentre os principais critérios que se aplicam às coleções estão a aquisição de novos títulos, a rotatividade do acervo e o descarte de livros velhos, estragados ou desatualizados.

A discussão a respeito do *layout* da Biblioteca, embora tenha sido trazida na fala desses gestores como forma de democratizar o acesso à leitura, será retomada na análise do Eixo 2, que trata mais especificamente sobre a biblioteca como espaço social de aprendizagem.

Adentrando na questão “*Como você entende que a BPEMG deve colaborar para o combate a iniquidades por meio do incentivo à leitura crítica/de emancipação*”, do relato de L2 se extrai o seguinte:

Assim, eu sinto uma falta de pessoal mesmo, de pessoas para recompor a equipe para pensar coisas. Eu sinto todo mundo muito sobrecarregado no trivial. Então, assim, eu sinto que, ainda, por mais que elas realizem coisas para chamamento desse público da comunidade, ainda é insuficiente porque não tem pessoal, entendeu? Elas não conseguem pensar mais nada além do trivial, né? Mas assim, eu sinto que essa nova compra que a gente fez com o projeto da CEMIG, ela já contemplou mais livros com temas que não são muito comuns, na verdade, as nossas compras são processos demorados... Mas a gente comprou muita coisa sobre Afromineiridade, principalmente Literatura Infantojuvenil, para a criança se ver ali, sentir a identidade representada. Temas também como homossexualidade, integrando mesmo essas pessoas, todos os públicos. Então, assim, a gente ficou muito feliz com essa compra. (Relato de L2)

Como é possível perceber na fala, apesar de lamentar a falta de pessoal e a dificuldade em fazer mais do que o trivial, L2 entende que a Associação dos Amigos colabora para o combate a iniquidades com a compra de livros pautados na diversidade para que mais pessoas se sintam representadas na BPEMG. L2 explica que a Associação havia feito uma compra significativa nesse sentido e complementa:

Braille, livros de autores mineiros negros, autoras mineiras negras. Foi uma compra bem robusta englobando tudo que a gente podia. [...] Então, isso do que a Biblioteca pode fazer para colaborar para esse combate das iniquidades seria colocar no planejamento mesmo. Aí recomposição da equipe, fazer um planejamento anual de como atingir esse público. (Relato de L2)

L1, por sua vez, responde: “*Nossa, essa aqui é como que a biblioteca pode combater iniquidade? Isso aqui é muito difícil. Eu acho que é nesse campo que é tão importante nesse momento e não foi, não é priorizado, que é realmente no combate à desinformação*”. E explica: “*É preciso fazer o combate à desinformação. Eu acho que é um trabalho que a Biblioteca Estadual deveria fazer, não é? Poderíamos ter cursos rápidos. Como checar se uma informação é verdadeira ou não?*”.

Por sua vez, N2, após discorrer sobre a questão da pulverização das informações, é chamado a adentrar no assunto, tendo sido feito, adicionalmente, o seguinte questionamento a ele: “*Será que é uma leitura emancipadora, que vai, por exemplo, dar uma leitura crítica da sociedade, uma visão crítica sobre ela, sobre mudança social mesmo?*”. Pergunta à qual responde da seguinte forma:

Eu acho que a questão da leitura tem uma questão que está intrínseca também que é a questão do acesso à informação. E aí, curioso né, hoje eu estava vendo umas coisas no Instagram e eu vi uma repórter falando que o The Guardian resolveu sair do X, porque no X, hoje, que é o antigo Twitter, você tem a questão da não moderação do conteúdo. Então tem uma proliferação muito grande de fake news, que aí cai muito dentro dessa perspectiva do pensamento crítico também, e ela estava fazendo um contraponto com o Threads, que é a ferramenta semelhante ao Twitter, que o Instagram desenvolveu, que já traz um aspecto de moderação muito maior desse conteúdo. O que eu estou querendo dizer com isso... que então você tem essa pulverização da informação, você tem essa era digital onde está tudo muito acessível; você tem as redes sociais, que hoje são grandes formadoras de opinião, por meio das blogueiras ou dos influenciadores e tal; você tem os veículos de imprensa tradicional, que estão orbitando também dentro desses ambientes; e aí a gente tem uma grande questão contemporânea que é a tal da pós-verdade, por que hoje o que é a verdade? (Relato de N2)

Em conjunto, os gestores que responderam à questão entendem que é papel da BPEMG colaborar para o combate a iniquidades por meio da leitura crítica/de emancipação por duas vias: uma, pela aquisição de acervos mais diversos, outra, pelo combate à desinformação. De acordo com o referencial teórico utilizado neste trabalho, ambas as vias são consideradas válidas para o combate a iniquidades.

Para Sivia Castrillón (2003), a leitura é um direito de todos que deve atuar em favor da democracia. Nessa mesma linha, Britto (2009) entende que à arte sempre coube, além de divertir e instruir, indagar de maneira profunda as condições da própria existência humana. Uma leitura crítica, portanto, poderia atuar sobre os sujeitos fazendo-os refletirem sobre a própria realidade e imaginar outras realidades possíveis, ajudando-os no processo de

emancipação, de superação das realidades experimentadas. A diversidade do acervo, contemplando narrativas feitas a partir de múltiplos olhares, diversos ângulos e vozes, poderia favorecer essa reflexão crítica/emancipadora. Assim também para Antonio Candido, a leitura teria uma espécie de força política, ao colocar os leitores em contato com diferentes realidades, o que poderia sensibilizá-los ao combate a iniquidades.

Vale lembrar que à biblioteca não caberia o papel de “juiz” em termos do que seria a “boa literatura”, como era comum no passado, quando esses espaços estavam sob a tutela da Igreja Católica, por exemplo. A manutenção de acervos diversos e contemporâneos é uma necessidade que se faz latente quando a biblioteca é entendida como organismo vivo, que acompanha as discussões da comunidade, oferecendo informações que contribuem para o debate, conforme recomendam as diretrizes da IFLA (2012, p. 12). Ademais, de acordo com Antonio Candido, a literatura, por si só, não corrompe nem edifica, mas é capaz de colocar o leitor em contato com aspectos profundos e contraditórios da própria vida, o que acaba por humanizá-lo, ajudando-o a tomar posição diante deles.

Quanto ao trabalho contra a desinformação, Myrian Ávila (2008) destaca que o contexto de pulverização das informações muitas vezes não representa uma real democratização da leitura em seu potencial crítico, mas apenas um “achatamento” das informações, com a leitura aligeirada que não demanda mais do que a mera decodificação e não propriamente uma reflexão. As bibliotecas teriam então o papel de colaborar para a formação de leitores críticos, inclusive ajudando-os a identificar informações confiáveis em meio a esse cenário. Essas conclusões estão também dispostas nas orientações da IFLA, na qual informa que as bibliotecas públicas, além de assegurarem o acesso à informação, deveriam habilitar as pessoas ao uso dessas informações.

Embora compreendam a relevância do papel da Biblioteca nessa atuação em sociedade, os gestores identificam uma série de entraves, demonstrados nas respostas à pergunta: *“Se existem, quais são os gargalos identificados para que as ações de promoção e formação leitora em perspectiva democrática sejam realizadas?”*.

A questão dos recursos financeiros e de pessoal aparece diversas vezes na fala dos respondentes enquanto óbices às ações pretendidas. Para a representante da Associação dos Amigos, L2, como o estado não cumpre o dever de financiamento, em termos orçamentários e de pessoal, a Biblioteca acaba dependendo da Associação para obter esses recursos, que são captados via leis de incentivo à cultura ou diretamente do caixa da Associação, tal como explica:

É um caixa limitado e a gente fica cumprindo esses lugares que o Estado está ausente. A gente se sente muito pressionado, sabe? Se eu não cobrir, o que vai acontecer? O último acidente foi realmente a porta de vidro da portaria que um morador de rua quebrou, e é sempre assim, é sempre emergencial, nunca é um planejamento. A gente não consegue se planejar, sabe? Esse é o grande gargalo da Associação. A gente não consegue ter um planejamento, uma previsão de gastos, porque a gente está sempre apagando os incêndios da Biblioteca. (Relato de L2)

De acordo com L2, adiciona-se às dificuldades de suprir essas demandas o fato de a Associação contar apenas com mão de obra voluntária, o que obstaculiza a cobrança por empenho e resultados por parte dos representantes da sociedade civil que a compõem, e sobrecarrega servidores da Biblioteca que exercem dupla função (uma enquanto servidores da Biblioteca e outra enquanto representantes da Associação):

Eu acho que a insuficiência de compromisso das pessoas impacta muito. Eu não consigo fazer sozinha, sabe? Eu acho que precisa ser dividido. E como é um trabalho voluntário, é muito difícil de você cobrar das pessoas essa colaboração, e existe um limite mesmo. Eu sinto, eu estou no meu limite, eu não consigo acumular mais nenhuma função. Eu não consigo. Então, assim, vai muito do reflexo do que a Biblioteca passa. Essa questão de não ter colaboradores o suficiente. A gente está tão envolvido em entregar o que é técnico do dia a dia que a gente não consegue prospectar nada, por mais que a gente queira. (Relato de L2)

De fato, conforme explica N2, a BPEMG vem perdendo força de trabalho ao longo dos anos, com a aposentadoria de funcionários e sem novas contratações para esses postos. Além disso, a mão de obra que atuava em regime de contratação até a pandemia foi dispensada nesse período e não foi recomposta com a reabertura dos espaços:

Veio a pandemia em 2020, e o governo estadual cortou cerca de vinte, eu não tenho o número certo, mas, se não me engano, foram vinte e quatro funcionários, contando com pessoal contratado e estagiários. Aí, a gente está em 2024 e até hoje a gente teve a recomposição só de dois desses quadros e, ainda assim, só do período que estou aqui até hoje mais quatro pessoas se aposentaram. (Relato de N2)

Além da sobrecarga da equipe que atua na Biblioteca, que passa a exercer funções adicionais em decorrência da saída de funcionários, o quadro reduzido de servidores impacta a possibilidade de aumento do horário de funcionamento. Ainda segundo N2:

E aí tem uma questão também que é a quantidade de funcionários que a instituição tem. Então, pensando na questão da democratização do acesso, essa Biblioteca está emprestando livro para quem? Sendo que é um horário que as pessoas estão trabalhando. E a equipe é muito resistente a qualquer tipo de mudança. É um aspecto que é muito complexo porque cai muito na gestão de talentos, gestão de pessoas, que é outro gargalo também. (Relato de N2)

N2 percebe que seria importante aumentar o horário de funcionamento, mas explica que, no atual cenário, não há margem para mudanças na alteração do regime de trabalho dos funcionários que atuam na Biblioteca. Segundo ele:

Assim, eu lembro que teve uma época que eu estava propondo para a equipe em exercício aqui de a gente fechar a biblioteca na segunda-feira e a gente funcionar de terça a sábado, das oito às dezoito horas, tranquilo... Teve um motim dentro da biblioteca.

[...]

A equipe é muito resistente a qualquer tipo de mudança, e é um aspecto que é muito complexo porque cai muito na gestão de talentos, gestão de pessoas, que é outro gargalo também. (Relato de N2)

Além da resistência da equipe, não foi encontrada solução jurídica e administrativa para a alteração do regime de trabalho:

Porque, se depender só do regime de contratação que a gente tem hoje, é totalmente insuficiente para ampliar esse funcionamento como a gente imagina que precisa, né? Então, pensando em gargalos, para a gente aumentar a democratização, que é efetivamente aumentando o horário de funcionamento, precisaria também ter isso. (Relato de N2)

A questão da gestão de equipe é tratada também do ponto de vista da cultura organizacional, com impactos para as dificuldades observadas pelo gestor no tratamento do acervo. Segundo N2, o acervo de livros está dominando todo o espaço da Biblioteca. Inquerido sobre o motivo de isso acontecer, N2 explica:

O acervo está dominando tudo porque essa missão dessa instituição específica, ela se confunde muito, porque a gente tem uma missão de preservação de memória bibliográfica, que é o segundo andar do Prédio Sede, que é onde a gente tem as coleções especiais, né? Então, a gente tem a Mineiriana, Coleção de Artes e, assim como essa, várias outras coleções, que é onde a gente está falando de memória. A memória, essa necessidade de preservar, ela contaminou todos os setores da instituição, principalmente o setor de empréstimo. (Relato de N2)

Assim como N2, L1 problematiza o horário de funcionamento da Biblioteca, afirmando: “É preciso manter um espaço dessa natureza funcionando de portas abertas, né? É para propiciar realmente a frequência de quem efetivamente deveria frequentar ou, não quem deveria, mas que é o nosso público maior que seria as classes populares”.

Para N1, as dificuldades de concretização dessas ações caracterizam, em sentido amplo, a dificuldade de gerir a “coisa pública”. Esses entraves teriam impacto na gestão da força de trabalho, mas também na modernização do espaço e dos acervos, por questões orçamentárias, burocráticas e de patrocínio da alta gestão. O trecho da fala de N1 sintetiza a percepção sobre as dificuldades enfrentadas para que as ações sejam realizadas: “É o servidor;

é a questão burocrática, porque o serviço público é isso, não depende só da Superintendência, depende das demais. É algo que depende do gabinete do Secretário, depende de outras secretarias e até mesmo do governador”.

A falta de estrutura financeira e de pessoal impacta diretamente na impossibilidade de ampliação do horário de funcionamento da Biblioteca, se mantidas as condições atuais. Como visto nas evidências deste trabalho, o público cadastrado na BPEMG é majoritariamente constituído de população economicamente ativa, ou seja, a impossibilidade de extensão dos serviços da Biblioteca no contraturno denota que condições básicas para ampliação do acesso ao equipamento (e mesmo aos serviços de empréstimo e devolução de livros, que também não funcionam no contraturno, nem mesmo pela via da entrega e recolhimento fora da Biblioteca) não estão sendo efetivamente garantidas a todos.

Ademais, a complexificação, em termos legais e administrativos, observada ao longo da história da BPMGE apresenta-se, na prática, como um emaranhado burocrático incapaz de garantir aos gestores orçamento e pessoal necessários para cumprir os seus intentos. Essas dificuldades, para ampliação do acesso aos bens e serviços na BPEMG, podem ser consideradas problemáticas do ponto de vista da consolidação democrática, sob as lentes teóricas deste trabalho, pois, conforme afirma Antonio Candido (2011), ampliar ou restringir o acesso à fruição literária (e, por seu turno, o potencial de fortalecimento do senso crítico que o acesso a esse direito carrega) pode significar o quanto, por um lado, esse bem universal está sendo negado e, por outro, o quanto as pessoas se conformam com o modo de funcionamento da sociedade, sem questioná-lo ou combatê-lo.

Na resposta a uma pergunta específica sobre o Sistema de Bibliotecas, *“Existem ações para a promoção da leitura em perspectiva democrática no âmbito do Sistema de Bibliotecas do Estado? Quais são? E quais os gargalos identificados?”*, foram observadas carências análogas às da BPEMG, como de recursos e pessoal. Quanto às ações realizadas, L1 explica o seguinte: *“Não somos um órgão fiscalizador, não temos essa função. O nosso papel é apoiar, incentivar. Porque os municípios são autônomos, as bibliotecas públicas são autônomas. Então a gente orienta, a gente promove capacitações”*. Dito isso, L1 expõe algumas ações realizadas para a promoção da leitura nesses espaços, em perspectiva democrática, como se extrai da fala:

Então, assim, isso é um ponto, é a gente tentar trabalhar também, né? É estimular as bibliotecas a olharem para algumas pautas específicas. Como estamos em um estado bastante conservador, de alguma forma essas pautas podem não estar tão claras assim, como, por exemplo, a pauta da

comunidade LGBT. Então temos ações também que se concretizam, se materializam na divulgação de livros que têm essa temática, que é a campanha que a gente faz chamada “Leia com orgulho”. Nela, a cada 15 dias, a gente elabora um material para redes sociais que as bibliotecas podem usar, falando de um livro que tem essa temática. Então, para dar visibilidade a essa causa, né? E colocar esses livros também nos acervos das bibliotecas, estimular essa aquisição.

[...]

A outra que a gente já tem assim bastante tempo, que a gente já tem mais de cem cards produzidos é o “Leia Mulheres Negras”. Então é dar visibilidade a essas vozes femininas, negras, né? Não só de Minas Gerais, mas do mundo inteiro. Então a gente faz o trabalho de pesquisa, pesquisa a bibliografia, trechos das obras para apresentar essas escritoras. Para as equipes de bibliotecas. E outro projeto que a gente tem é o de exposições literárias e itinerantes, que é o único projeto que a gente tem de literatura, né? De leitura literária. A gente tem um acervo de exposições em banners que ou são sobre um autor ou sobre um tema, né? O que a gente faz? Essa curadoria e imprime os banners e empresta para as bibliotecas. (Relato de L1)

Pela fala, denota-se o lugar central da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, que atua no edifício da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, emanando orientações às bibliotecas do interior. Das falas, percebe-se que a pauta da diversidade permeia essas orientações, como forma de democratizar esses espaços, especialmente pela via da diversificação do acervo. Contudo, conforme explica L1, essas ações descritas são restritas a empréstimos e envio de materiais digitais, devido à falta de orçamento: “É o que a gente consegue fazer com o orçamento zero, né? Porque é isso, esse é o orçamento que a gente tem. Então, com o orçamento zero, a gente consegue fazer isso”.

O Sistema de Bibliotecas também empresta *banners* e materiais de exposição para fomento à leitura, mas esbarra no mesmo problema da carência de recursos:

O problema disso é a logística de transporte dessas exposições porque Minas Gerais é um estado enorme e, muitas vezes, na maioria das vezes, os municípios não têm condição de buscar as exposições, porque a gente não tem condição de mandar, então eles também não têm condição de buscar. Então muitas vezes a gente já mandou exposição em carro da saúde, da assistência social, da polícia dos municípios, que é quem consegue vir buscar. Então, esse é um gargalo que a gente não conseguiu resolver ainda. Como fazer a logística dessas exposições? Fazer o transporte dessas exposições pelo interior. (Relato de L1)

No que diz respeito às ações voltadas à diversidade do acervo, embora o que se consiga com as atuais condições seja a sensibilização de equipes do interior para a pauta, sem previsões orçamentárias, entende-se que, na medida do possível, elas colaboram para a democratização do livro e da leitura nas bibliotecas. David Lankes (2016) recorda que as

bibliotecas têm sido, ao longo do tempo, lugares de promoção de uma literatura hegemônica, tida como boa literatura, ou literatura correta – o que na prática se traduzia na chancela e difusão de materiais aprovados por homens brancos de classes dominantes. Segundo ele, para que as bibliotecas promovessem a verdadeira democratização, seria preciso que elas estivessem de tal modo integradas à sociedade que refletissem a própria diversidade dessa comunidade.

Contudo, como sinalizado nos relatos analisados, os gargalos à concretização das ações de promoção e formação leitora pela BPEMG são diversos. No que se refere à dependência de organizações não governamentais para a manutenção desses equipamentos do ponto de vista orçamentário, essa relação remonta às origens das bibliotecas no Brasil, como demonstrado por Fernandez (2016). A falta de recursos financeiros é a tônica do quadro das bibliotecas públicas brasileiras há anos (Freitas; Silva, 2014).

No caso da BPEMG, a falta de recursos financeiros nasce junto com ela, quando o projeto arquitetônico original fora cortado pela metade por falta de verba já em sua fase de construção, e isso acompanha sua trajetória. Para Silvia Castrillón (2003), para que seja possível um verdadeiro compromisso com uma política pública de promoção da cultura letrada, é preciso, entre outras coisas, que se garanta um financiamento contínuo às bibliotecas públicas. Dessa forma, também haveria mais condições para que os gestores pudessem se dedicar ao planejamento, inclusive do ponto de vista de ações de combate a iniquidades, ao invés de serem constantemente chamados a “apagarem incêndio”, conforme relatado, para a garantia de condições mínimas de funcionamento.

3.4.1.2 Análise de dados do EIXO 2: Fomento à leitura na biblioteca como espaço social de aprendizagem na perspectiva de agentes da Biblioteca Pública Estado de Minas Gerais

Neste Eixo, buscou-se investigar a percepção dos gestores quanto à queda de empréstimos de livros a partir da reflexão sobre os novos sentidos da biblioteca no mundo contemporâneo e a constituição da biblioteca enquanto espaço social de aprendizagem. Esse Eixo contemplou dois grupos de perguntas e respostas por diferentes atores: seis perguntas foram feitas aos gestores que atuam na Biblioteca, e outras três perguntas foram feitas a duas fundadoras de um Clube de Leitura que realiza os encontros do grupo na BPEMG. As perguntas estão destacadas no quadro a seguir, que indica também a relação dos atores por grupo.

Quadro 4: Relação de perguntas e agentes no Eixo 2

EIXO 2: FOMENTO À LEITURA NA BIBLIOTECA COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM	
Perguntas	Atores
• Como você entende o papel da BPEMG no contexto da era da informação e do conhecimento? • Na sua perspectiva, como essas mudanças impactam no empréstimo de livros da Biblioteca? • Existe um esforço para que a BPEMG esteja integrada às necessidades da sociedade e corresponda a essas demandas? • A BPEMG se entende como espaço social de aprendizagem e fomento à leitura crítica por meio do diálogo e da participação social? • Quais ações podem ser citadas que são realizadas, ou a serem realizadas, na Biblioteca que podem colaborar para que ela seja um espaço social aberto, representativo e diverso na promoção do direito à leitura? • Quais gargalos você identifica para a execução das ações de fomento à leitura a partir da Biblioteca como espaço social de aprendizagem e debate?	- N1 (Superintendência) - N2 (Diretoria) - L1 (Sistema de Bibliotecas) - L2 (Organização da Sociedade Civil)
• Por que vocês criaram um Clube de Leitura de livros? • Por que o Clube de Leitura funciona na BPEMG? • Como tem sido a experiência do Clube de Leitura na BPEMG? Quais as dificuldades e potencialidades vocês identificam nessa relação entre o Clube de Leitura e a BPEMG?	- N3A e N3B (Clube de Leitura)

Fonte: Elaborado pela autora.

Análise de dados do EIXO 2: Perspectiva dos gestores da BPEMG

Este subtópico contempla a análise das respostas ao primeiro grupo de perguntas, feitas aos gestores da BPEMG (N1; N2; L1; L2). As primeiras delas foram relacionadas ao lugar ocupado pela Biblioteca na atualidade e possíveis impactos para o tema investigado nesta pesquisa: “*Como você entende o papel BPEMG no contexto da era da informação e do conhecimento? Na sua perspectiva, como essas mudanças impactam o empréstimo de livros da Biblioteca?*”.

Nesse ponto, todos os gestores percebem que a era digital, com a ampla difusão de informações pela internet, tem impactado na relação das pessoas com a leitura. N2 entende que, devido ao contexto de pulverização das informações, a BPENMG teria perdido o papel da centralidade no domínio da informação, conforme pontua:

Porque antes, quando a gente via as pessoas falando da relação afetiva com a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, que é esta instituição, era a única biblioteca que tinha, né? Então, por exemplo, eu vejo gente falando que vinha aqui na Biblioteca porque o professor falava que o livro tal estava aqui, para fazer o trabalho, por exemplo. Então aqui era essa única fonte inesgotável de conhecimento, né? Fazendo um paralelo com a mudança de comportamento, é como se a Biblioteca antes fosse a Barsa. Então estava tudo lá. E hoje a gente tem um pouco o Tik Tok, que hoje é uma plataforma educacional também, e todos esses mecanismos que estão pulverizando essa informação e, além disso, a pirataria, né, porque hoje não necessariamente você precisa comprar um livro digital na Amazon pra você ter acesso a ele, sendo que você consegue hackear na internet com muita facilidade. E, além disso, a gente tem os livros de domínio público, que você pode baixar e ler. (Relato de N2)

Diante desse cenário, para N2, a BPENMG teria um papel balizador da informação, conforme explica:

É um contexto onde as instituições de bibliotecas estão inseridas, que acho que é muito delicado, porque a gente tem até um mantra aqui na Biblioteca, entre as bibliotecárias, que a gente não pode deixar a pessoa sair daqui sem a informação. Por mais que a gente não tenha o livro que ela queira acessar, ou o conteúdo, seja por uma deficiência de acervo, ou por ser uma publicação que está emprestada para alguém, a nossa obrigação, enquanto instituição, é dar caminhos para que essa pessoa tenha o acesso à informação que ela busca. E aí a gente está falando da Biblioteca como instituição que vai ter uma informação mais qualificada para esse público, porque é a instituição que é responsável por salvaguardar a informação. (Relato de N2)

Por outro lado, de acordo com o relato de N2, a BPENMG parece estar descasada da era digital. Das falas, o que se apreende é uma carência em termos infraestrutura tecnológica básica:

A Associação de Amigos contratou uma internet Wi-Fi para a Biblioteca, mas é apenas em uma parte restrita do Prédio Anexo. Basicamente, só pega na extremidade daquele prédio, na saída para a Avenida Gonçalves Dias. A Biblioteca tem atualmente oito computadores para uso público, mas são todos obsoletos. (Relato de N2)

L2 percebe da mesma forma a questão das inúmeras fontes de informação e pontua que não necessariamente são informações de qualidade. A gestora pondera que é um contexto

que não vai deixar de existir, então é preciso que a BPEMG se adapte a ele, para não perder para todos os concorrentes cada vez mais fortes em relação ao livro:

Então, eu como bibliotecária, eu acho que hoje a gente tem muitos concorrentes, né? A tela é um concorrente muito direto aí. Eu acho que como as novas gerações têm acesso à informação muito rápido, mas essa informação não é de qualidade, então, assim, eu posso ter uma visão muito enviesada, né, da minha formação mesmo, como bibliotecária, né, mas essas fontes, que não deixam também de serem fontes de informação, elas estão aí e não vão embora, né, a gente tem que se adaptar. [...]
Eu acho que a mídia, ela facilita essa coisa da tela, da coisa rápida. As pessoas não estão muito interessadas na construção, na busca. Eles querem resolver rapidamente. (Relato de L2)

Para N1, “é preciso trazer a Biblioteca também para a era digital. A gente vê que hoje em dia o mundo está muito voltado digitalmente”. Ainda sobre sua visão: “Porque, querendo ou não, eu penso, como público, que hoje em dia acaba sendo muito mais fácil a gente abrir um Kindle, mesmo num espaço físico”. Quando, adicionalmente, inquerido com as perguntas “Você acha que as pessoas querem ler livros físicos ainda? Ou não? E como fica a Biblioteca diante disso?”, N1 informa:

Eu acho que sempre vai ter espaço. Isso é uma crítica tão engraçada... Porque antes falavam de uma crise na leitura, falavam que a gente ia perder os livros por conta do cinema... E eu acho que dá para andar com os dois muito bem juntos. (Relato de N1)

L1 entende que a pandemia teve impacto no hábito de consumo de informação das pessoas, conforme afirma:

Na pandemia a gente ficou preso, com as telas na mão. E a gente se acostumou, de alguma forma, a ler na tela muito mais do que a gente tinha antes, né? Então acho que agora as pessoas já conseguem ler com mais facilidade nas telas. Não acho que substitui, porque há estudos que dizem que ler no papel aciona diversas áreas do cérebro. Podemos pesquisar os prós e os contras de cada tipo, sabe?(Relato de L1)

Sobre esse ponto, L1 considera que, embora as pessoas tenham aumentado o hábito da leitura em tela, tiveram que lidar com uma dificuldade adicional de concentração, então, seria papel das bibliotecas também oferecer um espaço que favorável ao aprendizado, longe dos apelos do mercado:

Então, assim, grandes empresas estão fazendo de tudo para que você, para que eu, para que a gente fique em determinada posição, em determinado estado, que é com a tela na frente, consumindo, consumindo informação, é

isso. Eles querem que a gente faça isso o tempo todo e gastando dinheiro. Porque aí você tem todos os posts patrocinados, né? As empresas, todas por trás. É tudo dinheiro, né? E aí você tem a Biblioteca, que é um espaço em que é possível você ter acesso a um bem cultural que é isento disso. Sem a oferta de produtos o tempo todo. Quando você abre um livro físico, não tem nenhum pop up surgindo ali que vai ficar te oferecendo um produto, um serviço. É você e aquele objeto. E isso é muito valioso, não é? (Relato de L1)

Vale relembrar também que tanto N2 como L1 destacam a importância do papel das Bibliotecas no combate às *fake news*³¹. Embora esse argumento tenha sido levantado no Eixo 1, sobre o incentivo à leitura em perspectiva de crítica/emancipadora, converge nesse ponto sobre como entendem o papel da biblioteca no contexto da era da informação e do conhecimento. Assim, destaca-se a fala de L1: “*A gente vai conseguir resolver o problema das fake news, da desinformação? Não, porque está aí, está posto. Só que eu acho que a gente precisa conscientemente ter ações que vão contribuir para o combate a elas*”.

Portanto, no que se refere à era da informação e do conhecimento, os gestores sinalizaram algumas percepções sobre possíveis impactos na leitura e o papel da biblioteca nesse cenário. De maneira geral, percebem que a BPMEG teria perdido a centralidade diante da proliferação das informações, mas deveria atuar como instituição que salvaguarda informações confiáveis. O cenário é lido também como de alta concorrência aos livros, com mudanças inclusive para a forma de leitura (mais rápida, menos concentrada), agora realizada com apoio das telas. Nesse contexto, a BPMEG deveria ao mesmo tempo se adaptar e prover acesso a experiências que favoreçam o aprendizado no espaço da biblioteca.

As impressões desses gestores convergem para os achados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”. De acordo com o estudo, mais de 80% dos entrevistados afirmam que gostariam de ter lido mais, sendo que, desses, quase metade explicou não ter lido mais por falta de tempo. Porém, a pesquisa indicou também, quanto à forma de gastar o tempo livre, um salto expressivo no percentual daqueles que responderam usar a internet. Somente 20% dos entrevistados afirmaram que leem livros em seu tempo livre. Segundo a pesquisa, as atividades mais realizadas na internet são relacionadas ao uso para comunicação, como troca de mensagens e redes sociais.

Badia (2023) entende a relevância das bibliotecas na “sociedade do conhecimento” lembrando que as tecnologias da informação também trazem em seu bojo novas formas de exclusão e, por isso, seria importante que as bibliotecas auxiliassem os cidadãos a adquirirem

³¹ Informações falsas divulgadas em massa, como se fossem verdades, em plataformas digitais.

competência para o manejo, alfabetização digital e apoio à aprendizagem. Assim também é o que entende David Lankes (2016), o qual defende que as bibliotecas públicas devem colaborar para a democracia ao promoverem a transparência, o acesso e uso da informação para todas as pessoas.

Maria Conceição Carvalho (2014) afirma que seria preciso repensar o papel das bibliotecas devido à própria complexidade da cultura “em tempos em que prevalecem a comunicação instantânea que desmerece a reflexão, a palavra abreviada e os textos fragmentados” (Carvalho, 2014). Para a autora, não seria razoável considerar que um possível remédio para o decréscimo da leitura em perspectiva democrática seria aumentar o número de “leitores fracos” e hábitos de leitura aligeirada, que apenas produziriam a falsa impressão de estar “informado”. Contudo, assim como sinalizado pelos entrevistados, para Carvalho (2014), a existência dessa sociedade digital não significaria o fim da importância das bibliotecas. Para ela, esse cenário traria inclusive novas possibilidades, tal como a de interação entre leitores e autores durante o processo de escrita. Mas, para que fossem observados resultados favoráveis, seria preciso que as bibliotecas se solidificassem como espaços de encontro, compartilhamento e debate.

Quanto à questão “*Existe um esforço para que a BPENMG esteja integrada às necessidades da sociedade e corresponda a essas demandas?*”, L1 informa que a BPENMG recebe essas demandas, esclarecendo:

A gente recebe muita pergunta no Instagram, pergunta por e-mail: “A biblioteca tem Wi-Fi? A biblioteca tem espaço para estudar? Qual que é o horário de funcionamento desse espaço?”. Então é isso, gente, é um serviço, é um serviço importante para a comunidade. E ficou mais importante ainda, eu acho, depois da pandemia, que as pessoas precisam desses espaços em que elas consigam concentrar. Longe, por exemplo, do celular, longe desse apelo. (Relato de L1)

O gestor N2, usando a Biblioteca Mário de Andrade como referência, pela semelhança em termos de estrutura e serviços, exemplifica que essa biblioteca de São Paulo recebeu, no mês de novembro de 2024, um prêmio como equipamento cultural mais importante da cidade por realizar uma mobilização social para entender a demanda do público que frequenta a biblioteca. Nas palavras de N2:

Estou querendo dizer, assim, que os serviços estruturados da Mário são muito semelhantes aos serviços estruturados que a gente tem aqui em Belo Horizonte também. Inclusive a Mário de Andrade ontem recebeu um prêmio como equipamento cultural mais importante de São Paulo, né? Uma biblioteca. Por conta dessa mobilização social que eles estão fazendo no

sentido de entender quais são as demandas desse público que está indo para a biblioteca. É guardar a mochila no escaninho porque deu checkout do hotel meio-dia e a pessoa está querendo esperar até às 18h nesse espaço para poder; enfim, né, ver uma exposição? É missão também? Antes eu pensava que não, hoje eu falo que é. (Relato de N2)

O exemplo e a reflexão sobre outras bibliotecas parecem servir como uma espécie de baliza aos gestores entrevistados na BPEMG no que se refere a essa integração com demandas da sociedade. L2 responde à pergunta da seguinte forma:

Existe um esforço para que a Biblioteca esteja integrada às necessidades da sociedade e corresponda a essas demandas?. Sim, a gente tenta acompanhar. A gente segue alguns órgãos de referência, a Biblioteca Pública Nacional, a gente faz esse acompanhamento, e de acordo com o planejamento anual mesmo, mas aí já vai mais de acordo com as funções ali do gabinete. (Relato de L2)

De maneira geral, no que se refere à questão do esforço, os entrevistados que responderam à questão parecem demonstrar interesse em corresponder às demandas da sociedade, embora tenham respondido mais com exemplos e intenções do que propriamente resultados da BPEMG. O olhar para esses outros equipamentos parece indicar caminhos que gostariam de seguir.

Embora o exemplo de outras bibliotecas possa inspirar, Carvalho (2014) chama a atenção para a necessidade de criação de modelos locais de bibliotecas, adaptados a cada realidade. Para a autora, a biblioteca deveria atuar como instituição social posta a serviço de sua comunidade. Da mesma forma, Castrillón (2003) defende que as bibliotecas funcionem a partir de projetos das próprias comunidades, servindo aos seus propósitos como meio de acesso e promoção da cultura letrada. Para David Lankes (2016), mais do que atuar em favor dos interesses da comunidade, esses equipamentos deveriam integrar-se a suas comunidades. Ou seja, em bibliotecas que favoreçam a democracia, mais do que prestar serviços à comunidade, seria de se esperar que a comunidade fizesse parte da biblioteca, sendo capaz de imprimir direcionamentos em favor do desenvolvimento mútuo (sociedade/biblioteca).

Quanto às questões voltadas mais especificamente à constituição da BPEMG como espaço social de aprendizagem, quais sejam: “*A BPEMG se entende como espaço social de aprendizagem e fomento à leitura crítica por meio do diálogo e da participação social?*” e “*Se existem, quais outras ações podem ser citadas, realizadas ou a serem realizadas na Biblioteca, para que ela seja um espaço social aberto, representativo e diverso na promoção do direito à leitura?*”, os gestores foram uníssonos ao entenderem que a Biblioteca Pública deve constituir-se como esse espaço, embora as falas indiquem sentimentos ambíguos, já que

o que se observa na prática é que as ações realizadas nesse sentido estão aquém da capacidade da oferta de serviços que a Biblioteca teria caso as condições fossem outras.

Assim, para N1, a BPEMG é um espaço de aprendizagem:

É porque, querendo ou não, ali é um espaço de educar, né? Um espaço de conhecimento. Então, por mais que seja algo cultural, em que acontecem eventos culturais, a Biblioteca também é um espaço de conhecimento que está ligado diretamente à educação. (Relato de N1)

Porém, N1 pontua que precisariam ser realizadas ações que colaborassem para que as pessoas fossem chamadas a ficar nesse espaço, listando algumas delas:

Olha, eu acredito que a Biblioteca, internamente, ela poderia puxar mais um conceito sensorial, para a pessoa querer permanecer no espaço e ter um layout que a valorizasse mais também.

[...]

É uma Biblioteca projetada por Niemeyer, então, assim, a gente tem que colocá-la como foco principal também até mesmo para expandir a arquitetura, fazer salas de estudo...

[...]

A gente precisa fazer uma pesquisa, olhar tudo e organizar tudo de uma forma, porque, mexendo em tudo, a gente vai chamar as pessoas para dentro. Mostrar, “olha, gente, a gente restaurou a Biblioteca, a gente está chamando vocês novamente para o espaço, tem acervos novos, a Biblioteca é 24h, a Biblioteca tem acervo digital”. (Relato de N1)

Em relação à visão de N2, quanto às ações realizadas dentro dessa perspectiva, destaca-se a fala:

Eu vejo a Biblioteca como um local de formação de comunidade, e essas comunidades vão se estruturando por meio dos clubes de leitura, das atividades formativas e tal. Então, mesmo tendo perdido a Sala de Estudos, no ano passado ou retrasado, eu dei orientação para a equipe para a gente criar o Espaço Geek, mas ele acaba funcionando como um espaço multiuso da Biblioteca. E tem clube de leitura, tem atividade formativa, cursos, palestras, oficinas, teatro também, porque acaba que o teatro antes era mais direcionado para os espetáculos teatrais, mas a gente está fazendo cursos lá também, porque aí você vai criando essa dinâmica de frequência da Biblioteca e tal. (Relato de N2)

Em relação a ações a serem realizadas, N2 também relata o desejo de alteração do layout: “Com vista linda, com iluminação natural, com poltrona confortável, com Wi-Fi integrada, toda climatizada, entendeu? Para ter um espaço confortável para as pessoas estarem aqui”. Além disso, explica que a magnetização do acervo e a instalação de totens viabilizaria a extensão do horário de funcionamento da BPEMG para 24h:

A proposta do acervo estar protegido (com etiquetas magnetizadas)... Suponhamos, vamos fazer lá no Anexo; faço no Anexo e tal, e aí tem um aplicativo que eu agendo, por exemplo, a entrada da Biblioteca. Com essa tecnologia, a Biblioteca pode funcionar 24h por dia, sete dias por semana, tendo só um porteiro que eu já tenho aqui na minha equipe de trabalho, entendeu, teria totem. Então ela poderia agendar e usufruir da Biblioteca em qualquer horário, sete dias por semana, 24h por dia, o projeto se chama, inclusive “Biblioteca 24h”. (Relato de N2)

Enquanto ação realizada, L1 destaca a experiência positiva no Setor Braille:

Tem umas experiências ali que eu acho que são muito interessantes. É como o trabalho do Setor Braille, porque o trabalho do Braille, ele é principalmente o serviço de voluntário no Setor Braille, que eu acho que é de uma preciosidade. Que ele consegue fazer com que se crie uma comunidade no setor, ali se tem uma comunidade. Então assim, você vê que o “Tempo para Ler”, que é um projeto que já está aí desde a pandemia, e ele continua, ele é tocado por voluntárias. Então são pessoas que se apropriam desse espaço, né? Desse espaço da Biblioteca, que querem contribuir e que vão tocar o projeto. E como eu trabalhei no Braille, eu vi muitas amizades surgirem ali naquele setor; não só entre o voluntário e o leitor cego, mas entre os próprios voluntários, não é? Então, assim, eu acho que é um projeto que não é só para os cegos, sabe? Ele é também para essas pessoas que são os voluntários e as voluntárias, que não são cegos, sabe? Então assim, eu acho que o Setor Braille, ele pode ser um exemplo. Um exemplo assim, porque ali é possível você experimentar, né? Como uma comunidade aberta, né? E aí você tem o clube de leitura. Eu estava na primeira reunião do clube de leitura do Setor Braille e foi uma coisa assim muito especial. (Relato de L1)

Chamada a complementar a resposta, inquerida com a pergunta “Isso das ações que já estão sendo feitas e alguma que você acha que poderia ser feita e que ainda não tem?”, L1 exemplifica:

É muito importante ter acesso a computadores e internet, é muito importante ter o lugar que a pessoa pode imprimir um currículo, pode, se bem que currículo hoje a gente nem imprime nada mais, mas imprimir alguma coisa que ela precisa, um documento, comprovante, isso é muito importante, mas eu acho que ali poderia ser o lugar do letramento digital. (Relato de L1)

A entrevistada L1 também considera importante que o espaço em si seja convidativo para que as pessoas se sintam à vontade para permanecerem no lugar e dá exemplos de bibliotecas no exterior:

A Biblioteca García Márques, na Espanha, tem uma perspectiva de acolher as pessoas. Então ela tem muita madeira, né? A madeira é muito acolhedora, é um edifício que tinha também muito vidro que conversa com o entorno, que a biblioteca fica numa praça lá, então conversa com o entorno. Então você, dentro da biblioteca, você olha, você vê a praça, você vê tudo,

ela não se fecha lá. Inclusive tem uma coisa muito legal que, uma das paredes de vidro, ela abre toda e aí eles colocam no telão e fazem o cinema integrado com a praça, sabe? Então é uma biblioteca que ela conversa com seu entorno, ela se abre, olha aqui, é uma biblioteca que se abre para sua comunidade, então ela abre até as paredes. E se coloca para as pessoas estarem ali naquele momento.

[...]

Conheci também uma biblioteca na Dinamarca, que é uma biblioteca monumental, né? Enquanto a García Márquez, na Espanha, ela é pequena, acolhedora, né? A Dokk1, na Dinamarca, é monumental. E ela nasce do desejo da comunidade. Aí eles usaram técnicas de Design Thinking, de muita participação da cidade. Dos cidadãos mesmo que iam usar para eles desenharem essa biblioteca. Então os espaços são muito amplos também, ela é toda de vidro. Porque ela fica na zona portuária da cidade, então é de tirar o fôlego. Assim, você chega e tem o sofá, assim que você pode pegar um livro e ficar lendo, olhando para o mar, é a coisa mais linda. No caso, não é só essa arquitetura pensada, a beleza não só do espaço interno, mas que integra o espaço externo também. (Relato de L1)

E acrescenta:

Tem também algumas experiências... Porque antes tinha isso, né? Do livro, “ah, não a planta vai contaminar e não sei o quê”. E agora já mudou essa mentalidade, né? Então, sim, eu acho que as nossas bibliotecas, elas precisam de verde, porque eu vi isso muito, né? Nas viagens que eu fiz, tem verde. Aí é claro que você não vai colocar um vaso de planta dentro da Mineriana, uma coleção de memória, sabe? Não é isso que a gente está falando. (Relato de L1)

Para a representante da Associação dos Amigos da Biblioteca, L2, o entendimento da Biblioteca como lugar de diálogo e participação social ganhou força com a atual diretoria da BPEMG. Assim, comenta:

Eu acho que isso ganhou força com o atual diretor, que ele tem essa pegada mais do social, de chamar a comunidade. A Biblioteca normalmente é muito interpretada como um lugar de silêncio, um lugar muito quieto, sabe? Eu acho que pensar a Biblioteca de forma diferente, integral, integrativa, se faz necessário porque as coisas estão mudando, as gerações são outras e tudo mais. (Relato de L2)

Como se percebe, os gestores compreendem a biblioteca como espaço social de aprendizagem, embora a tônica das respostas tenha sido em grande parte voltada para a atratividade do espaço físico. Os relatos englobaram ações de aprendizagem e debate que já acontecem no equipamento, como clubes de leitura, mas sinalizaram também o desejo de investimentos em informatização (como disponibilidade de rede, cursos para alfabetização digital, instalação de totens de autoatendimento), inclusive para a ampliação do horário de funcionamento da BPEMG. De todo modo, as falas parecem indicar que esses agentes de

algum modo valorizam a centralidade das pessoas no espaço, ou seja, consideram que a Biblioteca deveria ser um equipamento a serviço da necessidade da comunidade, inclusive em termos de bem-estar.

O desejo de que a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais seja um espaço moderno e convidativo não é novo. Como visto nos capítulos anteriores, esse desejo marcou inclusive a época de sua ideação, quando Juscelino Kubitschek a teria encomendado ao amigo Oscar Niemayer para que a projetasse grande, moderna, dinâmica e condizente com aquela época – em que Belo Horizonte experimentava um *boom* demográfico e urbano. Como alertado por Heliana Angotti-Salgueiro (2020), esse desejo de modernização, pelas vias da destruição do antigo e substituição pelo novo, marcou não só a cidade de Belo Horizonte, mas foi o mote de gestores brasileiros ao longo de décadas, sem, contudo, terem sido observadas mudanças perenes, capazes de alterar de fato a realidade.

Por outro lado, é necessário considerar que as bibliotecas, enquanto organismos vivos, devem adequar-se a cada tempo, como discutido na revisão teórica sobre assunto. Portanto, se os contextos mudam, as necessidades também, e é importante que as bibliotecas correspondam a essas demandas. Contudo, há que se refletir mais detidamente sobre quais seriam essas demandas, para de fato promover alterações significativas e perenes. A esse respeito, é válido retomar David Lankes (2016):

Um edifício sozinho não pode fazer nada. Simplesmente construir uma estrutura – não importa quão grande ou quão representativa da estética da comunidade ela seja – não basta. Abarrotar uma linda construção com uma quantidade enorme de livros não é fazer uma biblioteca. É preciso um compromisso da comunidade e um grupo de facilitadores dedicados a realmente transformar materiais de construção em conhecimento e comunidade (Lankes, 2016, p. 131).

Para essa adequação e correspondência às necessidades da comunidade, seria preciso que essa comunidade estivesse integrada à Biblioteca. Do contrário, não haveria porque pensar que algo realmente novo estivesse sendo feito, se o que se observasse, na prática, fosse a mera importação de valores de países centrais em uma realidade com limites e possibilidades próprias. Feita essa ressalva, é válido pontuar que o Manifesto IFLA 2022 informa que, em termos de estrutura física, os espaços das bibliotecas devem estar bem equipados e contar com áreas de leitura e estudo adequados, além de fornecer tecnologias relevantes e garantir horários de funcionamento convenientes aos seus usuários. Em termos de

serviços, as bibliotecas deveriam promover ações de desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, incluindo alfabetização digital para todas as idades em favor de uma sociedade democrática.

Porém, para que fosse possível esse comprometimento dos profissionais enquanto facilitadores, mediadores da construção de conhecimento da realidade, inúmeros obstáculos teriam de ser superados. Sendo assim, no caso da última pergunta desse grupo de perguntas feitas aos gestores, no Eixo 2, “*Quais obstáculos você identifica para a execução das ações de fomento à leitura na Biblioteca como espaço social de aprendizagem?*”, pela convergência com os relatos trazidos no Eixo 1, a respeito das reais possibilidades de democratização do acesso ao livro e à leitura pela BPEMG, serão aqui destrinchadas as falas de N2 e L1, que delineiam mais propriamente a situação quanto à constituição da BPEMG como espaço social de aprendizagem.

A esse respeito, as colocações de N2 são elucidativas sobre como a questão do acervo crescente é crítica para esse intento:

Antes da pandemia, lá em 2017, 2018, antes de o Anexo fechar para reforma, a Biblioteca dispunha de uma sala de cursos que as pessoas agendavam o espaço e iam para fazer suas trocas, fazer workshop, “ah, estou precisando fazer um encontro do meu grupo de pesquisa e tal”, então, aí tinha essa sala, que era um agendamento simples. Era uma sala com ar-condicionado que ficava lá no Anexo, depois da passarela cultural, tinha mesa, cadeira, internet, lousa... E aí, durante a obra de revitalização do Anexo, a edificação começou a ceder, e aí a gente entrou em contato com os órgãos responsáveis. É uma viga de dilatação que começou a abrir muito em função do peso do acervo, e aí a gente teve uma orientação dos órgãos técnicos responsáveis de redimensionar o acervo de livros da Biblioteca em um terço da sua carga. Então, para quem não sabe da Biblioteca, são dois blocos no Anexo, um voltado para Bias Fortes e um para Gonçalves Dias. Esse bloco da Gonçalves dias é onde tinha a sala de estudos, sala de grupo, na verdade, que ela hoje está totalmente tomada pelo acervo por conta dessa necessidade de fazer esse redimensionamento porque a edificação estava correndo risco de ser comprometida, enfim. O problema, ele foi sanado, mas nisso a gente traz outro problema que é perder mais um espaço que era dedicado para que as pessoas usufríssem o que essa biblioteca é que é justamente isso aqui, né, como que a Biblioteca vai ser um espaço social aberto, representativo e diverso na promoção do direito à leitura se eu não disponibilizar uma sala para uma pessoa fazer uma reunião? (Relato de N2)

E complementa sobre o quadro: “*Hoje o acervo está tomado de uma forma tão absurda no Anexo que tem prateleira que tem as pilastras de sustentação, que uma pessoa com mobilidade reduzida ou com cadeira de rodas não consegue ter acesso à estante por exemplo*” (Relato de N2).

Da fala, apreende-se que a questão do acervo crescente compromete substancialmente as possibilidades de oferecimento de um espaço adequado, inclusive em termos de acessibilidade. Para sanar esse problema, além de recursos para remodelamento do *layout*, seria preciso uma mudança em termos de cultura de gestão do acervo (por ele chamada de contaminação do acervo de memória, que seria a necessidade de conservação acima da gestão para o uso). Nas palavras dele:

Eu posso te assegurar que o problema não é o tamanho da Biblioteca, porque eu tenho visto exemplos de outras bibliotecas que cada vez mais o foco não está no acervo, o foco está no ser humano que vai usufruir desse acervo. Tanto que os problemas que a gente tem de ordem de manutenção predial da Biblioteca hoje é que essa contaminação do acervo de memória em todos os setores, por exemplo, né, foi colocando livro no acervo das estantes do Anexo sem pensar a carga que o prédio suporta. (Relato de N2)

Além disso, a falta de recursos financeiros e de pessoal tem impactos sensíveis nas possibilidades tanto de ampliação do horário de funcionamento quanto da própria oferta de serviços que seriam importantes para a constituição da BPEMG como espaço social de aprendizagem, conforme explica:

O projeto de modernização tecnológica é importante porque tem uma questão de contingente muito baixa de servidores, então eu preciso de quê? Trazer a tecnologia para a instituição, para eu tirar a sobrecarga do setor de atendimento e deixar que os técnicos de cultura, os gestores de cultura e os bibliotecários em exercício aqui façam um trabalho mais adequado, que é o de mediação da leitura. Porque, se não, a pessoa fica onde? No balcão de atendimento. Não consegue nem sair do balcão para poder, sei lá, fazer uma indicação literária e tal, e aí esse trabalho de ponte entre o leitor e o livro que está na estante às vezes fica com o estagiário que, ok, desenvolve trabalhos incríveis, não estou reclamando disso, mas que é insuficiente, porque os técnicos de cultura mesmo, que poderiam estar contribuindo mais com a instituição, ficam ali na lida mecânica de trabalho.

[...]

Mas tem um custo, né, que são os totens de autoatendimento, as antenas de proteção que ficam nas portas e a magnetização de pelo menos o setor de empréstimo. Então, o gargalo que a gente tem com relação a esse projeto hoje é a captação de recursos mesmo porque isso eu não tenho essa articulação com a captação, o que eu pude fazer eu já fiz. (Relato de N2)

Além da dificuldade em captar recursos, a projeção é que a situação da gestão de pessoal agrave ainda mais o quadro:

Então, um gargalo: recomposição de equipe. Se a gente, assim, a pessoa aposentou hoje, amanhã chegasse um servidor, ia ser perfeito. Mas como as aposentadorias estão ocorrendo, não tem perspectiva de concurso nem de criação de novos DADs, de cargos comissionados, pra gente recompor esses postos que estão sendo perdidos. A instituição, ela vai mitigando e vai se enfraquecendo mesmo. (Relato de N2)

Quanto às percepções de L1, foram transcritos os trechos a seguir:

Eu acho que muitas vezes, eu já escutei isso, antes da pandemia, as pessoas precisam desse lugar para estudar, esse lugar para estar longe, longe da família, longe de outros apelos... Às vezes a pessoa fala: “Ah, se eu ficar em casa, eu vou ficar só indo na geladeira, eu vou dormir”. Então, ela precisa de um lugar que enseje o estudo, sabe? Ela precisa de um lugar, é o que ela precisa. Por isso que a sala de estudos da biblioteca estadual é tão importante. (Relato de L1)

Perguntada sobre como ela avalia a situação desse espaço na BPENG, ela conclui:

Está péssima. Qual é o conforto que tem naquela sala? Eu não estou dizendo, que é o que precisa ficar claro, que isso é culpa das pessoas que estão lá, das pessoas que administram a Biblioteca, não, imagina. Pelo amor de Deus. Não é isso, porque elas estão fazendo o melhor possível. Elas estão tirando leite de pedra. Ontem, inclusive, eu escutei isso de uma pesquisadora lá da Hemeroteca. Ela falou, “nossa, a equipe da Hemeroteca, eles fazem tudo na unha”. Eu falei, “é”. É tudo na unha, sabe? Então, assim, é muita precariedade para administrar. Então assim, o que seria ideal era ter um espaço com isolamento acústico. Se as pessoas querem um espaço em que elas vão para estudar, é isso que elas precisam. [...]

Então aí outras coisas, o espaço de encontro, ela pode ser também esse espaço para clube de leitura, para cinema, para outras linguagens, porque acho que talvez a gente ainda não tenha se atentado aqui no Brasil, né? Eu não tenho lido nada sobre isso. Às vezes até sabe, mas é a sensação de solidão das pessoas, sabe? Então a gente vê alguns artigos, algumas matérias falando do papel das bibliotecas, das bibliotecas públicas, como esse espaço em que as pessoas vão se sentir menos solitárias. Principalmente as pessoas mais velhas, as pessoas idosas. E a Biblioteca pode ser esse espaço para essas pessoas. Então pode ser esse espaço do encontro. (Relato de L1)

A fala a seguir sintetiza a visão de L1 sobre a situação da BPENG no que se refere aos gargalos para a execução de ações de fomento à leitura a partir da biblioteca como espaço social de aprendizagem:

Seria esse o nosso papel, né? É a biblioteca pública, a biblioteca para toda a vida. É, eu acho isso muito bonito. Muito bonito. Só que o que é que nós temos hoje nesse cenário? Alguns espaços muito precários, abarrotados de livros velhos, com uma equipe muito perdida, que não sabe como lidar com esse paradigma antigo do acervo e não conseguindo desenvolver outro tipo de biblioteca, implementar um outro tipo de biblioteca. (Relato de L1)

Diante do exposto, percebe-se que as falas dos gestores convergem para a necessidade de alterações na forma de atuação da Biblioteca para que ela se ressignifique. Contudo, ainda que desejem outro tipo de biblioteca, parecem demonstrar um sentimento de frustração por falta de condições fáticas para que as ações nesse sentido sejam fortalecidas e ampliadas.

Conforme apontado por Freitas e Silva (2014), pela carência de recursos financeiros, estruturais e até metodológicos, típica das bibliotecas públicas brasileiras, ao contrário de serem equipamentos que atuariam em favor da sociedade, as bibliotecas acabam se tornando grandes depósitos de livros. A situação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais não parece muito diferente do que apontam esses autores, de acordo com os achados desta pesquisa de dissertação. Contudo, é fundamental que se supere esse paradigma para uma efetiva colaboração da Biblioteca com a sociedade.

Assim afirma David Lankes (2021), ao defender que, para que as bibliotecas públicas colaborem para a construção de um mundo melhor, é preciso que incorporem narrativas de sua comunidade, que colaborem para que as pessoas sejam criativas e economicamente prósperas. Então, seria preciso que as bibliotecas não se contentassem apenas em observar a dor, o sofrimento e a privação direitos, em uma postura passiva e (quando muito) “distrair a comunidade através de leitura e diversão. Para o autor, seria preciso que as bibliotecas se comprometessem em empoderar as vozes da comunidade, que auxiliassem a sociedade a buscar a verdade, entre tantas informações disponíveis hoje, e que colaborassem para que as pessoas soubessem manejar e usufruir dessas informações para alcançar níveis maiores de compreensão do mundo, posicionando-se diante dele, com impactos reais em suas vidas e em sociedade.

Continuação da análise de dados do EIXO 2: Perspectiva dos gestores da BPENMG

Neste grupo de perguntas do Eixo 2 foram coletados também dados de realidade a partir da análise documentais dos depoimentos de duas representantes de um Clube de Leitura que funciona no espaço da Biblioteca. Na resposta à primeira pergunta, “*Por que vocês criaram um Clube de Leitura de livros?*”, elas explicaram que o Clube de Leitura surgiu em razão do desejo de aprofundamento e compartilhamento de leitura e estudos, conforme consta nos excertos:

A gente queria um clube para estudar teoria feminista e que tivesse ali também um espaço para que, principalmente as mulheres, pudessem, além de ler, falar, se quisessem, sobre suas experiências e tudo mais. Então, é um clube em que a gente optou pela diversidade, em termos de gênero e sexualidade. (Relato de N3A)

Então, esse processo de compartilhar é muito importante por quê? Porque são textos muitas vezes difíceis e ao mesmo tempo são textos que mexem

muito com a gente internamente. Então, assim, são textos que têm a ver com questões coletivas, mas individuais também. Então, quando você compartilha, você tem ali um grupo de pessoas que está mais ou menos naquela mesma frequência de leitura, de entendimento, de vontade de mudar o mundo, de viver outras coisas. (Relato de N3B)

Como visto, as entrevistadas sinalizam o desejo de mudança de mundo destacando a potência da leitura em uma experiência compartilhada. Conforme apontado por Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996), em discussão sobre a formação da leitura no Brasil, a leitura individual, “domesticada no seio das famílias”, está ligada a um modelo de sociedade que começou a ser propagado nas origens do liberalismo burguês, em contraposição a estruturas sociais maiores e comunitárias. Segundo as autoras, um modelo útil à manutenção do sistema, já que, em pequenos núcleos isolados e despolitizados, os indivíduos perdem força política de oposição.

No que se refere ao lugar escolhido para a realização dos encontros, em resposta à segunda pergunta, “*Por que o Clube de Leitura funciona na BPEMG?*”, essas representantes esclarecem:

A gente pensou em duas possibilidades. A primeira delas seria um lugar público, mas em que a gente tivesse uma proteção caso fosse um dia que estivesse chovendo e tal, então pensamos, vamos para um lugar público em que a gente possa fazer esses encontros lá. A gente também pensou em lugares menos formais. Mas aí a gente pensou... As pessoas trabalham, não vai poder ser tão cedo, então começamos a ir pensando assim e aí chegamos à escolha da Biblioteca. (Relato de N3A)

É seguro, isso é importante também. Porque é importante pensar na segurança em um grupo de mulheres. Então tá, pensando na Biblioteca foi isso, foi pensando num espaço seguro, num espaço gratuito, que teria acesso sem precisar pagar nada. (Relato de N3B)

Das falas, destacam-se pontos como o fato de ser um lugar público e seguro, além de funcionar como uma espécie de abrigo a intempéries do tempo. De acordo com Bernardino e Suaiden (2011), a própria palavra “pública” já denota os termos que devem caracterizar as bibliotecas públicas, ou seja, locais livres, abertos, democráticos e socializadores. No que se refere ao funcionamento no contraturno, o Manifesto IFLA (2022) elenca a necessidade de funcionamento em horários convenientes para os seus usuários. Nesse ponto, ressalva-se que, para o funcionamento do Clube, a BPEMG libera um espaço para que as integrantes o ocupem, mas não há serviços de mediação. Durante os encontros, mantém-se no prédio apenas o profissional que já é contratado para fazer a vigília noturna do equipamento.

Por fim, inqueridas com as perguntas “*Como tem sido a experiência do Clube de Leitura na BPEMG? Quais são as dificuldades e potencialidades que vocês identificam nessa relação entre o Clube de Leitura e a BPEMG?*”, elas responderam:

Pensando num clube de estudos que iniciou da gente, que a gente já sabia que não haveria esses livros na Biblioteca, porque são livros específicos que ainda não se têm em bibliotecas públicas, textos feministas são mais difíceis. Então, a gente entendeu que muitas pessoas não têm ou mesmo não gostariam de ter, mas essas pessoas têm que ter acesso. Então, como a Biblioteca não têm os livros, o que a gente pensou... cada livro a gente vai tirar um ensaio ou um capítulo que já está disponível na internet para ele ser de base para as nossas discussões. (Relato de N3A)

Como visto, uma das dificuldades sinalizadas é que, apesar de o Clube funcionar na Biblioteca, a despeito do enorme acervo, as próprias representantes do Clube precisam providenciar o acesso ao conteúdo utilizado pelo grupo. Assim também explica N3B:

A gente vai fazer algo como pegar um capítulo e escanear. Obviamente não vamos escanear a obra inteira, mas vai ter uma referência que a gente vai oferecer para que todos tenham acesso à discussão básica daquela autora. Então, dito isso, no nosso primeiro encontro, tinham três funcionárias da Biblioteca participando, e elas inclusive colocaram como possibilidade a gente fazer uma lista, que elas achavam muito interessante, que viessem da gente também algumas sugestões para a aquisição da Biblioteca. Isso foi um ponto muito positivo das funcionárias. Eu não sei se podemos dizer que foi uma postura da Biblioteca em si ou foi por essas funcionárias serem mulheres que têm uma prática, digamos assim, talvez, feminista. Que é de oferecer acessibilidade, discutir questões das mulheres e tudo mais. Então, isso foi uma coisa muito positiva. Só que agora a gente está indo para o quarto encontro e o que eu percebo? O Clube não está integrado à Biblioteca, a Biblioteca não integrou o grupo. (Relato de N3B)

Embora tenha sido sinalizada a possibilidade de os livros serem adquiridos pela própria Biblioteca, nenhuma ação nesse sentido havia de fato sido realizada. Conforme já explanado, é fundamental que as bibliotecas mantenham acervos diversos e que atendam à necessidade do público, conforme consta também nas diretrizes da IFLA.

Adentrando na questão sobre a falta de uma verdadeira integração com a BPEMG, as falas a seguir são elucidativas:

O que acontece é: o nosso grupo tem um espaço na Biblioteca, não está integrado a ela. Então, assim, não sei o nosso clube na programação da Biblioteca... Pediram, por exemplo, que discutíssemos a obra de alguma mulher negra no mês de novembro, e aí a gente fez isso e isso não significou nada. A funcionária pediu para que no mês de novembro a gente colocasse uma autora negra por causa do mês da consciência negra. Um texto de uma mulher negra, como se fosse assim, para entrar na programação. E colocando isso como se fosse assim, vai fazer parte da programação da Biblioteca. E na verdade não. Não teve nenhuma divulgação. Não teve nenhuma articulação com a gente.

[...]

É, como se fosse assim... Quando a gente pediu um lugar parecia que, para elas, o Clube ia fazer parte de algo que a Biblioteca queria fazer para a diversidade, mas na verdade não. A gente se reúne ali num canto e é isso. (Relato de N3A)

Em geral, as falas dessas entrevistadas convergem em impressões similares e complementares sobre as perguntas feitas. Assim, N3B reiterou a percepção de uma falta de integração real entre o Clube e a Biblioteca, ao mesmo tempo em que sinalizou que, caso essa integração fosse fortalecida, percebe que haveria ganhos para o Clube e para a Biblioteca. Sobre essa percepção, destaca-se a fala de N3B:

Não tem uma integração, porque o que eu imagino que a gente está falando aqui é isso. Se a Biblioteca nos entende como parte da programação, isso é veiculado. E é uma ajuda mútua, né, porque se ela divulga o nosso grupo, ela vai atrair pessoas que não têm acesso diretamente ao nosso Instagram, à nossa rede de divulgação, que é por meio de formulário de inscrição que você recebe e fica lá no meio dos e-mails, e a pessoa recebe a nossa programação. Então, outras pessoas seriam atingidas por isso e, também, a gente estar ali incluída em uma programação, a gente está atraindo pessoas para a Biblioteca, né? Pessoas que vão em busca daquela temática, pode ser a primeira vez que entram na Biblioteca Pública, pode ser a primeira vez que tenham a noção de que ali você pode pegar livros, basta fazer uma carteirinha e que você pode ter acesso a isso e é um lugar de estudos, você pode ir para estudar, e fica por dentro de outras programações da Biblioteca também. Então, integrar, nesse sentido de nos incluir oficialmente na programação, seria bom para todos os lados. (Relato de N3B)

Conforme discutido ao longo desta dissertação, uma integração de fato com a comunidade traria benefícios mútuos, conforme apontam Bernardino e Suaiden (2011). Para os autores, de forma integrada, a sociedade colaboraria para o desenvolvimento da biblioteca e a biblioteca potencializaria o desenvolvimento da sociedade, em uma relação “ganha-ganha” no objetivo de promoção da leitura.

No que tange à estrutura física, as representantes do Clube de Leitura destacaram deficiências em termos de estrutura tecnológica, como na fala de N3A:

A gente vai precisar, para o encontro de dezembro, de um projetor para a gente poder usar na discussão... A princípio, a sala que a gente está não tem acesso à internet, e aí a gente teria que migrar para outra sala, que é onde acontecem outros eventos também e que lá parece que seria possível ter esse projetor. E aí tem todas essas burocracias de tentar fazer aquela requisição e tudo. Eu acho que essas coisas assim que vão ser necessárias para alguns encontros, talvez a gente consiga oficializar isso para os encontros, para a gente sempre ter disponível, quem sabe, seria legal. (Relato de N3A)

Além do provimento de estrutura tecnológica nas bibliotecas ser uma obrigação legal disposta nas normativas que orientam o funcionamento das bibliotecas públicas, pelo menos

desde os anos 1990, devido a pressões internacionais em razão dos avanços tecnológicos que ocorriam no mundo (Fernandez, 2016), Badia (2023) chama a atenção para o fato de que, na “sociedade do conhecimento”, é indispensável que as bibliotecas disponibilizem a infraestrutura tecnológica necessária para manejo e uso da informação, além de apoio à aprendizagem.

Conforme sinalizaram essas representantes, o que é possível alcançar com a realização do Clube de Leitura na Biblioteca não é somente em termos de abrigo e segurança física para a realização dos debates: *“Não é que ali a gente sente segurança só no sentido de proteção contra uma violência física, é a segurança de sentir-se à vontade para falar”* (Relato de N3B).

A Biblioteca, como espaço social de aprendizagem, atua como uma espécie de incubadora, fortalecendo a leitura crítica e o debate, mas é possível que, a partir dessa profusão de ideias, que é fortalecida no espaço da Biblioteca, a discussão se expanda e tenha impactos para além dos muros da Biblioteca. Para elas, essa também seria uma potencialidade da relação entre o Clube de Leitura e a Biblioteca:

Então, isso também me faz pensar, por exemplo, na própria seriedade das pessoas que buscam esse grupo. São pessoas para quem a leitura dessas teóricas não é só uma leitura para se ter uma informação a mais, são pessoas que fazem essas leituras muito profundamente. Então, assim, as nossas conversas são transformadoras, mexem com a gente. (Relato de N3A)

Não é que essa discussão seja restrita a esse grupo. Na verdade não. É para todo mundo. Mas é a especificidade do encontro, dessas questões de segurança, de estar à vontade, enfim. Mas que isso, que as reflexões dali se expandam e ganhem sentido em todas as esferas. (Relato de N3B)

Acerca da importância de que o poder público fortaleça iniciativas como esta na BPEMG, é válido retomar Silvia Castrillón (2003). Para a autora, uma política pública de leitura e escrita deve ser produto de uma inter-relação com a sociedade; enquanto esta imprime no Estado seu dinamismo, o Estado trabalha e compromete-se com a promoção da leitura enquanto direito essencial da pessoa no mundo contemporâneo. Dessa forma, o Estado assume uma postura ativa que “ajuda a modelar, conduzir e projetar a sociedade, cumprindo com o fim último para o qual existe: promover o bem comum e o pleno desenvolvimento de todos” (Álvarez, 2002 *apud* Castrillón, 2003, p. 28).

3.4.2 Breves conclusões sobre os achados da análise

Dentre os achados levantados na análise, destaca-se a situação crítica do acervo de livros. Apesar de ser um acervo crescente, ele não é constituído essencialmente por uma postura ativa da Biblioteca, mas por doações. As iniciativas de aquisição de livros diversificados e contemporâneos não correspondem a uma ação consistente da Biblioteca. Juntamente com a urgente necessidade de desbaste, dado que o acervo se acumula nas prateleiras comprometendo, inclusive, a estrutura do prédio, é preciso que se repense a gestão desse acervo, para que seja adequadamente dimensionado e, de fato, corresponda às necessidades do público.

Os gestores também sinalizaram a dificuldade em lidar com o contexto altamente complexo de pulverização de informações decorrente da ampliação e difusão das mídias digitais. As dificuldades seriam não só do público, mas também das equipes, já que a rapidez da transmissão e o consumo das informações comprometeriam a capacidade de identificação de conteúdos confiáveis e verídicos. Esse fator, associado a outras dificuldades leitoras, atuaria como óbice à atuação dos profissionais da Biblioteca. Também sobre o contexto contemporâneo, os atores entrevistados identificaram um descompasso da Biblioteca em relação à era digital. A obsolescência tecnológica é percebida em computadores antigos e rede de Wi-Fi escassa, o que compromete as possibilidades de oferta de serviços adequados para acesso e uso de informações no processo de formação do conhecimento na Biblioteca.

Os agentes entrevistados relataram também a dificuldade de a Biblioteca constituir-se como espaço social de aprendizagem devido à baixa atratividade do ambiente em si. Além de tomados pelo acervo, os espaços da Biblioteca carecem de integração, modernização do mobiliário e *layout* propício à realização de debates. Soma-se a isso a visão das representantes do Clube de Estudos, que indicam que, apesar das boas intenções de funcionárias da Biblioteca, não sentem que houve uma verdadeira integração com a Biblioteca e nem muito menos foram chamadas a participar de qualquer iniciativa de planejamento ou avaliação dos serviços da Biblioteca. Mesmo a ideia de uso dos espaços da Biblioteca para a realização das atividades do Clube foi inspirada na divulgação de outro Clube de Leitura, e não de qualquer chamamento à comunidade para esse uso partindo da própria Biblioteca.

A fim de mitigar os entraves levantados nesta seção, foi proposto um Plano de Ação, apresentado e detalhado no próximo capítulo, levando em consideração os depoimentos

analisados sob a baliza do referencial teórico em favor da democratização do acesso ao livro e à leitura e da constituição da BPEMG como espaço social de aprendizagem.

4. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA BPEMG

Diante do que foi apresentado até aqui, notou-se que a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais presta serviços à comunidade que são ligados à democratização do acesso ao livro e realiza eventos e atividades para promoção da leitura em seus espaços. Contudo, historicamente, o equipamento cultural enfrenta problemas, como a falta de recursos para encampar e fortalecer os seus projetos. O contexto histórico também antecipa entraves estruturais do país, como a dificuldade em fazer com que a apreensão da cultura letrada em seu potencial emancipador chegue a todos indistintamente. Questões culturais fazem com que o hábito da leitura permaneça associado a grupos restritos, ao passo que características sociais limitam as chances de desenvolver esse hábito em plenitude, já que uma série de direitos associados à fruição da leitura também são desigualmente distribuídos.

Se historicamente as bibliotecas no Brasil já enfrentavam dificuldades no cumprimento de suas finalidades, vale ressaltar que o cenário atual adiciona novos elementos e torna ainda mais complexo o contexto em que estão inseridas. As novas tecnologias da informação, longe de levarem a uma verdadeira democratização do conhecimento, podem apenas reforçar o *status quo* vigente caso não sejam promovidas ações intencionais de combate às desigualdades, inclusive diante do risco de agravamento das distâncias entre os grupos, por exemplo, com a exclusão digital. Por isso, é fundamental que sejam promovidas políticas públicas para a mitigação do quadro. Se é verdade que as medidas a serem adotadas nesse sentido extrapolam o escopo de ação das bibliotecas públicas, é de se considerar também que às bibliotecas cabe a colaboração com elas, dentro de seus limites de atuação.

No que compete à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, conforme demonstrado na análise de dados empíricos, adiciona-se à falta de recursos financeiros e de pessoal, a dificuldade de gestão do acervo, a obsolescência digital e de *layout*, além dos obstáculos à modernização e ampliação dos serviços. Todos esses fatores dificultam a atuação dos gestores da BPEMG, que, apesar de bem intencionados, não conseguem levar a cabo grande parte dos intentos de democratização de acesso ao livro e de constituição da BPEMG como espaço social de aprendizagem.

A fim de colaborar para que esses obstáculos da BPEMG sejam mitigados, este capítulo é dedicado a apresentar um Plano de Ação. Seguindo a organização deste trabalho de dissertação, o Plano está estruturado em dois eixos. Para a elaboração do Plano foi utilizada a ferramenta denominada 5W2H. De acordo com Marcelo Nakagawa, do Instituto Insper, o 5W2H é uma ferramenta de gestão também conhecida como Plano de Ação. Apesar de amplamente utilizada no campo da gestão, não há consenso sobre quem a desenvolveu. Contudo, seu uso se popularizou como apoio para tomada de decisões, organizando os principais elementos para orientar a implementação de um plano. A sigla 5W2H deriva de palavras em inglês que elencam as perguntas a serem respondidas para que o Plano de Ação seja implementado. São elas: “What” (O que deve ser feito?); “Why” (Por que deve ser implementado?); “Who” (Quem é o responsável pela ação?); “Where” (Onde deve ser executado?); “When” (Quando deve ser implementado?); “How” (Como deve ser conduzido?); “How much” (Quanto vai custar a implementação?).

Antes de adentrar na ferramenta 5W2H, foi necessário retomar os principais gargalos identificados na investigação empírica e que ensejaram a escolha das ações estruturantes. O quadro-síntese a seguir elenca, portanto, os eixos temáticos utilizados na pesquisa, os principais achados do campo empírico, bem como as ações propostas. No total, foram propostas quatro ações, sendo duas para cada Eixo. Na sequência do quadro-síntese, foi utilizada a ferramenta 5W2H para cada uma das ações, seguidas de um breve texto descritivo para cada uma delas, a fim de detalhá-las no Plano de Ação.

Quadro 5 – Ações propositivas por eixo de análise

Eixos de análise	Principais barreiras identificadas	Ações propostas
Democratização do acesso ao livro e à leitura	- O crescente acervo de livros da BPEMG é devido, em grande parte, a doações; não é um acervo contemporâneo ou necessariamente correspondente às demandas do público, além disso, os livros se acumulam nas prateleiras, comprometendo inclusive aspectos físicos do prédio. - A pulverização de informações, com leitura aligeirada, e dificuldades leitoras de toda ordem dificultam a atuação dos profissionais da Biblioteca para auxílio no processo de formação leitora em seu potencial emancipador e democrático.	Ação 1: Melhoria da gestão do acervo: Alteração da gestão do acervo para que se torne mais diverso, contemporâneo e adequado às necessidades do público. Esta ação envolve a aquisição de títulos novos, o monitoramento da quantidade e qualidade dos livros e a realização mais efetiva do desbaste do acervo. Ação 2: Programa de formação continuada: Esta ação contempla a formação continuada de profissionais da Biblioteca e da sociedade civil para atuarem como mediadores do conhecimento; inclui também a oferta de cursos de leitura e escrita à população, abrangendo o letramento digital.
Fomento à leitura na Biblioteca como espaço social de aprendizagem	- Os computadores são poucos e obsoletos, a internet é precária e a rede de Wi-Fi é insuficiente para a cobertura do prédio. Essa carência de infraestrutura tecnológica dificulta a promoção da inclusão digital, do acesso e do uso das informações para a construção do conhecimento. - O <i>layout</i> da Biblioteca não colabora para que os serviços estejam integrados e não há espaços suficientes que favoreçam a leitura compartilhada e o debate. As demandas de uso do público não são atendidas a contento.	Ação 3: Modernização tecnológica: Modernização da infraestrutura tecnológica dos prédios e serviços da BPEMG. Esta ação inclui a compra de computadores novos e a ampliação e melhoria da rede de internet e Wi-Fi. Ação 4: Adequação do <i>layout</i> e divulgação à comunidade: Esta ação contempla a redistribuição dos espaços para que estejam mais integrados, devidamente adequados às normas de acessibilidade e às necessidades de uso pelo público, destinando área própria para a realização de estudos e debates.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 AÇÕES PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO E À LEITURA PELA BPEMG

As ações propostas para o Eixo 1, “Democratização do acesso ao livro e à leitura”, são duas: “Ação 1: Melhoria da gestão do acervo” e “Ação 2: Programa de formação continuada”. Para cada uma das ações, são apresentadas respostas às perguntas norteadoras do Plano de Ação, com base na ferramenta 5W2H. Em seguida, as ações são detalhadas em textos descritivos que subseguem aos quadros, tendo sido negritadas também as respostas às perguntas norteadoras nesses textos.

Ação 1: Melhoria da gestão do acervo

Quadro 6 – Ação proposta 1 do Eixo 1

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Melhoria da gestão do acervo	Para se tornar mais diverso, contemporâneo e adequado às necessidades do público, além de corretamente dimensionado.	BPEMG	A partir do segundo semestre de 2025	Comissão de Gestão do Acervo	Levantamento de dados do acervo; avaliação física; redimensionamento; aquisição; e desbaste.	R\$ 50.000,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma das questões mais evidentes mostradas neste trabalho é o volume decrescente de empréstimos de livros da BPEMG. Ainda que se saiba que essa tendência não é isolada, já que a queda na leitura é observada em outras pesquisas, o levantamento de campo identificou barreiras que dificultam ainda mais a atuação da BPEMG, como o acervo obsoleto que se acumula nas estantes e aproxima o equipamento de um “depósito de livros”, conforme apontado por Freitas e Silva (2014) a respeito do quadro das bibliotecas brasileiras. Assim, sugere-se a ação de **melhoria da gestão do acervo, a fim de prover acervos contemporâneos e alinhados às necessidades da comunidade**, conforme preconizam normativas nacionais e orientações internacionais apresentadas neste trabalho. Nas palavras de Rodríguez María (2013), é preciso que as bibliotecas mantenham uma “variedade de coleções que respondam à diversidade de interesse de leitores” (Rodríguez, 2013, p.13).

A ação de melhoria da gestão do acervo deve ser **empreendida nas dependências da BPEMG**, utilizando-se do trabalho da **Comissão de Gestão do Acervo**, um grupo de funcionários da Biblioteca que já se reúne mensalmente para discutir as pautas relacionadas ao acervo. Espera-se que, **a partir do segundo semestre de 2025**, o grupo realize um estudo aprofundado das coleções, a partir dos dados e relatórios do Sistema Pergamum, contemplando informações sobre a circulação dos títulos. Além disso, **espera-se que o grupo avalie também as condições físicas do acervo**, incorporando novos membros temporários à Comissão para essa finalidade, se necessário.

Como a carga de livros já compromete a estrutura do prédio, **deve-se redimensionar o tamanho do acervo e realizar um amplo desbaste, com o envio de livros em bom estado de conservação para outras bibliotecas e com o descarte dos títulos em más condições**. Juntamente com a equipe de aquisições, a Comissão de Gestão do Acervo deve **elaborar um plano de aquisição e descarte permanente que estabeleça e mantenha o tamanho ideal do acervo, ao mesmo tempo em que o melhora em termos de qualidade e variedade**.

A equipe de trabalho em si não adiciona custos de operação ao orçamento estadual, visto que os membros da Comissão já fazem parte da equipe da BPMG. Contudo, é recomendável que sejam avaliadas e redistribuídas as atribuições originais dos membros. Para a aquisição permanente de livros, **recomenda-se que sejam levadas em conta as sugestões da sociedade civil e que seja realizado um chamamento público contínuo para o recebimento dessas demandas. Estima-se que sejam destinados, no mínimo, R\$ 50.000, para aquisição de livros novos, anualmente**. Sobre esse ponto, vale lembrar que a Política Estadual do Livro preconiza que o livro não é material do tipo permanente para fins de controle patrimonial. O descarte e aquisição contínua de livros é condição básica para a oferta adequada de materiais e serviços da Biblioteca à comunidade.

Ação 2: Programa de formação continuada

Quadro 7 – Ação proposta 2 – Eixo 1

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Programa de formação continuada	O contexto de informações altamente pulverizadas e dinâmicas exige a formação contínua dos profissionais e a inclusão de todas as pessoas no acesso e uso das informações.	Nos espaços da BPEMG e em Ambientes Virtuais de Aprendizagem	A partir do 2º semestre de 2025	Membros da BPEMG e sociedade civil	Contratação e oferta de cursos de formação continuada voltados à mediação do conhecimento, leitura e escrita, e letramento digital.	R\$5.000,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme discutido no referencial teórico deste trabalho, a profusão de informações no mundo contemporâneo, potencializada ainda mais pelas tecnologias digitais, não significa necessariamente a democratização da leitura. **Para que exista uma real democratização da leitura, é preciso que ela seja desenvolvida e acessada por todos como uma prática que colabore para o pensamento crítico e a participação em sociedade.** Para Carvalho (2014), a leitura é capaz de prover aos indivíduos uma compreensão ampliada sobre a humanidade e o mundo, e é papel fundamental das bibliotecas apoiarem o desenvolvimento dessa prática leitora. Assim também argumenta Silvia Castrillón (2003), a qual entende que não basta que as bibliotecas ofereçam livros: é preciso que sejam promotoras da leitura crítica e da cidadania.

Os achados empíricos da pesquisa sinalizaram dificuldades da BPEMG em lidar com o contexto de informações altamente pulverizadas no processo de construção do conhecimento. As dificuldades seriam, em parte, da própria população (como a dificuldade de concentração e identificação de conteúdo confiável), mas também da equipe da Biblioteca, em lidar com esse contexto dinâmico e complexo. **Assim, sugere-se a criação de um programa de formação continuada.** Essa ação contempla a contratação e a oferta de cursos para a formação continuada de profissionais mediadores para atuarem na Biblioteca; e de cursos de leitura e escrita à população; incluindo letramento digital.

A ação deve ser realizada presencialmente nos espaços da BPEMG e virtualmente, em plataformas de aprendizagem. Sugere-se que se faça um levantamento

inicial de oferta e contratação de cursos realizados por agentes externos, para, posteriormente, serem desenhados cursos a serem fornecidos diretamente pela Biblioteca. Objetiva-se apoiar continuamente o desenvolvimento de habilidades de mediação do conhecimento no mundo contemporâneo (envolvendo habilidades relacionadas às tecnologias da informação) entre a equipe da Biblioteca e direcionar em parte a força de trabalho a essa finalidade. Espera-se que a formação continuada desses profissionais englobe também a formação enquanto multiplicadores de agentes mediadores. Para apoiar a equipe no cumprimento das finalidades da BPEMG, sugere-se que a oferta de cursos de formação em leitura e escrita e em letramento digital tenha como público também a própria sociedade civil.

Para a primeira etapa de realização dos cursos, sugere-se que sejam ofertados, no mínimo, quatro tipos de cursos. Dois voltados à prática da leitura e escrita de modo geral, de maneira a apoiar o desenvolvimento dessas habilidades, e dois voltados mais voltados ao letramento digital, com objetivo de promover a inclusão digital e aperfeiçoamento do uso das tecnologias digitais, com foco em leitura e escrita.

Quadro 8 – Detalhamento da Ação proposta 2 – Eixo 1

Tema	Carga Horária	Formato	Periodicidade
Práticas de Leitura e Escrita	20H	Presencial	Um encontro por semana (2h)
Mediação em Leitura e Escrita	30H	Presencial	Dois encontros por semana (1h30m)
Informática Básica	20H	Presencial	Um encontro por semana (2h)
Informática Avançada (com foco em leitura e escrita)	30H	Online	Dois encontros por semana (1h30m)

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os cursos elencados devem abordar os temas contextualizando-os diante do cenário de ampla difusão de informações do mundo contemporâneo. Espera-se que o curso de “Práticas de Leitura e Escrita” seja ofertado para atores da BPEMG e sociedade civil. Objetiva-se que as aulas contemplem aspectos teóricos sobre formação em leitura e escrita, mas sejam também realizadas atividades de cunho prático ao longo do curso. No caso do

curso de “Mediação em Leitura e Escrita”, o público prioritário sugerido é de agentes da BPEMG, mas com possibilidade de oferta para demais profissionais que desejem trabalhar com mediação em leitura e escrita. Quanto ao curso de “Informática Básica”, sugere-se que seja destinado prioritariamente à sociedade em geral, com ementa voltada à habilitação para o uso de computadores e internet, incluindo ferramentas de leitura e escrita. Por fim, quanto ao curso de “Informática Avançada”, recomenda-se que seja destinado a todos os interessados, em formato online, com foco em ferramentas de leitura e escrita, incluindo novas tecnologias (conceitos, formas de funcionamento e práticas).

Sugere-se que a oferta desses cursos tenha início no segundo semestre de 2025, com valor inicial estimado em R\$ 5.000, para o pagamento dos profissionais a serem contratados e custos administrativos, como manutenção e suporte em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Espera-se, contudo, que a oferta seja em formato contínuo, ou seja, prevista e executada anualmente até que se garantam as condições adequadas (como contratação de pessoal) para que os cursos sejam ofertados diretamente por equipes da Biblioteca.

4.2. AÇÕES PROPOSTAS PARA O FOMENTO À LEITURA NA BPEMG COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM

As ações propostas para o Eixo 2, “Fomento à leitura na biblioteca como espaço social de aprendizagem”, são duas: “Ação 3: Modernização tecnológica” e “Ação 4: Adequação do *layout*”. Assim como no Eixo 1, para cada uma das ações, são apresentadas respostas às perguntas norteadoras da ferramenta 5W2H. Posteriormente, as ações são detalhadas em textos descritivos, com destaque em negrito nas respostas às perguntas dos quadros.

Ação 3: Modernização tecnológica

Quadro 9 – Ação proposta 3 – Eixo 2

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Modernização tecnológica	A infraestrutura tecnológica obsoleta da BPEMG compromete a qualidade e as possibilidades de ampliação e melhoria dos serviços de acesso e manejo da informação.	Nos prédios da BPEMG e nos serviços de extensão	A partir do 2º semestre de 2025	Gestores e empresas de tecnologia	Compra de computadores e <i>tablets</i> ; ampliação da rede Wi-Fi	R\$50.000,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma das barreiras para que as bibliotecas atuem como centros de conhecimento e acesso à informação é a falta de estrutura tecnológica adequada nesses equipamentos. De acordo com os dados levantados na pesquisa de campo, é essa a situação da BPEMG: com **computadores obsoletos e rede de Wi-Fi insuficiente para o provimento de suporte tecnológico adequado ao acesso e uso da informação pelo público.**

A previsão de incentivo à informatização e implantação de novas tecnologias nas bibliotecas data de pelo menos trinta anos no Brasil, com a difusão da internet nos anos 1990. Contudo, o que se vê é que a BPEMG está ainda distante do que defende, por exemplo, Badia (2023), que informa que **na “sociedade do conhecimento”, com a revolução das tecnologias da informação, é necessário que as bibliotecas forneçam os meios necessários à inclusão digital.** Além disso, o Manifesto IFLA 2022 prevê que, em termos de estrutura física, **é preciso que as bibliotecas estejam bem equipadas, inclusive com tecnologias necessárias para o processo de construção do conhecimento nesses espaços.**

Sugere-se, portanto, que a BPEMG **adquira novos computadores e *tablets* para uso público, além de ampliar a rede de Wi-Fi.** Os *tablets* podem ser utilizados inclusive nos serviços de extensão, como no Carro-Biblioteca. Estima-se **o investimento inicial de R\$50.000 para a modernização tecnológica da BPEMG: aquisição dos equipamentos e extensão da rede de Wi-Fi.** As ações devem ser implementadas por gestores da BPEMG, na administração de contratados com empresas de tecnologia. Estima-se que os serviços

sejam iniciados no segundo semestre de 2025 e contemplem a aquisição de cerca de 20 novos computadores para uso público e provisão de internet Wi-Fi de boa qualidade e cobertura.

Vale destacar que este Plano de Ação contempla estratégias factíveis de curto e médio prazo, mas é recomendável que as ações tenham manutenção permanente, para que a Biblioteca não fique novamente obsoleta em infraestrutura tecnológica. Além disso, no caso da BPEMG, é preciso pensar em estratégias viáveis para a ampliação dos horários de funcionamento. Assim, sanadas essas questões de infraestrutura básica, seria possível desenhar novos planos de ação, como a etiquetagem do acervo no sistema RFID (Radio Frequency Identification) e a instalação de totens, o que ampliaria a possibilidade de extensão do horário de funcionamento dos serviços por meio do autoatendimento. Da mesma forma, pode-se sugerir, em etapas futuras, a implementação de uma “biblioteca digital”, com acervos de livros e materiais de leitura disponíveis em formato *online*.

Ação 4: Adequação do layout

Quadro 10 – Ação proposta 4 – Eixo 2

O quê?	Por quê?	Onde?	Quando?	Quem?	Como?	Quanto?
Adequação do layout	Os espaços da BPEMG são destinados, em grande parte, ao armazenamento de livros. Embora existam locais de estudo e debate, são insuficientes e pouco atrativos.	Nos prédios da BPEMG	A partir do primeiro semestre de 2026	Gestores da BPEMG e empresas contratadas	Redesenho e redistribuição dos espaços, com destaque para áreas de leitura, estudo e debate.	R\$100.000

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a análise de dados empíricos, **o layout da BPEMG não colabora para que os serviços estejam integrados e não há espaços suficientes e satisfatórios que potencializem a leitura compartilhada e o debate**. Os gestores informam que o volume e a distribuição do acervo, inclusive, comprometem a circulação de pessoas e a acessibilidade desses espaços. Em grande parte, o mobiliário e a distribuição das áreas não levam em conta o bem-estar, e a BPEMG parece pouco acolhedora em termos de estrutura física, o que levaria também a uma baixa atratividade do ambiente em si.

Como dito, o Manifesto IFLA 2022 informa que as bibliotecas devem contar com áreas de leitura e estudo adequados. Adicionalmente, é preciso levar em conta que as bibliotecas devem se constituir com plataformas dinâmicas de debate para a formação do conhecimento, conforme defende David Lankes. Aliadas a outras necessidades, como os já elencados serviços de mediação e o desbaste do acervo, é preciso que os próprios espaços das bibliotecas estejam modelados para propiciar esse tipo de uso. **Para alterar o *layout* da Biblioteca, privilegiando espaços de leitura e debate, estima-se um valor de R\$100.000,00.** Nessa seara, deve-se levar em conta que a Biblioteca ocupa um espaço total de quase dez mil metros quadrados, contudo, para a viabilização do Plano de Ação de maneira a ampliar as possibilidades de realização dos debates, pode-se selecionar, em uma primeira etapa, área específica para essa finalidade. O valor estimado leva em conta o projeto de *design* de interiores para a adequação do espaço e a aquisição de novo mobiliário. **Estima-se que essa ação tenha início no primeiro semestre de 2026,** devido à necessidade de planejamento e realização do desbaste e/ou da transferência de acervo para a liberação de espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de dissertação investigou o volume de empréstimos de livros da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (BPEMG) sob a ótica do direito de acesso ao livro e à leitura e do papel da biblioteca no mundo contemporâneo em perspectiva democrática. Conforme exposto no primeiro capítulo, “Introdução”, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais é entendida como equipamento público importante para o fortalecimento democrático na promoção do acesso ao livro e à leitura como forma de emancipação dos sujeitos, desenvolvimento do pensamento crítico e combate a iniquidades.

No segundo capítulo, de caráter descritivo, denominado “A Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais”, discorreu-se sobre alguns aspectos considerados importantes para a compreensão do objeto de pesquisa nas seções: “O simbolismo da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais no contexto histórico de Belo Horizonte”; “Bases legais e administrativas da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais” e “A Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – estrutura e forma de atuação”. Nelas, pretendeu-se localizar a BPEMG quanto ao seu significado histórico, bem como caracterizá-la em termos de arcabouço legal e administrativo, delineando também alguns de seus limites e potencialidades.

Como visto, o desejo de materialização de uma capital moderna foi a tônica da construção de Belo Horizonte no final do século XIX. Assim também, em meados do século XX, o desejo de construção de uma Biblioteca Pública Estadual, junto com outras obras empreendidas na cidade, foi permeado pela intenção de reposicionar Belo Horizonte enquanto capital correspondente aos tempos de efervescência demográfica e urbana. Com as novas classes urbanas, emergiam também ideias capitaneadas por elites econômicas e burocráticas que buscavam reconfigurar a cidade tanto em termos de espaço físico quanto em relação aos hábitos valorizados e incentivados por essas elites, em contraposição aos ditos “lazer frívolos” das classes populares.

A urbanização nas cidades brasileiras se daria carregada de contradições e desigualdades. Assim também a região Centro-Sul de Belo Horizonte, no entorno da Praça da Liberdade, que já havia nascido com a expulsão de moradores pobres para regiões afastadas em fins do século XIX, receberia ainda mais investimentos em meados do século XX, na tentativa de materializar não só uma proposta física de cidade, mas também um estilo de vida considerado exemplar. Nesse contexto, Juscelino Kubistchek encomendou a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais a Oscar Niemeyer, que a projetou com as curvas modernistas características de seu trabalho. Contudo, as aspirações por modernidade encontrariam obstáculos de natureza fática. Exemplo disso é que, embora a Biblioteca tenha sido pensada como um edifício de seis andares, por questões orçamentárias, o projeto foi reduzido à metade, e as obras terminadas às pressas devido ao risco de a edificação ser definitivamente destinada a outras finalidades.

De todo modo, a BPEMG foi inaugurada na década de 1960 e mantém-se em funcionamento desde a sua inauguração. Ao longo do tempo, a Biblioteca inscreveu-se em arcabouços normativos que foram se alterando, já que essas normas e orientações sofrem influências diante das mudanças contextuais do mundo. É válido lembrar que as próprias normas brasileiras sobre as bibliotecas atravessaram, no decorrer dos anos de existência da BPEMG, o contexto de redemocratização do país, o que, especialmente após a Constituição de 1988, fez ampliar o entendimento sobre o direito de acesso à cultura para todos, indiscriminadamente.

Nos dias de hoje, conforme demonstrado ainda no capítulo descritivo, a Biblioteca dispõe de um amplo acervo distribuído em um Prédio Sede e um Prédio Anexo, com coleções específicas e áreas de visitação agendada para consulta, contando também com teatro, auditório e espaços para exposições, serviços de extensão bibliotecária (como o Carro-

Biblioteca e a Caixa-Estante), Biblioteca Infantojuvenil, além do Setor de Empréstimo Domiciliar. São realizadas atividades culturais e de promoção da leitura nos espaços da BPEMG e por meio dos seus serviços de extensão. Segundo consta em seu site oficial, é missão da BPEMG promover a ampliação dos serviços de biblioteca à população de Minas Gerais, visando democratizar o acesso à informação, à literatura e à leitura, além de atuar como modelo para as demais bibliotecas públicas mineiras.

Contudo, conforme demonstrado na seção “O empréstimo de livros na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais” e subseções correspondentes, também do Capítulo 2, o volume de empréstimo de livros vêm se mostrando decrescentes pelo menos desde o ano 2006, data a partir da qual é possível extrair informações sobre o número de empréstimos por meio de seu sistema de controle de acervo, o Sistema Pergamum. Os dados destacados nessas subseções indicaram também características do público, majoritariamente residente do entorno da BPEMG (região de alto IDH), e o comportamento do volume de empréstimos de livro ao longo dos anos por fatores como sexo e ocupação do público. Em síntese, os dados demonstraram que a queda no volume de empréstimos de livros é evidente para todos os recortes investigados. Além disso, foi possível extrair características do acervo de livros da BPEMG, que se constitui como um acervo crescente, majoritariamente adquirido pela via de doações e não de compras, e por livros com mais de dez anos de publicação.

O Capítulo 3, de caráter analítico, por sua vez, foi dedicado ao aporte teórico utilizado neste trabalho de dissertação, bem como à apresentação da metodologia de pesquisa e análise de dados empíricos. Sob as lentes de autores de referência, discorreu-se sobre o direito de ler na perspectiva da democratização do acesso à leitura e sobre o fomento à leitura nas bibliotecas como espaços sociais de aprendizagem, tendo sido constituídos, portanto, os dois eixos sobre os quais o levantamento de dados empíricos nas subseções seguintes teve amparo.

No primeiro Eixo, as premissas utilizadas destacaram o papel da leitura como instrumento de emancipação e justiça social. Mostrou-se como o acesso à cultura letrada historicamente circunscreveu um *lócus*, seja nas mãos da Igreja ou do Estado, em que o domínio da palavra escrita atuava como mais uma barreira contra o acesso ao poder por outras classes. A leitura, quando incentivada, servia ao estabelecimento da ordem e difusão de valores centrais. Mesmo no século XX, com a ampliação da alfabetização e da escolarização da população, as desigualdades sociais permaneciam e continuavam a atravessar o direito à leitura, o que para grande parte das pessoas implicava a leitura meramente como instrumento

para decodificação de instruções e consumo de cultura de massa. Com o tempo, a própria literatura de massa (como romances ou novelas) passou a ser paulatinamente substituída por outras formas de entretenimento mais rápidas na transmissão de conteúdos. Assim sendo, a leitura como um direito a serviço da reflexão crítica sobre a própria realidade e sobre o mundo continuou sendo um privilégio de poucos e cuja fruição permanecia tão desigualmente distribuída quanto o acesso a outros direitos.

Diante desse contexto, é de se ponderar que a mera difusão da leitura não necessariamente significa a ampliação de sua democratização, já que pode incorrer na ampliação da leitura para os mesmos grupos de sempre ou na ampliação numérica do “leitor fraco”, ou seja, apenas como mais um meio a serviço do conformismo e da alienação social. Na ótica deste trabalho de dissertação e dos autores de referência que o amparam, o acesso à leitura deve ser compreendido e difundido também em seu potencial de emancipação social, aguçamento da visão crítica e questionadora da realidade. Em suma, um direito cujo acesso em plenitude deve ser provido a todas as pessoas e, para que seja garantido de forma ampla e democrática, cumpre também destacar o papel fundamental das bibliotecas públicas.

Por isso, no Eixo 2, explorou-se o papel das bibliotecas públicas como espaços sociais de aprendizagem que devem atuar a serviço da democratização do acesso à leitura e da construção do conhecimento. De acordo com o referencial utilizado, às bibliotecas não caberia o papel reducionista de mero armazenamento de livros, especialmente no atual contexto de ampla propagação de informações, próprio da era digital. A esses equipamentos culturais – as bibliotecas públicas – caberia a função de incentivo ao pensamento crítico e ao debate, a partir de um relacionamento intrínseco com as comunidades, em teias de pessoas ativas, participativas e bem informadas para atuação em sociedade.

As bibliotecas, portanto, deveriam atuar como plataformas de conhecimento, abrindo-se também às diversas narrativas que surgem no seio da comunidade. Veja-se que essa visão distancia-se do que se pensava desses equipamentos em suas origens, quando a atuação era tida mais como meio para a difusão de valores e hábitos considerados superiores, reforçando uma hierarquia social. Ao contrário de pretender impor uma visão elitista para a superação de “passatempos frívolos”, a biblioteca deve ser parte da sociedade, de tal forma sinérgica que os cidadãos consigam imprimir-lhe direcionamentos. A biblioteca se constituiria então como espaço vivo de participação social. Nesse entendimento, ao mesmo tempo em que a biblioteca se abre a sua população, refletindo em seus acervos e serviços a diversidade de sua comunidade, ela apoia o desenvolvimento de habilidades de formação leitora, auxiliando os

indivíduos no processo de aprofundamento da leitura e reflexão crítica. Assim também a biblioteca deve abrigar em seus espaços, por meio de instrumentos, formas de funcionamento e serviços, condições fáticas para que as necessidades dessa população no processo de construção do conhecimento e do debate sejam atendidas.

Apesar do quadro crítico de subfinanciamento que marca a história das bibliotecas no Brasil há anos, é necessário que sejam feitas mudanças urgentes para romper com os paradigmas que muitas vezes levam as bibliotecas a se transformarem em grandes depósitos de livros. Dentre as necessidades que urgem para a transformação desses equipamentos públicos em espaços vivos para a construção do conhecimento, está a de integrá-los ao mundo digital, uma vez que as novas tecnologias mudaram significativamente as formas de acesso à informação. Mais do que promover a modernização e ampliação dos serviços, as bibliotecas devem ter profissionais treinados para atuarem como facilitadores da aprendizagem e manejo dessas tecnologias para acesso e uso da informação, promovendo a inclusão digital.

Ainda no terceiro capítulo desta dissertação, discorreu-se sobre os indicadores relacionados ao livro e à leitura no Brasil e em Minas Gerais, além de terem sido apresentados dados sobre hábitos de leitura, na tentativa de ajudar a descortinar o quadro que impõe limites externos à atuação da Biblioteca. Compreender as complexidades e desigualdades de desenvolvimento da competência leitora e dos hábitos de leitura é necessário justamente para que se empreendam ações mais assertivas no combate a essas desigualdades. Em geral, os indicadores apontaram uma queda na leitura em todas as faixas etárias.

Quanto ao que fazer no tempo livre, observou-se um crescimento significativo do uso da internet, principalmente para atividades de comunicação, como troca de mensagens. As famílias mais escolarizadas têm mais leitores, e a compra de livros é mais comum entre as classes A e B. No que tange aos indicadores educacionais e à competência leitora, viu-se que quase 10 milhões de pessoas ainda são analfabetas no país. Ademais, o Brasil obteve pontuação em competência leitora abaixo da média de países da OCDE e, no caso de Minas Gerais, os dados apontam níveis persistentes e elevados de alunos com proficiência em Língua Portuguesa abaixo do esperado, especialmente no Ensino Médio. Conforme amplamente debatido na literatura sobre o assunto, viu-se que as desigualdades socioeconômicas e raciais influenciam a proficiência leitora e o acesso ao livro.

Feitas essas considerações, partiu-se para o desenho metodológico da pesquisa deste trabalho de dissertação. Para a coleta de dados empíricos, foram analisados os relatos de atores de áreas-chave da gestão da Biblioteca, dispostos em documentos administrativos

publicizados consultados para a análise realizada. Os dados levantados indicaram uma série de facetas a serem consideradas para que a Biblioteca atue mais efetivamente em prol da democratização do acesso ao livro e à leitura e se fortaleça como espaço social de aprendizagem. A carência de recursos e de pessoal, a dificuldade em gerir o acervo, a obsolescência tecnológica e a necessidade de ampliação e melhoria dos serviços foram amplamente identificadas nesses relatos como obstáculos à atuação.

No quarto capítulo, de natureza propositiva, foi sugerido um Plano de Ação, elencando ações prioritárias para a BPEMG a partir dos pressupostos teóricos e análise de campo. Nesse Plano, foram sugeridas ações de curto e médio prazo a serem executadas pelos gestores da BPEMG, basicamente com recursos orçamentários e de pessoal factíveis dentro da realidade atual do equipamento. Contudo, essas ações não são exaustivas e nem estanques. Como o próprio contexto muda, é necessário que a BPEMG também mude, atuando como um organismo vivo e integrado à sociedade. Embora não tenha sido possível nesta dissertação explorar todas as frentes em que seria necessário atuar, é certo que muitas propostas para mitigar os problemas e potencializar a ação da BPEMG devem vir da própria sociedade. Então, é preciso também pensar nas formas de participação que verdadeiramente habilitem a sociedade a imprimir direcionamentos na BPEMG. Além disso, novos trabalhos poderiam dedicar-se a questões como as relações estabelecidas entre a BPEMG e as escolas na formação do hábito leitor; formas de financiamento que proovessem a sustentabilidade financeira do equipamento; estudos sobre força de trabalho; ou o adensamento em questões relacionadas à diversidade linguística ou racial, por exemplo. Ademais, este trabalho de dissertação se ateve à percepção de gestão da BPEMG, não tendo sido coletadas informações empíricas quanto à percepção de usuários e potenciais usuários dos serviços da Biblioteca, o que poderia ser objeto de trabalhos futuros.

De todo modo, este trabalho evidenciou que a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais cumpre papel essencial para fortalecimento da democracia. Contudo, esta pesquisa revela a necessidade premente de reavaliação de seus serviços e estrutura, para que possa efetivamente cumprir sua missão social. A BPEMG precisa se abrir de forma mais contundente à comunidade fornecendo mais e melhores serviços, além de criar espaços de debate e construção do conhecimento. A democratização do acesso à cultura letrada deve ser compreendida por gestores e sociedade como um direito que deve ser garantido a todos e, portanto, é preciso que sejam empreendidos esforços intencionais e permanentes para esse objetivo.

Do contrário, as intenções serão pouco efetivas, apenas repetindo o histórico de tentar levar a sociedade ao futuro, como se o progresso fosse resultado de um discurso de agentes no poder (político ou técnico-burocrático), sem de fato conseguirem promover alterações significativas em favor de uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso, pois, que o desenvolvimento individual e social esteja no cerne das preocupações da Biblioteca e seja traduzido em ações concretas que colaborem para a apreensão de habilidades que auxiliem os cidadãos a exercerem seus direitos de participação ativa em sociedade, dentre as quais a leitura, em seu potencial crítico e emancipador, exerce papel fundamental. Assim sendo, a real democratização da leitura, componente da missão da Biblioteca, poderia colaborar para a reflexão crítica dos indivíduos sobre a realidade, fortalecendo, por consequência, a participação de todos eles na construção de novas realidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **O lazer no Brasil**: de Getúlio Vargas à globalização. São Paulo: Phorte, 2011.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **A casaca do Arlequim**: Belo Horizonte, uma capital eclética do século XIX. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

ÁVILA, Cristina. **História de Belo Horizonte**: capital planejada. Belo Horizonte: Associação de Desenvolvimento de Projetos, 2011.

ÁVILA, Myrian. **O retrato na rua**: memórias e modernidade na cidade planejada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BADIA, Maria Vallibana Serrano. **Estudo do valor social das bibliotecas públicas no Brasil**. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Brasília: MinC, 2023. Disponível em: http://snbp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/44/2024/01/Estudo-de-Valor_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/59tSQqr4G9TjSBNBGdXnrrv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Literatura: conhecimento e compromisso com a liberdade. **Leitura: Teoria e Prática**, v. 27, n. 53, 2009. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/401>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARVALHO, Maria da Conceição. Biblioteca Pública e Educação: apontamentos sobre o papel da leitura hoje. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 186-194, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22675>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler**. Conferência apresentada no Primeiro Colóquio Colombiano-Francês de Bibliotecas Públicas, “Biblioteca y sociedad”. Feira Internacional do Livro de Bogotá, 2003. Disponível em: https://issuu.com/pulodogato/docs/pages_from_derechomiolo?utm_medium=referral&utm_source=www.editorapulodogato.com.br. Acesso em: 20 jul. 2024.

CEDRO, Marcelo. **A administração municipal do prefeito Juscelino Kubitschek: estética e planejamento da cidade de Belo Horizonte na década de 1940**. Oculum Ensaios, 2006.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. **Biblioteca Pública Estadual: 50 anos de cultura**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2006.

DELGADO, L. A. N. JK: Combinação de democracia com desenvolvimento e modernidade. In: OLIVEIRA, Carlos Alberto Teixeira de. **Juscelino Kubitschek: profeta do desenvolvimento**. Exemplos e lições ao Brasil do século XXI. Belo Horizonte: Mercado Comum, 2019.

FARIAS, Fabíola. **As crianças e os adolescentes na biblioteca: leitura e formação**. Belo Horizonte: [s. n.], 30 jul. 2024. 8 vídeos (19:10:46). Publicado pelo canal Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – MG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tiwrp-MB4Rc&list=PLr0g-zDW8QFK1WBHUL303hKjVU60Vmrpx&index=8>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias. **Bibliotecas públicas: um equipamento cultural para o desenvolvimento local**. Recife: Centro de Desenvolvimento e Cidadania, 2016.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 18-30, 2014.

FILIZZOLA, Maria de Nazareth Souto Maior. A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e sua trajetória. **Duas Palavras**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1984.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 123-146, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1621/pdf_54. Acesso em: 17 jun. 2024.

IFLA. Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Divulgados os resultados do Pisa 2022**. Brasília-DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas Sociais**. Brasília-DF: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 6. ed. 2024. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

LANKES, David. Bibliotecários construindo um novo normal. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-19. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1573/1248#:~:text=David%20Lankes&text=O%20tema%20de%20hoje%20%C3%A9,e%20o%20medo%20seria%20melhor>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LANKES, David. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. Tradução de Jorge Prado. São Paulo: FEBAB, 2016.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephaine Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa**: elaboração, aplicação e análise de conteúdo. Manual Didático. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 6.884**, de 19 de março de 1963. Contém o regulamento da Biblioteca Pública de Minas Gerais “Prof. Luiz de Bessa”. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/6884/1963>. Acesso em: 10 maio 2024.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.649**, de 10 de julho de 2023. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48649/2023/>. Acesso em: 5 maio 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 337**, de 28 de dezembro de 1948. Autoriza o governo do estado a instalar bibliotecas públicas nas sedes dos municípios. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/1087/1954/?cons=1>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 1.087**, de 02 de junho de 1954. Cria a Biblioteca Pública de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/1087/1954/?cons=1>. Acesso em: 5 maio 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 2.792**, de 08 de janeiro de 1963. Dispõe sobre a organização da Biblioteca Pública de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/2792/1963/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 11.726**, de 30 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/11726/1994/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.501**, de 04 de maio de 2017. Altera a denominação da biblioteca pública estadual localizada no Município de Belo Horizonte e nomeia o prédio que a abriga. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/22501/2017/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.627**, de 31 de julho de 2017. Institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/22627/2017/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.313**, de 28 de abril de 2023. Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24313/2023/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.272**, de 20 de janeiro de 2023. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24272/2023/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.677**, de 16 de janeiro de 2024. Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2024-2027. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/24677/2024/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Home. **Portal SIMAVE**. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Home. **Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 maio 2024.

NEUBERT, Luiz Flávio; MONT'ALVÃO, Arnaldo; TAVARES, Fernando. Estratificação social e usos do tempo: um estudo sobre os indivíduos inseridos no mercado de trabalho. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/XjWb6VFCsjJk7qZbCwbSnsG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2024.

QUEIROZ, J. C. L.; BALBRAM, P. R.; BAPTISTA, M. B. A urbanização e alguns de seus impactos na cidade de Belo Horizonte. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS. **Anais** [...]. Curitiba, 2003. Disponível em: <https://anais.abrhidro.org.br/job.php?Job=12007>. Acesso em: 5 maio 2024.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sader. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

RODRÍGUEZ, Santa María. **As bibliotecas públicas que queremos**. São Paulo: Unidade de Bibliotecas e Leitura; SP Leituras, 2013.

SABOYA, Vera. **Formação de leitores nas Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro**. Entrevista concedida a Bernardo Vianna, abr. 2013. Disponível em: <https://bernardovianna.com/vera-saboya-formacao-de-leitores-nas-bibliotecas-parque-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SÁNCHEZ-GARCÍA, Sandra; YUBERO, Santiago. Función Social de las bibliotecas públicas: nuevos espacios de aprendizaje y de inserción social. **El profesional de la información**, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.mar.03/18803>. Acesso em: 23 maio 2024.

SOUZA, M. N. A.; COSTA, R. M.; NASCIMENTO, R. C. C. Acervo de livros para quem? Os serviços de empréstimo e de reserva em questão. **Biblionline**, João Pessoa, v. 19, n. 4, p. 120-135, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/68285/39117>. Acesso em: 5 dez 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 129-150, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/tgYtPtfY9YjG7ZmrhcSvx4w/>. Acesso em: 5 maio 2024.

WERNKE, Zulmar (org.). **O livro em Minas Gerais**. Uma pesquisa por regiões sobre o comportamento do leitor: o que se lê, o que se produz. Belo Horizonte: Câmara Mineira do Livro, 2015.

APÊNDICE

EIXO 1	PERGUNTA	INSTÂNCIA
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO E À LEITURA	Como você percebe o volume de empréstimos de livros da BPEMG nos últimos anos? Existem ações para democratizar o acesso à leitura dos livros da BPEMG? Se existem, quais são elas? Quais são as potencialidades que você vislumbra para o aumento do empréstimo de livros em uma perspectiva democrática? Como você entende que a BPEMG deve colaborar para o combate a iniquidades por meio do incentivo à leitura crítica/de emancipação? Se existem, quais são os gargalos identificados para que essas ações de promoção e formação leitora em perspectiva democrática sejam realizadas?	N1 (Superintendência) N2 (Diretoria) L1 (Sistema de Bibliotecas) L2 (Organização da Sociedade Civil)
	Existem ações para a promoção da leitura em perspectiva democrática coordenadas no âmbito do Sistema de Bibliotecas do Estado? Quais são elas? E quais os gargalos identificados?	L1 (Sistema de Bibliotecas)

EIXO 2	PERGUNTA	INSTÂNCIA
FOMENTO À LEITURA NA BIBLIOTECA COMO ESPAÇO SOCIAL DE APRENDIZAGEM	Como você entende o papel da BPEMG no contexto da era da informação e do conhecimento? Na sua perspectiva, como essas mudanças impactam no empréstimo de livros da Biblioteca? Existe um esforço para que a BPEMG esteja integrada às necessidades da sociedade e corresponda a essas demandas? A BPEMG se entende como espaço social de aprendizagem e fomento à leitura crítica por meio do diálogo e da participação social? Quais outras ações podem ser citadas que são realizadas, ou a serem realizadas, na Biblioteca que podem colaborar para que ela seja um espaço social aberto, representativo e diverso na promoção do direito à leitura? Quais gargalos você identifica para a execução das ações de fomento à leitura a partir da Biblioteca como espaço social de aprendizagem e debate?	N1 (Superintendência) N2 (Diretoria) L1 (Sistema de Bibliotecas) L2 (Organização da Sociedade Civil)
	Por que vocês criaram um Clube de Leitura de livros? Por que o Clube de Leitura funciona na BPEMG? Como tem sido a experiência do Clube de Leitura na BPEMG? Quais as dificuldades e potencialidades vocês identificam nessa relação entre o Clube de Leitura e a BPEMG?	N3A e N3B (Clube de Leitura)